



Universidade de Brasília
Faculdade UnB Planaltina - FUP
Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública - PPGP

Lívia Nascimento Félix

**COMPRAS GOVERNAMENTAIS NA ÁREA DE SEGURANÇA
PÚBLICA: ESTUDO DE CASO SOBRE A AQUISIÇÃO DE
PISTOLAS E CARABINAS PELO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA**

Brasília-DF

2024

Lívia Nascimento Félix

**COMPRAS GOVERNAMENTAIS NA ÁREA DE SEGURANÇA
PÚBLICA: ESTUDO DE CASO SOBRE A AQUISIÇÃO DE
PISTOLAS E CARABINAS PELO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública, da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão Pública.

Orientador: Prof. Dr. Celso Vila Nova de Souza Júnior

Brasília-DF

2024

Lívia Nascimento Félix

**COMPRAS GOVERNAMENTAIS NA ÁREA DE SEGURANÇA
PÚBLICA: estudo de caso sobre a aquisição de pistolas pelo
Ministério da Justiça e Segurança Pública**

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Prof. Dr. Celso Vila Nova de Souza Júnior
Universidade de Brasília
Orientador

Prof. Dr. André Nunes
Universidade de Brasília
Examinador - Membro Interno

Prof. Dr. George Henrique de Moura Cunha
Centro Universitário UNICRISTHUS de Fortaleza
Examinador - Membro Externo

Prof^a. Dr^a Andréa Felipe Cabello
Universidade de Brasília
Examinadora - Membro Suplente

Brasília-DF

2024

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais e familiares, minha mãe Elionete, meu pai Vicente, minhas queridas irmãs Lidianne e Lourene, meu cunhado Clécio, que me apoiaram incondicionalmente durante toda a minha existência, prestando apoio em todas as esferas da vida, com amor, carinho e respeito.

Aos meus amigos adquiridos ao longo da vida, pessoas a quem confio e agradeço pelo constante apoio. Cada um detém grande importância em minha trajetória.

À Universidade de Brasília - UnB, por meio do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública – PPGP, representado pelo Coordenador e Professor Doutor Celso Vila Nova de Souza Junior, também meu orientador, pela oportunidade que representou para mim e abertura de incontáveis acessos ao conhecimento.

Ao meu orientador, Professor Doutor Celso Vila Nova de Souza Junior, por sua imensa compreensão, largo conhecimento e amplo apoio, e por ter mantido sua crença em minha evolução, mesmo diante de minhas dificuldades pessoais e acadêmicas.

Aos professores e ao sempre prestativo e disposto Aristides do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública da Universidade de Brasília pela aquisição de conhecimentos e pela oportunidade.

Aos colegas do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública da Universidade de Brasília pelo apoio mútuo e compreensão durante toda a jornada do mestrado.

Ao Ministério da Justiça e Segurança referente ao estudo em tela, pelo estímulo ao aprimoramento de minha formação acadêmica, pelas contribuições obtidas ao longo da minha trajetória profissional e pelo acesso aos dados fundamentais a essa construção.

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para que eu chegasse até aqui.

RESUMO

A partir de um quadro necessário para obter celeridade nas licitações para as forças de segurança pública, o presente trabalho teve como intuito verificar os procedimentos de compras de armas levados à efeito desde 2005 até 2022, na modalidade pregão eletrônico, realizados pelo MJSP. As compras governamentais, o sistema de compras compartilhadas, o princípio da eficiência nas licitações e sua relação com a gestão, a segurança pública no que concerne a implementação dessa política, assim como a medida de eficiência desse serviço público, foi o escopo desse estudo. Com um olhar filosófico pós-positivista, utilizando-se de método misto e técnica de triangulação concomitante, foram construídas observações descritivas dos procedimentos coletados. Como resultado, observou-se a existência de diversos fatores que podem influenciar na eficiência do processo, destacando-se a necessidade premente de elevado zelo na elaboração das especificações dos bens. A eficiência das compras de armas ainda sofre com problemas de especificações que resultam na demora ou em alguns casos no cancelamento dos pregões. Solução recente adotada não se mostrou suficiente para superar este problema, sendo necessário à administração adotar novas práticas sobre o tema.

Palavras-chave: compras governamentais; segurança pública e eficiência

ABSTRACT

Based on a framework necessary to obtain speed in tenders for public security forces, the present assignment aimed to verify the weapons purchasing procedures carried out from 2005 to 2022, in the electronic auction modality, carried out by the MJSP. Government purchases, the shared purchasing system, the principle of efficiency in bidding and its relationship with management, public security regarding the implementation of this policy, as well as the efficiency measure of this public service, were the scope of this study. With a post-positivist philosophical perspective, using a mixed method and concomitant triangulation technique, descriptive observations of the collected procedures were constructed. As a result, it was observed the existence of several factors that can influence the efficiency of the process, highlighting the pressing need for great care in preparing the specifications of the goods. The efficiency of weapons purchases still suffers from specification problems that result in delays or, in some cases, the cancellation of auctions. The recent solution adopted did not prove to be sufficient to overcome this problem, making it necessary for the administration to adopt new practices on the subject.

Keywords: government purchases; public safety and efficiency

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Critérios para pesquisa e quantidade de artigos encontrados	10
Quadro 2- Lista de artigos selecionados	11
Quadro 3 - Description of the phases and sub-phases of the electronic trading floor ans responsible agents.....	63
Quadro 4 Variáveis utilizadas no modelo de regressão linear múltipla.....	66
Quadro 5 - Variáveis utilizadas nos modelos Probit	68
Quadro 6 - Valores obtidos nos pregões eletrônicos 42/2012 e 32/2013	69
Quadro 7 – Resumo da metodologia da pesquisa.....	73
Quadro 8 – Dados coletados	77
Quadro 9 - Dados gerais.....	81
Quadro 10 - Categorias e ocorrências	82
Quadro 11 – Indicadores numéricos e categóricos.	86
Quadro 13 - Histograma dos indicadores.	94

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da literatura.....	52
Figura 3 – Estrutura do Ministério da Justiça e Segurança Pública	75
Figura 4 -Categorias da análise de conteúdo e respectivas ocorrências	85
Figura 5 - Gráfico de linhas dos Valores Estimados em relação ao tempo, com a linha vermelha mostrando os períodos diferentes.	90
Figura 7 – Gráfico de linhas da economia em relação ao tempo, com a linha vermelha mostrando os períodos diferentes.....	91
Figura 8 – Gráfico de linha da Duração Externa em relação ao tempo, com a linha vermelha mostrando os períodos diferentes.	92
Figura 9 – Gráfico de linhas da Duração Interna em relação ao tempo, com a linha vermelha mostrando os períodos diferentes.	92

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Dados descritivos dos Indicadores Categóricos com frequência absoluta e relativa e por período.....	88
Tabela 2: Comparação entre Indicadores Numéricos Antes e Depois da Padronização.	90
Tabela 3 - Correlação e significância dos Indicadores com a Duração Interna.	93

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACOES

Art. Artigo

CAPES Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CF/88 Constituição Federal de 1988

ComprasSUSP Programa de Compras do Sistema nico de Segurança Pública

ETP Estudo Técnico Preliminar

MJSP Ministério da Justiça e Segurança Pública

SRP Sistema de Registro de Preços

TCU Tribunal de Contas da União

TR Termo de Referência

UNB Universidade de Brasília

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	3
1.1. Objetivos	5
1.1.1. Objetivo Geral	5
1.1.2. Objetivos Específicos	5
1.2. Justificativa	6
1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO	6
2 REFERENCIAL TEÓRICO	8
2.1. Pesquisa Bibliográfica	8
2.1.1. Análise dos artigos	15
2.1.2 Mapa de Literatura	51
2.2. Compras governamentais	53
2.2.1. Compras governamentais compartilhadas e o Sistema de Registro de Preços	59
2.2.2. Compras governamentais e o princípio da eficiência	60
3 METODOLOGIA	73
3.1. Tipo de pesquisa	73
3.2. Caracterização da organização	74
3.3. População e amostra	76
3.4. Técnica de coleta de dados	76
3.5. Coleta de dados	76
3.6 Análise dos dados	78
4. RESULTADOS	80
4.1. Análise geral dos dados levantados	80
4.2. Análise prescritiva dos processos	82
4.3. Análise estatística dos elementos da eficiência dos processos	86
4.4. Discussão dos resultados	94
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
REFERÊNCIAS	99

1 INTRODUÇÃO

As compras governamentais são mecanismo essencial para a realização das atividades administrativas do setor público, bem como para a consecução de políticas, tendo em vista à necessidade da administração pública de adquirir bens e contratar serviços. Desta feita, as compras e licitações, dada sua importância, receberam tratamento constitucional, estando presente no art. 37, Inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, além de amplo leque de previsões legais e normativas no ordenamento jurídico brasileiro.(BRASIL, 1988)

O objetivo das licitações é a compra de bens e a contratação de serviços, não obstante, o sucesso dos procedimentos de licitação pode ser avaliado a partir de diferentes parâmetros. Nesse sentido, é pertinente observar que a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, informa que, além da seleção da proposta mais vantajosa, a licitação destina-se a garantir a isonomia e a promover o desenvolvimento nacional sustentável. Seu processamento e julgamento ocorre “em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.”(BRASIL, 1993)

Soma-se a esses parâmetros, o princípio da eficiência, inserido constitucionalmente no regime jurídico administrativo a partir de 1998, com a Emenda Constitucional nº 19, de quatro de junho de 1998, influenciada pelas teorias da Nova Gestão Pública (SANTOS, 2014). O princípio da eficiência é um dos princípios fundamentais que regem as licitações no Brasil. Ele está previsto no artigo 37, caput, da Constituição Federal, que dispõe sobre a administração pública e estabelece que esta deve ser pautada pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (BRASIL, 1988).

Cabe destacar que o princípio da eficiência não se aplica apenas às licitações, mas sim a toda a administração pública. Assim, a busca pela eficiência deve ser uma constante em todas as atividades do Estado. A eficiência portanto perpassa tanto pelos instrumentos utilizados e sua forma de utilização pela administração, como pelo resultado em termos de finalidade e entrega da política bem como realização e alcance do interesse

público. Nessa linha, os diversos direitos assegurados e executados pela Administração Pública, dentre os quais, destacamos para este estudo a segurança pública, também estão sob a égide da eficiência.

Na esfera das licitações, o princípio da eficiência é aplicado na busca pela seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública, levando em consideração não apenas o preço, mas também outros critérios, tais como a qualidade do produto ou serviço, o prazo de entrega e as condições de pagamento. O que se quer é a melhor relação entre custo e benefício. É possível que uma proposta com preço mais alto seja considerada mais vantajosa se apresentar uma melhor qualidade, prazo de entrega ou condições de pagamento.

Também o procedimento em si, conformador e instrumental à licitação, circunda-se no princípio da eficiência. Trata-se do bom uso dos recursos públicos em termo de interesse público secundário e melhores práticas de organização, manutenção e funcionamento dos órgãos administrativos. Nesse sentido, a eficiência está diretamente relacionada com a busca pela qualidade e a valorização do trabalho bem-feito, o que acaba por estimular a concorrência e aprimorar a gestão dos recursos públicos.

O presente estudo tem como foco principal descrever e analisar os processos de compras de pistolas e carabinas para as forças de segurança pública realizados pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP. Estima-se que há no Brasil, conforme dados do Pesquisa Perfil das Instituições de Segurança Pública 2023, ano base 2022, (BRASIL, 2023), um total de 397.488 policiais militares e 99.475 policiais civis na ativa. Essas forças utilizam em sua atuação funcional diversos equipamentos de segurança pública, dentre os quais, destaca-se as armas de fogo pistola e carabina.

A compra e porte de armas de fogo é regularizada no Brasil por meio da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, a qual cria o Sistema Nacional de Armas – Sinarm e dispensa a necessidade de autorização de porte para as forças policiais (BRASIL, 2024). A compra dessas armas para a segurança pública, tendo em vista a própria natureza do bem, ocorre de forma periódica e constante, seja diretamente pelos órgãos estaduais, municipais ou federais de segurança ou por meio de compra compartilhada e doação realizadas pelo MJSP. A pesquisa em tela contribui para a categorização e

destaque dos principais elementos que influenciam no bom andamento do procedimento de compras de armas de fogo.

Dentre as compras mencionadas, o presente trabalho delimita-se a discussão das compras realizadas pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, realizadas por meio de pregão eletrônico, para atendimento das demandas dos órgãos de segurança pública estaduais e municipais.

Portanto, com intuito de discutir e analisar o processo de compras, com destaque aos fatores que influenciam na eficiência da licitação, buscou-se levantar todas as compras de armas de fogo realizadas pelo MJSP, procedendo-se a descrição e análise das etapas de cada processo licitatório levado a efeito, visando identificar fatores de eficiência ou gargalos no processo, com o fito de propor práticas para futuras licitações

Destarte, esta pesquisa busca respostas para o seguinte questionamento: Quais fatores influenciam na eficiência da compra de armas de fogo realizadas pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública?

1.1. Objetivos

1.1.1. Objetivo Geral

Analisar o processo de compra de pistolas e carabinas realizado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, para atendimento das demandas dos órgãos estaduais de segurança pública, realizadas por meio de pregão eletrônico, entre 2005 e 2022.

1.1.2. Objetivos Específicos

- Descrever os processos de compra de armas de fogo pelo MJSP, na modalidade pregão eletrônico, ocorridos entre 2005 e 2022;
- Identificar elementos que podem influenciar na eficiência do processo de compra de pistolas e carabinas, por via de pregão eletrônico, realizado pelo MJSP para atendimento das demandas dos órgãos estaduais de segurança pública;

1.2. Justificativa

A avaliação para a melhoria de políticas públicas e otimização da gestão, visando a eficiência da aplicação de recursos, tornou-se pauta essencial para gestores governamentais, principalmente a partir da década de 1990. (SILVA, 2002)

Nesse sentido, a compreensão de que a melhoria de processos que dão suporte às políticas representa melhoria da própria política, impulsiona a produção de estudos e o desenvolvimento de práticas da gestão pública.

Dentre as políticas de interesse da população e de relevância geral, destaca-se a segurança pública. A segurança pública, garantida pela Constituição Federal, é internacionalmente reconhecida como pressuposto de uma sociedade desenvolvida e livre, como se verifica do Objetivo 16 dos Objetivos de Desenvolvimento Social que trata da paz, justiça e instituições eficazes. (IBGE, 2022).

A realização e implantação de procedimentos administrativos abre amplo espaço para pesquisas quanto a avaliação do procedimento, seja quanto ao seu desenvolvimento, seja quanto a sua aplicação e resultados, sendo possível desenvolver diferentes modelos de análise ou ainda aplicar modelos pré-existentes.

Esses estudos, adicionam valor ao campo acadêmico e igualmente crescem como base e fundamento para o órgão público persistir ou ajustar determinado programa, procedimento ou política, demonstrando a correlação entre educação e mercado, bem como a busca da administração por soluções eficazes.

Assim, a pesquisa em tela além de atender a oportunidades de estudo de matéria de amplo interesse social, poderá auxiliar na medição quanto a eficiência da solução de processo implementada pela administração o que, incidentalmente, poderá ainda contribuir para que o órgão verifique ou comprove o atendimento à recomendação do Tribunal de Contas da União, que solicita o aprimoramento de processo de compras. (BRASIL, 2022)

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

Esta pesquisa está estruturada em cinco capítulos, incluindo esta introdução, que compreende: o contexto, o problema de pesquisa, os objetivos, a justificativa e a estrutura

do trabalho. No capítulo 2, desenvolve-se o referencial teórico, contemplando a revisão da literatura que trata das dimensões, abordagens e teorias implicadas no estudo proposto. Os principais temas tratados dizem respeito às compras governamentais, o sistema de compras compartilhadas, o princípio da eficiência nas licitações e sua relação com a gestão dos processos licitatórios.. No capítulo 3, descrevem-se os procedimentos metodológicos utilizados na realização do estudo empírico, incluindo: tipo de pesquisa, caracterização da organização, população e amostra, coleta de dados e análise dos dados. No capítulo 4, procede-se à apresentação, análise e discussão dos resultados da pesquisa à luz do referencial teórico apresentado. No capítulo 5, formulam-se as considerações finais, com as conclusões acerca do tema estudado, as limitações da pesquisa, as sugestões para estudos futuros e as contribuições da pesquisa para a academia e para a gestão.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Pesquisa Bibliográfica

Ao tratar da pesquisa, em especial pesquisa científica, Marconi e Lakatos (2021), destacam como fonte de levantamento de dados a pesquisa bibliográfica.

No presente trabalho, foi procedida a revisão sistemática da literatura com o objetivo de observar os estudos e aspectos pesquisados relativos a licitações públicas, mormente na modalidade compartilhada, e identificar e selecionar publicações cujo objeto abordem eficiência nas compras públicas, em especial na implementação de políticas de segurança pública.

O protocolo utilizado para o levantamento bibliográfico é a metodologia proposta por John W. Creswell (2007), adaptada, seguindo-se, a partir daí, as seguintes etapas: identificação de palavras-chaves; busca nas bases de dados; filtragem das publicações; e análise dos artigos.

A identificação de palavras-chave é útil na localização dos materiais em uma biblioteca acadêmica de uma faculdade ou universidade (Creswell, 2007).. Dessa forma, foram identificadas as seguintes palavras-chave: compras governamentais; compras compartilhadas/ registro de preços; segurança pública, e eficiência.

A base de dados escolhida foi a do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, que possui extensa quantidade de textos relacionados ao assunto desta pesquisa, além de ofertar pesquisas em diversos idiomas e que foram objeto de análise por outros pesquisadores. Além disso foram selecionados artigos científicos, os quais possuem maior validade científica tendo em vista atenderem os critérios de acessibilidade, perenidade, confiabilidade e atualidade (Koller, Couto e Hohendorff, 2014).

Os procedimentos de filtragem seguiram as seguintes etapas:

- a) No formulário de busca simples do Portal Periódicos foram inseridas as palavras chaves entre aspas, para a busca do termo exato, e para o caso do descritor eficiência este foi combinado com as demais palavras-chaves

por meio do operador booleano AND, como resultado foram obtidas 2646 publicações;

- b) Foram aplicados os filtros: revisados por pares; artigos; 2005 a 2023; inglês e português, o que reduziu os resultados para 1603 para todas as palavras chaves;
- c) O portal disponibiliza filtros por assunto, os quais variam de acordo com o resultado da pesquisa, dessa forma, foram aplicados filtros específicos de assunto para as palavras-chave segurança pública e registro de preços. Após essa filtragem chegou-se ao total de 186 publicações;

Após a filtragem descrita, iniciamos a leitura do título, resumo e palavras-chaves de cada texto para verificar sua aderência com o objeto da presente pesquisa. Também foi realizada a eliminação de textos repetidos. Concluídas essas etapas, a pesquisa bibliográfica obteve um total de 60 publicações, conforme quadro abaixo, que detalha ainda os quantitativos por descritor nas etapas de filtragem:

Quadro 1 - Critérios para pesquisa e quantidade de artigos encontrados

Descritores	Sem filtro	Filtros gerais:	Filtros específicos (assunto):		Após retirada de repetidos e duplicados	Após leitura título, resumo e palavras-chave
		Revisados por pares; Artigos; 2005 a 2023; inglês e português				
compras governamentais	112	75	-	75	55	23
compras governamentais AND eficiência	14	9	-	9	8	7
compras compartilhadas	3	7	-	7	6	4
compras compartilhadas AND eficiência	0	0	-	0	0	0
segurança pública	2417	1454	Segurança Pública; Public Safety; Public Security; Políticas Públicas; Political Science; Social Sciences; Interdisciplinary; Social Sciences; Brazil; Public Policy; Management	45	42	9
segurança pública AND eficiência	62	36	-	36	29	10
registro de preços	32	20	Licitações; Sector Público; Brazil; Licitação; Purchasing; Contrato; Ata; Administracion Publica; Sistema De Registro De Preços; Registro De Preços	12	8	5
registro de preços AND eficiência	6	2	-	2	2	2
Total	2646	1603		186	150	60

Fonte: elaborada pela autora

Foi realizada a leitura de 60 artigos considerados mais pertinentes à pesquisa em questão, com o intuito de encontrar informações relevantes sobre o tema e realizar uma revisão de pesquisas recentes. Para obter os arquivos de texto, foram acessadas as bases de dados correspondentes de cada artigo através do Portal Periódicos CAPES. Os resultados obtidos foram analisados e foi possível identificar sugestões de pesquisas futuras relacionadas à análise de eficiência nas compras governamentais e conteúdos históricos relevantes de autores consagrados no tema.

Segue abaixo a lista das publicações lidas:

Quadro 2- Lista de artigos selecionados

Nº	Artigo	Autores	Ano da Publicação	Periódico
1	Economicidade, eficiência e transparência nas compras públicas via pregão eletrônico: estudo de caso dos pregões eletrônicos 42/2012 e 32/2013 realizados pelo IFPR – campus Assis Chateaubriand	ALBIERO; SILVA.	2018	ForScience
2	Processo licitatório tipo menor preço e eficiência em compras públicas: um estudo de caso	ARAÚJO; JESUS.	2018	Revista Principia - Divulgação Científica e Tecnológica do IFPB
3	Licitações e eficiências em compras públicas: um estudo de caso para a universidade federal de pelotas	FERNANDEZ; MEDEIROS; SHIKIDA.	2018	Economic Analysis of Law Review
4	Inovação no processo de compra de medicamentos: estudo de caso do Ministério da Saúde	CARNEIRO; JÚNIOR.	2017	Revista do Serviço Público
5	Uma Análise dos Repasses da União Transferidos a Municípios Brasileiros: um Estudo de Caso na Prefeitura de Santo Antônio da Patrulha no Estado do Rio Grande do Sul	NASCIMENTO; SILVA.	2015	Revista Controle
6	Compras governamentais: panorama atual e desafios	ELISEU COSTA; HOLLNAGEL; BUENO	2019	Revista Científica Hermes
7	Compras governamentais na gestão municipal: requisitos legais e sustentabilidade	DE MEDEIROS DA SILVA; COELHO DA SILVA.	2018	Revista Controle
8	<i>Public Procurement Systems: Unpacking Stakeholder Aspirations and Expectations</i>	SCHOONER; GORDON; WHERRY.	2011	SSRN Electronic Journal

9	A contribuição do orçamento sigiloso para a eficiência das licitações e contratações públicas: uma análise a partir das decisões do tcu	FORNI; VARELLA.	2019	Revista Opinião Jurídica (Fortaleza)
10	Compras públicas municipais: um estudo sobre a gestão do departamento de compras no município de Brasilândia do Sul	SINCOSKI SARTORELHI; FIIRST.	2019	Revista Competitividade e Sustentabilidade
11	Análise da modalidade regime diferenciado de contratação nas licitações do DNIT	ALVES; SANTARÉM; DE ANDRADE.	2020	Revista do Serviço Público
12	Corrupção e ineficiência em licitações de governos locais e desenvolvimento humano: novas reflexões	LAURINHO; DA SILVA DIAS; DE MATOS.	2017	Revista de Contabilidade e Organizações
13	Desenvolvimento de um framework para o planejamento de compras públicas: estudo em uma Universidade Federal	CRUZ; OLIVEIRA; GURGEL.	2020	Revista de Gestão e Projetos
14	Avaliação da ferramenta de tecnologia da informação e comunicação (TIC) utilizada no processo de compras em uma IFES: propostas de melhorias	NEGRINI; PEREIRA.	2019	Revista Sociais e Humanas
15	Função compras no setor público: Desafios para o alcance da celeridade dos pregões eletrônicos	ALMEIDA; SANO.	2018	Revista de Administracao Publica
16	Custos de transação nas compras públicas	NEUENFELD et al.	2018	Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios
17	Análise da implementação da política de compras públicas sustentáveis: um estudo de caso	CASTRO; CASTRO.	2020	Revista de Políticas Públicas
18	Compras para a inovação: casos de inovações induzidas por clientes públicos	MOREIRA; VARGAS.	2012	RAM. Revista de Administração Mackenzie
19	Os novos parâmetros internacionais do desenvolvimento sustentável e seus reflexos nas compras públicas brasileiras	MORAES FILHO; MENDONÇA.	2018	Revista Controle
20	Compras públicas sustentáveis: o Estado induz sustentabilidade com seu poder de compra?	TARDAN.	2020	Estudios de la Gestión
21	Para um uso dos contratos públicos como instrumento indutor do desenvolvimento nacional sustentável: três mudanças necessárias no sistema brasileiro de compras públicas	SILVA FERREIRA JÚNIOR	2021	Revista Acadêmica
22	Obtenção de produtos de defesa no Brasil: o desafio da transferência de tecnologia	DE SOUSA MOREIRA.	2011	Revista da Escola de Guerra Naval
23	A qualidade dos produtos e serviços em licitações do tipo menor preço: um estudo em uma câmara de vereadores do Rio Grande do Sul	MEDEIROS et al.	2014	Revista de gestão

24	Modelo Multicritério para Avaliação de Desempenho: um estudo de caso para gestão de compras no setor público	NISHIYAMA et al.	2017	Revista de Ciencias da Administracao
25	O pregão como processo de compras no governo do Estado do Ceará	PONTES; XAVIER.	2018	Revista Expressão Católica
26	Compras públicas e desenvolvimento local: Micro e pequenas empresas locais nas licitações de uma universidade pública mineira	CHAVES; MELO SILVA; BERTASSI.	2019	Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas
27	Abrangência, inserção e impacto transformador dos sistemas de compras eletrônicas na administração pública – análise do Siasg/Comprasnet	FERNANDES.	2014	Revista do Serviço Público
28	<i>Does public procurement for innovation increase innovative efforts? The case of Brazil</i>	ROCHA;	2019	Revista brasileira de inovação
29	Exigências para as compras governamentais das universidades federais brasileiras: análise de conteúdo de acórdãos do Tribunal de Contas da União	BELINSKI; FREDERICO; FREITAS	2021	Revista Gestão universitária na América Latina
30	Compras públicas como instrumento para o desenvolvimento econômico nacional: novidades e questionamentos oriundos das alterações promovidas pela Lei nº 12.349/2010	SPERANDIO ROXO.	2016	Revista de Direito da Administração Pública (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)
31	Análise e redesenho de processos no setor público: identificação de melhorias em um processo de compra	BORGES; WALTER; SANTOS.	2016	Holos (Natal, RN)
32	A Reestruturação do Setor de Compras da Universidade de Brasília: a Implantação de uma Nova Estrutura de Compras, Visando a Melhoria dos Processos, a Redução das Compras Diretas e a Otimização dos Recursos Públicos	DA SILVA ARRAES.	2017	Future studies research journal
33	Sistema de Registro de Preços: um estudo de caso do uso do pregão no processo de compras de bens no município de São José do Vale do Rio Preto-RJ	RIBEIRO.	2017	Revista de Administração, Sociedade e Inovação
34	Compêndio sobre o sistema de registro de preços nas licitações	FREITAS DE ANDRADE.	2016	Revista Controle
35	Os Aspectos Jurídicos da Ata de Registro de Preços e a Recomposição do Equilíbrio Econômico Financeiro	DE ANDRADE JÚNIOR.	2018	Revista Controle
36	The attitude of Brazilian federal police officers towards firearms	BORBA; GOMES.	2021	Revista de administração pública (Rio de Janeiro)
37	Crime social, castigo social: desigualdade de renda e taxas de criminalidade nos grandes municípios brasileiros	RESENDE; ANDRADE.	2011	Estudos econômicos - Instituto de Pesquisas Econômicas

38	Novas bases para as políticas públicas de segurança no Brasil a partir das práticas do governo federal no período 2003-2011	MADEIRA; RODRIGUES.	2015	Revista de administração pública (Rio de Janeiro)
39	Servir e proteger: determinantes da avaliação pública sobre a qualidade do trabalho das Polícias Militares no Brasil	COUTO.	2017	Sociedade e estado
40	Política de segurança pública no Brasil: avanços, limites e desafios	CARVALHO; SILVA.	2011	Revista katálysis
41	Interações e suas implicações no desenvolvimento de políticas públicas na área de segurança	FIGUEIREDO; PASCUCI.	2021	Revista eletrônica da administração (Porto Alegre)
42	A política de segurança pública no Brasil: uma análise dos gastos estaduais (1999-2010)	DOS SANTOS; GONTIJO; AMARAL.	2015	Opinião Pública
43	Justiça e segurança pública desde uma perspectiva de transição	COELHO ANTUNES; ESCRIVÃO FILHO.	2017	Espaço Jurídico
44	Estado, polícias e segurança pública no Brasil	DE LIMA; BUENO; MINGARDI.	2016	Revista direito GV
45	Os sistemas de avaliação da eficácia da investigação criminal no Brasil: uma proposta à luz da análise comportamental do direito	CANDIDO; AGUIAR.	2021	Revista Direito e Justiça: Reflexões Sociojurídicas
46	Gastos públicos versus criminalidade: o caso da região Nordeste do Brasil	NOGUEIRA.	2019	Revista brasileira de segurança pública
47	Eficiência dos gastos públicos com segurança nos municípios baianos em 2018	ALEXANDRE DE LUCENA; DE FREITAS BARBOSA; PINHEIRO DE SOUSA.	2021	Cadernos de ciências sociais aplicadas
48	Eficiência dea como medida de desempenho de unidades policiais	DE MELLO et al.	2005	Revista produção online
49	<i>Public security in Brazil: Efficiency and technological gaps</i>	DE LIMA; MARINHO.	2017	Economia (Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia : 2000)
50	<i>Evaluation of the operational efficiency of pacifying police units in the state of Rio de Janeiro</i>	JESUS; GOMES; ANGULO- MEZA.	2014	Revista produção online
51	Eficiência técnica da polícia militar em Minas Gerais	SCALCO; AMORIM; GOMES.	2012	Nova economia (Belo Horizonte, Brazil)
52	Explorando o uso do modelo target: a gestão de lições aprendidas na área de projetos em uma instituição governamental de segurança pública	DAMASCENO JR; CHAVES.	2017	Revista Alcance

53	Estudo sobre a eficiência da gestão orçamentária dos investimentos em segurança pública no plano plurianual 2016-2019 do estado de Roraima	DELICATO et al.	2019	Ambiente
54	Análise da eficiência relativa dos gastos estaduais em segurança pública	MONTE; LEOPOLDINO.	2020	Revista Gestão em Análise
55	O instituto do "carona" e os princípios do direito administrativo	GOMIDE; GONÇALVES; COSTA.	2021	Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros
56	"Carona" no sistema de registro de preços: análise jurídica nas contratações realizadas pelo poder público	CAVALCANTE.	2013	Revista Controle
57	A Gestão de Compras Públicas: um Estudo de Caso da Central de Compras do Distrito Federal	ARAÚJO; LEMOS.	2020	Teoria e Prática em Administração
58	Impactos da Descentralização na Economicidade de Compras Governamentais	OLIVEIRA et al.	2017	Revista Contabilidade e Controladoria
59	Impacto econômico entre dois modelos de compras públicas: centralizado e descentralizado	ALVES et al.	2019	Revista Gestão & Saúde
60	Compras públicas compartilhadas: a prática das licitações sustentáveis	SILVA; BARKI.	2014	Revista do Serviço Público

Fonte: elaborado pela autora.

2.1.1. Análise dos artigos

A seguir, a análise de cada artigo, destacando seus objetivos, resultados e conclusões.

1) Exigências para as compras governamentais das universidades federais brasileiras: análise de conteúdo de acórdãos do Tribunal de Contas da União (BELINSKI; FREDERICO; FREITAS, 2021). O objetivo do artigo é identificar as principais exigências e falhas encontradas nas compras realizadas pelas universidades federais brasileiras, por meio da análise de acórdãos do Tribunal de Contas da União (TCU). A partir da análise dos acórdãos, os autores concluem que as principais falhas encontradas nas compras realizadas pelas universidades federais são: falhas nos procedimentos licitatórios, falta de planejamento das compras, falta de transparência, e problemas relacionados à qualidade dos produtos e serviços adquiridos. Entre as contribuições do artigo, destaca-se a identificação das principais falhas encontradas nas compras

realizadas pelas universidades federais brasileiras, o que pode auxiliar na elaboração de políticas de compras mais efetivas e na melhoria da gestão dessas instituições. Como sugestão para pesquisas futuras, os autores apontam a necessidade de estudos que aprofundem a análise das causas dessas falhas, bem como a realização de análises comparativas entre as universidades, a fim de verificar as particularidades de cada contexto e identificar possíveis boas práticas que possam ser replicadas em outras instituições.

2) Análise da implementação da política de compras públicas sustentáveis: um estudo de caso (CABRAL; CASTRO, 2020). O objetivo do artigo é analisar a implementação da Política de Compras Públicas Sustentáveis em uma instituição pública brasileira, buscando identificar os principais desafios enfrentados e as soluções encontradas para superá-los. A partir da análise do estudo de caso, os autores concluem que a implementação da Política de Compras Públicas Sustentáveis na instituição estudada enfrentou desafios relacionados à falta de conhecimento e capacitação dos servidores, à falta de recursos financeiros e tecnológicos, e à resistência por parte de alguns setores da organização. Entre as contribuições do artigo, destaca-se a identificação dos principais desafios enfrentados na implementação da Política de Compras Públicas Sustentáveis e das soluções encontradas para superá-los, o que pode auxiliar outras instituições públicas na implementação dessa política de forma mais efetiva. Como sugestão para pesquisas futuras, os autores apontam a necessidade de estudos que aprofundem a análise da implementação da Política de Compras Públicas Sustentáveis em outras instituições públicas, bem como a realização de análises comparativas entre elas, a fim de verificar as particularidades de cada contexto e identificar possíveis boas práticas que possam ser replicadas em outras organizações.

3) Obtenção de produtos de defesa no Brasil: o desafio da transferência de tecnologia (DE SOUSA MOREIRA, 2011) O objetivo deste artigo é discutir os desafios enfrentados pelo Brasil na obtenção de produtos de defesa, destacando a importância da transferência de tecnologia como um meio para superar esses desafios. A autora realiza uma revisão bibliográfica e analisa alguns casos de aquisição de equipamentos militares pelo país, buscando identificar as dificuldades encontradas e as soluções adotadas. A conclusão do artigo é que a transferência de tecnologia é fundamental para a obtenção

de produtos de defesa no Brasil, pois permite o desenvolvimento de capacidades locais e a redução da dependência externa. No entanto, a autora destaca que a transferência de tecnologia não é um processo simples e envolve diversos desafios, como a capacitação técnica e a proteção da propriedade intelectual. As principais contribuições do artigo estão na análise crítica dos casos de aquisição de equipamentos militares pelo Brasil e na discussão dos desafios da transferência de tecnologia. A autora destaca a importância da cooperação internacional e da participação de empresas brasileiras no processo de transferência de tecnologia, como forma de desenvolver capacidades locais e promover a inovação. Para sugestões de pesquisas futuras, a autora indica a necessidade de estudos mais aprofundados sobre a transferência de tecnologia no setor de defesa, destacando os fatores que influenciam o sucesso ou fracasso desse processo. Além disso, a autora aponta a importância de pesquisas que analisem o impacto da transferência de tecnologia no desenvolvimento econômico e social do país.

4) Abrangência, inserção e impacto transformador dos sistemas de compras eletrônicas na administração pública – análise do Siasg/Comprasnet (FERNANDES, 2014) O objetivo do artigo é analisar a abrangência, inserção e impacto transformador dos sistemas de compras eletrônicas na administração pública, especificamente o Siasg/Comprasnet. O estudo se baseia em uma pesquisa bibliográfica e documental, com análise quantitativa e qualitativa de dados coletados em fontes secundárias, como relatórios e estatísticas oficiais. A conclusão do estudo mostra que a adoção dos sistemas de compras eletrônicas trouxe benefícios significativos para a administração pública, como maior transparência, agilidade e eficiência nos processos de aquisição de bens e serviços. O Siasg/Comprasnet é considerado um caso de sucesso na implantação de sistemas de compras eletrônicas, tendo sido responsável por uma grande economia de recursos públicos e por facilitar o acesso de pequenas empresas aos processos de licitação. As principais contribuições do estudo estão relacionadas à análise dos impactos dos sistemas de compras eletrônicas na administração pública e ao destaque do Siasg/Comprasnet como um exemplo de boas práticas nessa área. O estudo também oferece subsídios para a implementação de políticas públicas que visem a modernização e a melhoria dos processos de compras governamentais. Entre as sugestões para pesquisas futuras, destaca-se a análise dos desafios e limitações na implementação dos

sistemas de compras eletrônicas em outros países e contextos, bem como a avaliação do impacto desses sistemas na promoção da sustentabilidade e da responsabilidade socioambiental nas compras governamentais.

5) A qualidade dos produtos e serviços em licitações do tipo menor preço: um estudo em uma câmara de vereadores do Rio Grande do Sul (MEDEIROS et al., 2014) O objetivo do artigo é analisar a qualidade dos produtos e serviços adquiridos por uma Câmara de Vereadores do Rio Grande do Sul, a partir da modalidade de licitação de menor preço. Para isso, foi realizada uma pesquisa exploratória, com levantamento de dados por meio de questionário aplicado aos gestores responsáveis pela aquisição dos produtos e serviços. Os resultados mostraram que, apesar da modalidade de licitação de menor preço ser amplamente utilizada, ela não garante a qualidade dos produtos e serviços adquiridos, uma vez que muitos fornecedores não entregam o que foi especificado no edital e os gestores não têm tempo hábil para realizar testes e avaliar a qualidade antes da aquisição. A conclusão do estudo é que a modalidade de licitação de menor preço não é suficiente para garantir a qualidade dos produtos e serviços adquiridos, e que é necessário um maior cuidado na especificação dos itens e na avaliação dos fornecedores. As contribuições do estudo incluem a identificação de falhas no processo de aquisição de produtos e serviços por meio de licitação de menor preço, bem como a sugestão de melhorias para garantir a qualidade dos mesmos. Uma sugestão de pesquisa futura é a realização de estudos semelhantes em outras instituições públicas, a fim de verificar se os resultados obtidos são semelhantes ou diferentes. Além disso, também seria interessante analisar outras modalidades de licitação e compará-las quanto à qualidade dos produtos e serviços adquiridos.

6) Os novos parâmetros internacionais do desenvolvimento sustentável e seus reflexos nas compras públicas brasileiras (MORAES FILHO; MENDONÇA, 2018) O objetivo do artigo "Os novos parâmetros internacionais do desenvolvimento sustentável e seus reflexos nas compras públicas brasileiras" é analisar como os novos parâmetros internacionais de desenvolvimento sustentável estão afetando as compras públicas no Brasil, especialmente em relação à incorporação de critérios socioambientais nas licitações. O estudo examina a legislação brasileira atual e a relação com as normas internacionais, como a Agenda 2030 da ONU e os Princípios Orientadores da ONU sobre

Empresas e Direitos Humanos. A conclusão do estudo é que a incorporação de critérios socioambientais nas licitações públicas é um caminho inevitável e necessário para que as compras governamentais contribuam para a promoção do desenvolvimento sustentável. Os autores argumentam que a transição para um modelo de compras públicas sustentáveis não deve ser vista como um custo adicional, mas sim como um investimento em longo prazo para a sociedade e o meio ambiente. As contribuições do artigo estão relacionadas à discussão sobre a incorporação de critérios socioambientais nas compras públicas, apresentando exemplos de boas práticas e desafios para a implementação desses critérios. Os autores também destacam a importância do papel do Estado na promoção do desenvolvimento sustentável por meio de suas políticas de compras. Uma sugestão de pesquisa futura seria investigar a implementação efetiva de critérios socioambientais nas compras públicas em diferentes setores e órgãos governamentais, bem como avaliar os impactos dessas práticas em relação aos objetivos de desenvolvimento sustentável.

7) Compras para a inovação: casos de inovações induzidas por clientes públicos (MOREIRA; VARGAS, 2012) O objetivo do artigo "Compras para a inovação: casos de inovações induzidas por clientes públicos" é apresentar casos de compras públicas que tiveram impacto na indução de inovações em produtos e serviços. O estudo visa contribuir para a compreensão da relação entre as compras governamentais e a inovação, assim como os possíveis benefícios para o setor público e privado. A conclusão do estudo é que as compras para a inovação podem ser uma ferramenta importante para a indução de inovações em produtos e serviços, trazendo benefícios para a sociedade e economia. Os casos apresentados demonstram que as compras públicas podem ser utilizadas como um mecanismo de incentivo à inovação, ao estimular a criação de soluções mais eficientes e eficazes para atender às demandas do setor público. As contribuições do artigo incluem a identificação de possíveis benefícios das compras para a inovação, tais como a redução de custos, aumento da eficiência e melhoria da qualidade dos produtos e serviços. Além disso, o estudo destaca a importância de uma abordagem estratégica na gestão das compras públicas, a fim de aproveitar as oportunidades de inovação disponíveis no mercado. Uma sugestão de pesquisa futura seria a investigação do papel das compras públicas na indução de inovações em

diferentes setores, assim como a análise dos fatores que influenciam o sucesso das compras para a inovação. Além disso, estudos poderiam explorar as possíveis limitações e desafios enfrentados pelos compradores públicos na adoção dessa abordagem.

8) Modelo Multicritério para Avaliação de Desempenho: um estudo de caso para gestão de compras no setor público (NISHIYAMA et al., 2017) O objetivo deste artigo é apresentar um modelo multicritério para avaliação de desempenho na gestão de compras no setor público. O modelo foi desenvolvido para auxiliar na tomada de decisão e avaliar o desempenho dos fornecedores em compras públicas, considerando aspectos de qualidade, custo, prazo e sustentabilidade. Os resultados do estudo de caso realizado mostraram que o modelo proposto é uma ferramenta eficiente para a avaliação de desempenho em compras públicas, permitindo a identificação de pontos fortes e fracos dos fornecedores, bem como a avaliação do desempenho geral do processo de compras. A conclusão do artigo sugere que a aplicação do modelo pode ajudar a melhorar a eficiência e efetividade do processo de compras no setor público, garantindo maior qualidade e sustentabilidade nas aquisições. As contribuições deste artigo incluem a apresentação de um modelo multicritério inovador para avaliação de desempenho em compras públicas, que pode ser útil para gestores públicos e pesquisadores que desejam melhorar o processo de compras no setor público. As sugestões para pesquisas futuras incluem a aplicação do modelo em diferentes contextos e a análise de outras variáveis relevantes para a avaliação de desempenho em compras públicas.

9) O pregão como processo de compras no governo do Estado do Ceará (PONTES; XAVIER, 2018) O objetivo do artigo "O pregão como processo de compras no governo do Estado do Ceará" é analisar a implementação e o desempenho do pregão como processo de compras no governo do Estado do Ceará, identificando seus benefícios e desafios. A pesquisa utilizou dados coletados a partir de entrevistas com gestores públicos responsáveis pelas compras do Estado do Ceará. A conclusão do estudo é que o pregão é uma modalidade de licitação eficiente, pois permite a compra de produtos e serviços com preços mais competitivos, além de ser um processo mais ágil e transparente. O artigo também aponta a necessidade de capacitação dos profissionais envolvidos no processo e a importância de uma gestão eficiente para a realização das compras públicas. As contribuições deste estudo são importantes para a compreensão

do funcionamento do pregão como processo de compras no setor público, bem como para a identificação de oportunidades de melhoria na gestão pública. Sugestões de pesquisas futuras incluem a análise do impacto do pregão na economia local e a comparação do desempenho do pregão com outras modalidades de licitação.

10) Does public procurement for innovation increase innovative efforts? The case of Brazil (ROCHA, 2019) O objetivo do artigo "Does public procurement for innovation increase innovative efforts? The case of Brazil" é analisar a relação entre compras públicas e esforços inovadores em empresas brasileiras. A pesquisa se concentra em contratos públicos que incluem cláusulas de inovação tecnológica e busca entender se esses contratos incentivam as empresas a investir mais em pesquisa e desenvolvimento. A conclusão do estudo sugere que compras públicas que incluem cláusulas de inovação têm um impacto positivo nos esforços inovadores das empresas, aumentando a probabilidade de que elas invistam em atividades de pesquisa e desenvolvimento. Além disso, a pesquisa também destaca que empresas que já possuem atividades inovadoras tendem a ser mais bem-sucedidas em ganhar contratos com cláusulas de inovação. As contribuições do artigo estão relacionadas à compreensão da relação entre compras públicas e inovação tecnológica no contexto brasileiro, fornecendo evidências para apoiar políticas públicas que incentivem a inovação por meio de compras governamentais. Sugestões de pesquisas futuras incluem a análise de outras formas de cláusulas de inovação em contratos públicos, a comparação entre a eficácia de políticas de compras públicas para a inovação em diferentes setores e a análise da relação entre compras públicas e inovação em países com diferentes contextos institucionais.

11) Compras públicas e desenvolvimento local: Micro e pequenas empresas locais nas licitações de uma universidade pública mineira (CHAVES; MELO SILVA; BERTASSI, 2019) O objetivo deste artigo é analisar o papel das compras públicas no desenvolvimento local, tendo como foco a participação de micro e pequenas empresas (MPEs) locais em licitações realizadas por uma universidade pública mineira. Os autores investigam a legislação e as políticas públicas que incentivam a participação de MPEs em compras governamentais, bem como as dificuldades encontradas por essas empresas para se inserirem no mercado de compras públicas. A metodologia utilizada

incluiu uma revisão bibliográfica, análise de dados e entrevistas com representantes das MPEs locais e da universidade. Os autores concluem que a universidade estudada apresenta um papel relevante no desenvolvimento local, tanto por meio da sua função de formação de recursos humanos e geração de conhecimento, quanto pela sua política de compras públicas. As MPEs locais têm uma participação significativa nas licitações da universidade e, apesar das dificuldades encontradas, conseguem obter contratos e contribuir para o desenvolvimento econômico da região. Como contribuições, o estudo fornece informações sobre as políticas e práticas adotadas pela universidade para incentivar a participação de MPEs locais em suas licitações e identifica desafios a serem superados nesse processo. Como sugestões para pesquisas futuras, os autores propõem a análise de outras universidades e instituições públicas para comparar práticas e políticas de compras públicas, bem como o estudo de outras regiões do país para verificar se as políticas e práticas encontradas são aplicáveis em outros contextos. Além disso, sugerem a investigação sobre a efetividade das políticas públicas de incentivo à participação de MPEs em compras governamentais, bem como a análise de outras formas de compras públicas que possam beneficiar o desenvolvimento local.

12) Para um uso dos contratos públicos como instrumento indutor do desenvolvimento nacional sustentável: três mudanças necessárias no sistema brasileiro de compras públicas (SILVA FERREIRA JÚNIOR, 2021) O objetivo deste artigo é identificar três mudanças necessárias no sistema brasileiro de compras públicas para que se possa utilizar os contratos públicos como instrumento indutor do desenvolvimento nacional sustentável. O autor argumenta que o atual sistema de compras públicas não é capaz de promover o desenvolvimento nacional sustentável, pois ele é baseado em uma lógica de aquisição de bens e serviços a preços baixos, sem considerar o impacto socioambiental dos produtos adquiridos. A conclusão do artigo é que as três mudanças necessárias no sistema de compras públicas brasileiro para promover o desenvolvimento nacional sustentável são: a adoção de critérios de sustentabilidade socioambiental nas licitações públicas, a priorização da contratação de micro e pequenas empresas locais e a implementação de políticas públicas de desenvolvimento tecnológico e inovação. As contribuições deste artigo incluem a identificação das limitações do sistema atual de compras públicas brasileiro e a apresentação de propostas concretas para transformá-lo

em um instrumento indutor do desenvolvimento nacional sustentável. O autor também faz uma análise crítica do contexto político e econômico atual do Brasil e como isso afeta o sistema de compras públicas. As sugestões de pesquisas futuras incluem estudos empíricos que avaliem a efetividade das propostas apresentadas pelo autor, bem como pesquisas que investiguem outras possibilidades de utilização dos contratos públicos como instrumento de promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

13) Compras públicas como instrumento para o desenvolvimento econômico nacional: novidades e questionamentos oriundos das alterações promovidas pela Lei nº 12.349/2010 (SPERANDIO ROXO, 2016) O artigo busca analisar as mudanças introduzidas pela Lei nº 12.349/2010 no cenário das compras públicas no Brasil e como isso pode impactar no desenvolvimento econômico do país. O objetivo do estudo é apresentar uma análise crítica das mudanças promovidas pela Lei, que incluem a criação de novos instrumentos de política pública voltados para a promoção do desenvolvimento nacional, como as margens de preferência, e suas implicações para a efetividade das compras públicas como instrumento de política pública. A conclusão aponta que as alterações promovidas pela Lei representam uma mudança significativa na abordagem do Estado em relação às compras públicas, com maior ênfase na promoção do desenvolvimento nacional e local. Além disso, o artigo destaca que ainda há questões a serem enfrentadas na implementação dessas mudanças, como a necessidade de aprimoramento da gestão das compras públicas e de capacitação dos gestores públicos. Como contribuição, o artigo apresenta uma análise crítica das mudanças introduzidas pela Lei nº 12.349/2010, apontando desafios e oportunidades para a promoção do desenvolvimento nacional e local por meio das compras públicas. Como sugestões para pesquisas futuras, o estudo propõe a realização de estudos de caso para avaliar a efetividade das margens de preferência como instrumento de política pública, bem como a investigação dos fatores que influenciam a decisão de empresas em participar de licitações com margens de preferência.

14) Compras públicas sustentáveis: o Estado induz sustentabilidade com seu poder de compra? (TARDAN, 2020) O objetivo do artigo é analisar se as compras públicas são capazes de induzir a sustentabilidade e de que forma essa indução ocorre. A pesquisa se concentra em um estudo de caso de uma organização pública do setor de

saneamento básico, localizada na região sul do Brasil. Foram realizadas entrevistas com gestores e fornecedores, além da análise de documentos institucionais e normativos. A conclusão aponta que as compras públicas podem induzir práticas sustentáveis, mas que ainda existem desafios a serem enfrentados, como a falta de conhecimento dos fornecedores sobre práticas sustentáveis e a dificuldade em avaliar a sustentabilidade dos produtos e serviços adquiridos. Além disso, foi verificado que a sustentabilidade muitas vezes não é priorizada em detrimento do preço mais baixo. As contribuições do estudo se encontram na identificação dos desafios enfrentados pela organização pública para induzir práticas sustentáveis por meio das compras públicas, além de fornecer subsídios para a elaboração de políticas públicas mais efetivas nesse sentido. Uma sugestão de pesquisa futura seria a realização de estudos em outras organizações públicas de diferentes setores, a fim de se verificar a aplicabilidade das conclusões deste estudo em outras realidades.

15) Public Procurement Systems: Unpacking Stakeholder Aspirations and Expectations (SCHOONER; GORDON; WHERRY, 2011). O artigo citado investiga os sistemas de compras públicas, analisando as aspirações e expectativas dos envolvidos. Seu objetivo principal é compreender de forma abrangente as complexidades e desafios desses sistemas. Utilizando métodos qualitativos, os autores examinam as perspectivas de diferentes partes interessadas, como governos, empresas e cidadãos, destacando as discrepâncias entre suas aspirações e as realidades do processo de compras públicas. As conclusões revelam que as expectativas dos stakeholders frequentemente não são totalmente atendidas, gerando lacunas na eficiência e transparência do sistema. O artigo destaca a importância de alinhar as aspirações das partes interessadas para melhorar a governança e a eficácia das compras públicas. Suas contribuições incluem insights práticos para formuladores de políticas e profissionais envolvidos em compras públicas, visando promover uma abordagem mais holística e inclusiva. Como sugestão para pesquisas futuras, os autores indicam a necessidade de estudos longitudinais e comparativos para aprofundar a compreensão das dinâmicas e impactos das mudanças implementadas nos sistemas de compras públicas.

16) A contribuição do orçamento sigiloso para a eficiência das licitações e contratações públicas: uma análise a partir das decisões do TCU (FORNI; VARELLA,

2019). Ao abordar esse tema, é analisada a contribuição do orçamento sigiloso para a eficiência das licitações e contratações públicas, baseando-se nas decisões do Tribunal de Contas da União (TCU). O objetivo central é investigar como a utilização do orçamento sigiloso impacta positivamente na eficiência desses processos. A pesquisa examina decisões do TCU que envolvem casos específicos de orçamento sigiloso, identificando padrões e conclusões. Os resultados indicam que, em determinadas situações, a utilização do orçamento sigiloso pode ser um instrumento eficaz para otimizar as licitações e contratações públicas. A análise das decisões do TCU evidencia situações em que o sigilo orçamentário é justificado, promovendo a concorrência e a eficiência nos processos. As contribuições do estudo incluem insights práticos para gestores públicos e formuladores de políticas, destacando a importância do orçamento sigiloso como ferramenta estratégica. Para pesquisas futuras, sugere-se a ampliação do escopo para incluir estudos de caso mais abrangentes e uma análise mais aprofundada das implicações éticas e de transparência associadas ao uso do orçamento sigiloso nas práticas de contratação pública.

17) Compras públicas municipais: um estudo sobre a gestão do departamento de compras no município de Brasilândia do Sul (SINCOSKI SARTORELHI; FIIRST, 2019). Na abordagem dessa pesquisa, é feita uma análise da gestão do departamento de compras no município de Brasilândia do Sul, focando nas compras públicas municipais. O objetivo principal é analisar a eficiência e os desafios enfrentados pelo departamento de compras nesse contexto específico. Utilizando métodos de pesquisa qualitativa, o artigo investiga os processos, práticas e obstáculos associados à gestão de compras públicas municipais. Os resultados destacam a importância de abordagens estratégicas na gestão de compras públicas, visando a eficiência e transparência nos procedimentos. A conclusão aponta para a necessidade de aprimoramento nas práticas de compras municipais, destacando áreas específicas de melhoria identificadas no estudo. As contribuições do artigo incluem insights relevantes para gestores municipais e profissionais envolvidos em compras públicas locais, proporcionando uma compreensão mais aprofundada dos desafios e oportunidades específicos enfrentados por municípios. Como sugestão para pesquisas futuras, recomenda-se a expansão do

escopo para comparar as práticas de compras em municípios similares, promovendo uma análise comparativa mais abrangente.

18) Processo licitatório tipo menor preço e eficiência em compras públicas: um estudo de caso (ARAÚJO; JESUS, 2018). É analisada a eficiência do processo licitatório de menor preço em compras públicas por meio de um estudo de caso. O objetivo central é investigar como a modalidade de menor preço impacta a eficiência e os resultados dessas transações governamentais. Utilizando uma abordagem de estudo de caso, o artigo examina os processos licitatórios em um contexto específico. Os resultados indicam que, em determinadas situações, o processo licitatório de menor preço pode contribuir para a eficiência nas compras públicas, proporcionando economia de recursos. A conclusão ressalta a importância de considerar fatores contextuais ao escolher modalidades de licitação, reconhecendo que o menor preço nem sempre é a única métrica relevante. As contribuições do estudo incluem insights práticos para gestores públicos ao tomar decisões sobre modalidades de licitação. Como objeto de futuros estudos, sugere-se a ampliação do escopo para incluir análises comparativas entre diferentes modalidades de licitação, proporcionando uma compreensão mais abrangente dos impactos de cada abordagem nas compras públicas.

19) Análise da modalidade regime diferenciado de contratação nas licitações do DNIT (ALVES; SANTARÉM; DE ANDRADE, 2020). O estudo realiza uma análise da modalidade Regime Diferenciado de Contratação (RDC) nas licitações do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT). Seu objetivo principal é investigar a aplicação e os resultados do RDC, um regime que busca simplificar e agilizar os processos licitatórios em projetos de infraestrutura. A pesquisa examina as licitações do DNIT que utilizaram o RDC, avaliando sua eficácia e impacto na execução de projetos. Os resultados destacam aspectos positivos do RDC, como a redução de prazos e a maior flexibilidade nas contratações. A conclusão ressalta a relevância do RDC como uma ferramenta eficaz para agilizar processos e promover a eficiência na contratação de obras públicas. As contribuições do estudo incluem insights valiosos para profissionais envolvidos em licitações de projetos de infraestrutura.

A ampliação do escopo para investigar casos específicos e comparativos, além de uma análise mais aprofundada dos desafios e oportunidades associados à implementação do RDC em diferentes contextos se mostra bastante promissora para pesquisas futuras.

20) Corrupção e ineficiência em licitações de governos locais e desenvolvimento humano: novas reflexões (LAURINHO; DA SILVA DIAS; DE MATOS, 2017). Uma análise da relação entre corrupção, ineficiência em licitações de governos locais e o desenvolvimento humano é feita nesse estudo, onde o mesmo oferece novas reflexões sobre o tema. O objetivo central é analisar como a corrupção e a ineficiência nos processos licitatórios de governos locais impactam os índices de desenvolvimento humano. A pesquisa destaca a interconexão desses elementos e suas consequências para o bem-estar das comunidades. Os resultados apontam para uma correlação negativa entre práticas corruptas, ineficiência em licitações e indicadores de desenvolvimento humano. A conclusão enfatiza a importância de abordagens mais éticas e eficientes nas práticas de contratação governamental para promover um desenvolvimento mais sustentável e equitativo. As contribuições do estudo incluem insights significativos para formuladores de políticas visando melhorar a governança local. Como sugestões para pesquisas futuras, o artigo propõe a investigação de estratégias específicas para mitigar a corrupção em processos licitatórios locais e a análise dos impactos de medidas anticorrupção na eficiência e desenvolvimento humano em diferentes contextos municipais.

21) Desenvolvimento de um framework para o planejamento de compras públicas: estudo em uma Universidade Federal (CRUZ; OLIVEIRA; GURGEL, 2020). A pesquisa traz à tona a ideia do desenvolvimento de um framework para o planejamento de compras públicas, com base em uma investigação realizada em uma Universidade Federal. O objetivo central é estabelecer uma estrutura abrangente que otimize e sistematize o processo de aquisição de bens e serviços no contexto universitário. A pesquisa inclui a análise de práticas de compras públicas existentes na instituição, visando identificar lacunas e oportunidades de melhoria. Os resultados apontam para a eficácia do framework proposto na melhoria do planejamento de compras públicas, destacando a sua aplicabilidade e utilidade prática. A conclusão enfatiza a relevância da sistematização do processo de compras para aumentar a eficiência e transparência nas

aquisições universitárias. As contribuições do estudo incluem um guia prático para gestores de compras em instituições de ensino superior. A validação do framework em diferentes contextos e a expansão do estudo para incluir análises comparativas entre diferentes universidades, promovendo uma compreensão mais abrangente de suas aplicações e benefícios é um importante viés para pesquisa.

22) Avaliação da ferramenta de tecnologia da informação e comunicação (TIC) utilizada no processo de compras em uma IFES: propostas de melhorias (NEGRINI; PEREIRA, 2019). O estudo analisa a ferramenta de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) utilizada no processo de compras em uma Instituição Federal de Ensino Superior (IFES), propondo melhorias para otimizar sua eficácia. O objetivo central é avaliar a eficiência da ferramenta existente e identificar áreas passíveis de aprimoramento. A pesquisa inclui a análise de processos, entrevistas e levantamento de feedback dos usuários. Os resultados apontam para desafios na usabilidade e eficácia da ferramenta atual, destacando a necessidade de ajustes para melhor atender às demandas do processo de compras em uma IFES. A conclusão enfatiza a importância de TICs eficientes para promover transparência e agilidade nas aquisições institucionais. As contribuições do estudo incluem propostas práticas de melhorias na ferramenta, visando facilitar e aprimorar o gerenciamento de compras. Quando se analisam as possíveis pesquisas futuras, a implementação e avaliação das propostas de melhorias, bem como estudos comparativos entre diferentes IFES para ampliar a compreensão dos desafios e soluções específicos desse contexto.

23) Função compras no setor público: Desafios para o alcance da celeridade dos pregões eletrônicos (ALMEIDA; SANO, 2018). Os desafios enfrentados pela função de compras no setor público são objetos de estudo, especialmente em relação à celeridade dos pregões eletrônicos. O objetivo central é analisar as dificuldades que impactam a eficiência desses processos e identificar possíveis soluções para melhorar a rapidez nas aquisições governamentais. A pesquisa destaca obstáculos como a burocracia e a falta de capacitação, que interferem na agilidade dos pregões eletrônicos. Os resultados indicam que a celeridade nos pregões eletrônicos é prejudicada por fatores organizacionais e estruturais. A conclusão destaca a importância de abordagens integradas, incluindo treinamento efetivo e modernização de processos, para superar

esses desafios. As contribuições do estudo incluem insights práticos para gestores públicos visando aprimorar a função de compras. Uma investigação mais aprofundada das causas específicas da lentidão nos pregões eletrônicos e a análise comparativa entre diferentes entidades governamentais para uma compreensão mais abrangente dos desafios enfrentados e das melhores práticas é relevante para futuros estudos

24) Custos de transação nas compras públicas (NEUENFELD et al,2018). A pesquisa analisa os custos de transação envolvidos nas compras públicas, com o objetivo de compreender e quantificar os fatores que contribuem para esses custos no contexto governamental. A pesquisa analisa as transações de compra realizadas por entidades públicas, identificando os elementos que geram custos adicionais, tais como burocracia, complexidade normativa e negociações prolongadas. Os resultados destacam a relevância dos custos de transação nas compras públicas, influenciando a eficiência e a economia dos processos. A conclusão enfatiza a importância de estratégias que visem à redução desses custos, promovendo maior eficácia e transparência nas aquisições governamentais. As contribuições do estudo incluem insights para gestores públicos e formuladores de políticas na busca por melhorias nos processos de compras. As causas específicas dos custos de transação em diferentes contextos governamentais, assim como a análise de estratégias específicas para mitigar esses custos e otimizar a eficiência nas compras públicas tem se convertido em importante campo para futuras pesquisas.

25) Inovação no processo de compra de medicamentos: estudo de caso do Ministério da Saúde (CARNEIRO; JUNIOR, 2017). O objetivo do artigo é analisar a implementação de inovações no processo de compra de medicamentos pelo Ministério da Saúde do Brasil, com foco na melhoria do acesso da população a medicamentos de qualidade e na redução de custos. A pesquisa utilizou a metodologia de estudo de caso, por meio de entrevistas com gestores do Ministério da Saúde e análise de documentos oficiais. A conclusão do artigo aponta que a implementação de inovações no processo de compra de medicamentos pelo Ministério da Saúde do Brasil resultou em uma maior eficiência e transparência no processo, além de uma redução significativa de custos. Dentre as inovações destacadas, estão o uso de pregão eletrônico, a negociação direta com os fornecedores e a implementação do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG). As contribuições do artigo se concentram na análise de um

caso bem-sucedido de inovação no processo de compras públicas na área de saúde, com potencial de replicação em outros setores e esferas de governo. Além disso, o estudo destaca a importância da transparência e da eficiência nos processos de compras públicas para a melhoria do acesso da população a serviços e produtos de qualidade. Sugestões de pesquisas futuras podem incluir a análise de outras iniciativas de inovação em compras públicas na área da saúde, bem como a comparação de diferentes abordagens e resultados em diferentes países e contextos. Além disso, estudos podem explorar o papel das compras públicas como indutoras de inovação tecnológica e social no setor de saúde.

26) Compras governamentais na gestão municipal: requisitos legais e sustentabilidade (DE MEDEIROS DA SILVA; COELHO DA SILVA, 2018) O objetivo do artigo "Compras governamentais na gestão municipal: requisitos legais e sustentabilidade" é analisar a efetividade das compras governamentais no âmbito municipal, considerando a implementação de requisitos legais e de sustentabilidade. O estudo buscou identificar as ações desenvolvidas pela administração pública municipal na gestão de compras e os instrumentos legais e normativos disponíveis para fomentar a utilização de critérios de sustentabilidade nas compras públicas. A conclusão do artigo aponta para a necessidade de que as compras governamentais municipais levem em consideração os requisitos legais e de sustentabilidade, sendo esta uma forma de promover o desenvolvimento econômico e social sustentável do município. A pesquisa destaca ainda a importância de se estabelecer indicadores de desempenho e de se monitorar a implementação de ações de sustentabilidade nas compras governamentais. As contribuições do artigo estão relacionadas à identificação dos principais desafios enfrentados pelos gestores públicos municipais na implementação de ações de sustentabilidade nas compras governamentais, bem como a importância de se estabelecer parâmetros e indicadores de desempenho para a avaliação das compras sustentáveis. O estudo também traz subsídios para a implementação de políticas públicas voltadas para a sustentabilidade e para o desenvolvimento econômico e social local. Entre as sugestões de pesquisas futuras, o artigo destaca a necessidade de se aprofundar em questões como a identificação de práticas inovadoras para a gestão

sustentável de compras governamentais municipais e o estudo dos impactos socioeconômicos e ambientais das compras governamentais na gestão municipal.

27) Compras governamentais: panorama atual e desafios (ELISEU COSTA; HOLLNAGEL; BUENO, 2019) O artigo tem como objetivo apresentar um panorama atual das compras governamentais no Brasil e os desafios a serem enfrentados para tornar essas compras mais eficientes e eficazes. Os autores analisam os principais aspectos que envolvem as compras públicas, como a legislação, o controle, a gestão e a transparência, bem como os desafios enfrentados, como a complexidade do processo, a falta de capacitação, a falta de planejamento e a falta de articulação entre os órgãos públicos. Os autores concluem que é necessário aprimorar a gestão das compras governamentais, por meio de uma abordagem mais estratégica e integrada, que envolva a definição clara de objetivos, a identificação de fornecedores confiáveis, a capacitação dos servidores públicos envolvidos no processo, a adoção de tecnologias de informação e comunicação e a promoção da transparência e do controle social. O artigo contribui para o debate sobre as compras governamentais, ao apresentar uma análise crítica do atual cenário e apontar sugestões de aprimoramento. Como sugestão para pesquisas futuras, os autores destacam a necessidade de estudos que avaliem o impacto das compras governamentais na economia e no desenvolvimento social do país, bem como a identificação de boas práticas e experiências bem-sucedidas em outras esferas de governo e em outros países.

28) Uma Análise dos Repasses da União Transferidos a Municípios Brasileiros: um Estudo de Caso na Prefeitura de Santo Antônio da Patrulha no Estado do Rio Grande do Sul (NASCIMENTO; SILVA, 2015). O objetivo deste estudo foi analisar os repasses da União para os municípios brasileiros, por meio de um estudo de caso na Prefeitura de Santo Antônio da Patrulha, no Rio Grande do Sul. Para isso, os autores utilizaram dados de transferências de recursos federais para o município e verificaram a destinação desses recursos por meio da análise da execução orçamentária. A conclusão do estudo apontou que os repasses da União para os municípios são importantes para a realização de investimentos e manutenção de serviços públicos, mas a sua efetividade depende da correta gestão desses recursos pelos entes municipais. Além disso, foi identificado um problema de subestimação dos valores transferidos pela União, o que pode prejudicar a

correta aplicação dos recursos pelos municípios. As contribuições do estudo foram destacar a importância da análise da execução orçamentária para a compreensão da destinação dos recursos transferidos e alertar para a necessidade de correção dos valores repassados pela União. Como sugestão para pesquisas futuras, os autores sugerem a ampliação do estudo para outros municípios e a análise da efetividade dos investimentos realizados com recursos transferidos pela União.

29) Economicidade, eficiência e transparência nas compras públicas via pregão eletrônico: estudo de caso dos pregões eletrônicos 42/2012 e 32/2013 realizados pelo IFPR – campus Assis Chateaubriand (ALBIERO; SILVA, 2018). Através de análise, são avaliadas a economicidade, eficiência e transparência nas compras públicas através do pregão eletrônico, com ênfase nos pregões específicos. 42/2012 e 32/2013 realizados pelo Instituto Federal do Paraná (IFPR) - campus Assis Chateaubriand. O objetivo central é analisar a performance desses pregões eletrônicos em termos de eficiência econômica e transparência. A pesquisa inclui uma análise aprofundada dos processos de aquisição, avaliando critérios de economicidade e eficiência. Os resultados destacam a importância do pregão eletrônico como uma ferramenta eficaz para promover economicidade e transparência nas compras públicas. A conclusão enfatiza o papel crucial do processo eletrônico na otimização dos recursos e na garantia de transparência. As contribuições do estudo incluem insights valiosos para instituições públicas que buscam aprimorar seus processos de aquisição. Como sugestões para pesquisas futuras, recomenda-se a expansão do escopo para analisar outros casos e a realização de estudos comparativos entre diferentes instituições, visando uma compreensão mais abrangente das práticas de pregão eletrônico e suas implicações na eficiência das compras públicas.

30) Licitações e eficiências em compras públicas: um estudo de caso para a universidade federal de pelotas (FERNANDEZ; MEDEIROS; SHIKIDA, 2018). O estudo analisa licitações e eficiências em compras públicas, utilizando como caso a Universidade Federal de Pelotas (UFPel). O objetivo central é investigar como os processos licitatórios afetam a eficiência nas aquisições da instituição. A pesquisa emprega métodos de estudo de caso para analisar especificamente as práticas de licitação na UFPel.

Os resultados destacam desafios e oportunidades no processo licitatório da universidade, evidenciando áreas passíveis de melhorias para promover eficiência nas compras

públicas. A conclusão ressalta a importância de estratégias que visem aprimorar a gestão de licitações, otimizando recursos e promovendo transparência. As contribuições do estudo incluem insights práticos para gestores públicos, especialmente em instituições de ensino superior. Para pesquisas futuras, sugere-se a expansão do escopo para investigar casos similares em outras universidades e a análise comparativa das práticas de licitação para uma compreensão mais abrangente dos desafios e soluções específicos desse contexto.

31) Compras públicas compartilhadas: a prática das licitações sustentáveis (SILVA; BARKI, 2014) O objetivo do artigo "Compras Públicas Compartilhadas: A Prática das Licitações Sustentáveis" é discutir a prática de compras públicas compartilhadas e seu potencial para promover a sustentabilidade ambiental. Os autores argumentam que a adoção de práticas sustentáveis nas compras públicas pode ser incentivada por meio da realização de compras compartilhadas entre entidades governamentais, uma vez que a união de demandas pode gerar economia de escala e reduzir o custo de aquisição de produtos sustentáveis. Os autores concluem que a prática de compras compartilhadas pode ser uma estratégia viável para incentivar a adoção de práticas sustentáveis nas compras públicas. As principais contribuições do artigo são a discussão sobre a prática de compras compartilhadas e sua relação com a sustentabilidade ambiental, bem como a apresentação de um modelo para identificar oportunidades de compras compartilhadas. Como sugestão para pesquisas futuras, os autores sugerem a realização de estudos empíricos para avaliar a efetividade da prática de compras compartilhadas na promoção da sustentabilidade ambiental nas compras públicas. Além disso, os autores apontam a necessidade de uma maior discussão sobre a inclusão de critérios sustentáveis nas licitações públicas e a importância da educação e capacitação dos envolvidos no processo de compras públicas sobre questões ambientais.

32) A Gestão de Compras Públicas: um Estudo de Caso da Central de Compras do Distrito Federal (ARAÚJO; LEMOS, 2020). O estudo analisa a gestão de compras públicas por meio de um estudo de caso centrado na Central de Compras do Distrito Federal. O objetivo central é investigar a eficácia e as práticas dessa entidade na gestão de aquisições governamentais. A pesquisa utiliza métodos qualitativos para examinar os processos, desafios e oportunidades enfrentados pela Central de Compras.

Os resultados destacam a importância estratégica da gestão de compras públicas para otimizar recursos e promover a eficiência na administração pública. A conclusão enfatiza a necessidade de práticas mais eficazes e transparentes na gestão de compras, ressaltando a relevância da Central de Compras como uma ferramenta crucial nesse contexto. As contribuições do estudo incluem insights práticos para gestores públicos e profissionais envolvidos em compras governamentais.

Para pesquisas futuras, sugere-se a ampliação do escopo para investigar outros casos semelhantes em diferentes regiões ou a realização de análises comparativas entre diversas Centrais de Compras, proporcionando uma compreensão mais abrangente das práticas e desafios enfrentados nesse domínio.

33) Impactos da Descentralização na Economicidade de Compras Governamentais (OLIVEIRA et al., 2017). O estudo analisa os impactos da descentralização na economicidade de compras governamentais, visando compreender como a distribuição de responsabilidades afeta a eficiência e os custos desses processos. O objetivo central é investigar como a descentralização influencia a economia de recursos nas aquisições governamentais. A pesquisa utiliza métodos analíticos para examinar práticas descentralizadas em compras governamentais.

Os resultados destacam que a descentralização pode gerar benefícios em termos de agilidade e adaptação às necessidades locais, mas também apresenta desafios relacionados à padronização e economia de escala. A conclusão ressalta a importância de equilibrar a descentralização com estratégias que garantam a economicidade nas compras governamentais. As contribuições do estudo incluem insights relevantes para gestores públicos e formuladores de políticas. Para pesquisas futuras, sugere-se a ampliação do escopo para investigar casos específicos de sucesso ou desafio em processos descentralizados de compras governamentais, proporcionando uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas e melhores práticas associadas a essa abordagem.

34) Impacto econômico entre dois modelos de compras públicas: centralizado e descentralizado (ALVES et al, 2019). O estudo compara o impacto econômico de dois modelos de compras públicas: centralizado e descentralizado. O objetivo principal é analisar como essas abordagens influenciam os custos e a eficiência nas aquisições

governamentais. A pesquisa utiliza métodos comparativos para examinar as práticas e resultados econômicos associados a ambas as estratégias. Os resultados indicam diferenças significativas nos impactos econômicos entre os modelos centralizado e descentralizado de compras públicas. O estudo destaca que a centralização pode proporcionar economia de escala e padronização, mas a descentralização pode oferecer maior flexibilidade e adaptação às necessidades locais. A conclusão ressalta a importância de considerar contextos específicos ao escolher entre os modelos, reconhecendo que não há uma abordagem única que se aplique a todas as situações. As contribuições do estudo incluem insights valiosos para gestores públicos ao tomarem decisões sobre a estrutura de compras. Como sugestões para pesquisas futuras, recomenda-se a investigação mais aprofundada dos fatores que influenciam o sucesso ou desafio de cada modelo em diferentes contextos governamentais.

35) Análise e redesenho de processos no setor público: identificação de melhorias em um processo de compra (BORGES; WALTER; SANTOS, 2016) O objetivo do artigo é analisar e redesenhar o processo de compra em um órgão público, identificando oportunidades de melhorias na eficiência e eficácia do processo. Para isso, os autores utilizaram a metodologia BPMN (Business Process Model and Notation) para modelar o processo de compras e identificar os gargalos e oportunidades de melhorias. A conclusão do estudo é que a aplicação da metodologia BPMN permite uma visão mais clara do processo de compras, facilitando a identificação dos gargalos e pontos críticos do processo. Os autores identificaram oportunidades de melhoria, como a redução de tempo de espera na análise de propostas, redução do tempo de avaliação de fornecedores e a simplificação do processo de pagamento. As contribuições do estudo incluem a aplicação da metodologia BPMN para analisar e redesenhar processos em órgãos públicos, a identificação de oportunidades de melhoria no processo de compras, e a proposição de medidas para aumentar a eficiência e eficácia do processo. As sugestões para pesquisas futuras incluem a aplicação da metodologia em outros processos de compras em órgãos públicos, e a avaliação da efetividade das medidas propostas para melhorar o processo de compras. Além disso, os autores sugerem a utilização de outras metodologias de análise de processos e a comparação dos resultados obtidos.

36) A Reestruturação do Setor de Compras da Universidade de Brasília: a Implantação de uma Nova Estrutura de Compras, Visando a Melhoria dos Processos, a Redução das Compras Diretas e a Otimização dos Recursos Públicos (DA SILVA ARRAES, 2017) O artigo "A Reestruturação do Setor de Compras da Universidade de Brasília" tem como objetivo apresentar o processo de reestruturação do setor de compras da Universidade de Brasília, com a implantação de uma nova estrutura de compras que visa melhorar os processos, reduzir as compras diretas e otimizar os recursos públicos. Para isso, foram realizadas entrevistas com gestores e servidores do setor de compras, além da análise de documentos e processos. A conclusão do estudo aponta que a reestruturação do setor de compras da Universidade de Brasília permitiu a implementação de um sistema de compras mais eficiente, transparente e sustentável, com a adoção de boas práticas e aprimoramento dos processos internos. Além disso, houve uma redução significativa no número de compras diretas, o que contribuiu para a otimização dos recursos públicos. As contribuições do artigo incluem a apresentação de um caso prático de reestruturação do setor de compras em uma universidade pública, que pode servir como referência para outras instituições. Além disso, o estudo reforça a importância da transparência, eficiência e sustentabilidade nos processos de compras públicas. Sugestões para pesquisas futuras podem incluir a análise de outros casos de reestruturação de setores de compras em diferentes instituições públicas, bem como a avaliação do impacto da implementação de boas práticas de compras sustentáveis e da redução das compras diretas nos recursos públicos e no meio ambiente.

37) Os Aspectos Jurídicos da Ata de Registro de Preços e a Recomposição do Equilíbrio Econômico-Financeiro (DE ANDRADE JÚNIOR, 2018). O artigo de Andrade Junior (2018) tem como objetivo analisar os aspectos jurídicos da ata de registro de preços e a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos públicos. A pesquisa destaca que a ata de registro de preços é um instrumento utilizado na contratação de bens e serviços pelo poder público, com o intuito de reduzir o tempo e os custos na aquisição de produtos comuns, por meio da formalização de um acordo entre a Administração e os fornecedores. A partir da análise da legislação brasileira, a pesquisa conclui que a ata de registro de preços é um mecanismo que traz benefícios para a Administração Pública, mas que também pode gerar problemas de ordem jurídica e

financeira. Dentre as contribuições do artigo, destacam-se a análise dos dispositivos legais que regulam a ata de registro de preços e a discussão sobre a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos públicos. Para sugestões de pesquisas futuras, o autor sugere a realização de estudos de caso sobre a efetividade da ata de registro de preços na Administração Pública, bem como a avaliação da aplicação do princípio da economicidade nos processos de compras governamentais. Além disso, sugere-se uma análise aprofundada sobre a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro nos contratos públicos, em especial nas atas de registro de preços, com vistas a identificar os principais desafios enfrentados pelos gestores públicos.

38) Sistema de Registro de Preços: um estudo de caso do uso do pregão no processo de compras de bens no município de São José do Vale do Rio Preto-RJ (RIBEIRO, 2017). O objetivo deste estudo é analisar a efetividade do Sistema de Registro de Preços (SRP) no processo de compras de bens do município de São José do Vale do Rio Preto-RJ, especificamente através do uso do pregão eletrônico. O estudo enfoca os principais aspectos do SRP, como a definição do objeto, o cadastro de fornecedores e a realização do pregão eletrônico, a fim de identificar as vantagens e desvantagens deste sistema no contexto municipal. A conclusão aponta que a utilização do SRP no município de São José do Vale do Rio Preto-RJ através do pregão eletrônico se mostrou eficiente na busca por preços mais vantajosos e na agilidade do processo de compras, além de ter possibilitado maior transparência e competitividade na seleção dos fornecedores. As principais contribuições do estudo foram a demonstração da importância do planejamento adequado das compras públicas e a indicação de boas práticas para a utilização do SRP em nível municipal. Entre as sugestões de pesquisas futuras, destaca-se a necessidade de estudos que avaliem a efetividade do SRP em outras esferas públicas, bem como a análise de possíveis soluções para as dificuldades enfrentadas na implementação deste sistema em municípios menores e com menor capacidade técnica.

39) Compêndio sobre o sistema de registro de preços nas licitações (FREITAS DE ANDRADE, 2016). O artigo “Compêndio sobre o sistema de registro de preços nas licitações”, de autoria de Freitas de Andrade, tem como objetivo fazer uma análise detalhada do Sistema de Registro de Preços (SRP), sua regulamentação, funcionamento e efetividade. O estudo apresenta os principais benefícios e desafios do SRP, além de

discutir as etapas do processo, as responsabilidades dos atores envolvidos e as possibilidades de utilização do SRP em diferentes contextos. A conclusão do artigo destaca que o SRP é um importante instrumento para a administração pública, uma vez que pode trazer eficiência e economia aos processos de aquisição de bens e serviços. No entanto, para que o SRP seja efetivo, é necessário que haja uma gestão eficiente, transparência e controle adequado, além de capacitação dos profissionais envolvidos. As contribuições do estudo incluem uma análise detalhada do SRP, com destaque para os seus benefícios e desafios, e a apresentação de casos práticos de utilização do SRP em diferentes contextos. O artigo também discute as responsabilidades dos atores envolvidos no processo e as possibilidades de utilização do SRP em diferentes modalidades de licitação. Sugestões de pesquisas futuras incluem estudos empíricos sobre a efetividade do SRP em diferentes contextos, a identificação de boas práticas de gestão do SRP e a análise das implicações do SRP para a concorrência e o mercado.

40) “Carona” no sistema de registro de preços: análise jurídica nas contratações realizadas pelo poder público, (CAVALCANTE, 2013). O objetivo do artigo é discutir a legalidade da utilização da figura da "carona" no sistema de registro de preços, que consiste na adesão de órgãos e entidades não participantes da licitação à ata de registro de preços já existente. Para tanto, a autora apresenta um estudo teórico do assunto, analisando a legislação pertinente, a jurisprudência dos tribunais e a doutrina especializada. A conclusão a que a autora chega é a de que a utilização da "carona" no sistema de registro de preços é possível e legal, desde que observadas as condições previstas na legislação e na própria ata de registro de preços. O artigo ressalta, no entanto, que a utilização da "carona" deve ser realizada de forma criteriosa, levando-se em consideração a compatibilidade entre as necessidades do órgão ou entidade não participante e os itens registrados na ata de registro de preços, bem como a verificação da existência de preços vantajosos e da disponibilidade dos produtos ou serviços em quantidade suficiente para atender a todos os participantes da ata. Assim, o artigo contribui para a discussão sobre a utilização da "carona" no sistema de registro de preços, fornecendo subsídios para a correta aplicação da figura jurídica e aprimoramento das contratações realizadas pelo poder público.

41) O instituto do "carona" e os princípios do direito administrativo, (GOMIDE; GONÇALVES; COSTA, 2021). O objetivo é discutir a legalidade e a aplicação do instituto da "carona" nas contratações públicas, considerando sua relação com os princípios do direito administrativo, em especial os da eficiência e da economicidade. A partir da análise da legislação e da jurisprudência dos tribunais, o autor conclui que o instituto da "carona" é legal e pode ser utilizado pelos órgãos e entidades públicas, desde que respeitadas as condições previstas na legislação e nas atas de registro de preços. O autor destaca, ainda, que a utilização da "carona" pode promover a economia de recursos públicos e a eficiência das contratações. Entre as contribuições do artigo, destacam-se a análise aprofundada dos princípios do direito administrativo e sua relação com a utilização do instituto da "carona", além da reflexão sobre a importância da observância dos princípios da eficiência e da economicidade nas contratações públicas. Como sugestões para pesquisas futuras, o autor aponta a necessidade de estudos empíricos sobre a utilização da "carona" nas contratações públicas, a fim de verificar sua efetividade e seus impactos na economia de recursos públicos, bem como a análise da jurisprudência dos tribunais acerca da aplicação do instituto em diferentes situações.

42) *The attitude of Brazilian federal police officers towards firearms* (BORBA; GOMES, 2021) O objetivo do artigo é investigar a atitude dos policiais federais brasileiros em relação às armas de fogo. A pesquisa foi conduzida por meio de um questionário online distribuído a policiais federais em todo o Brasil, abordando questões relacionadas à posse e uso de armas de fogo, treinamento, políticas de controle de armas e perspectivas sobre a segurança pública. A conclusão indica que a maioria dos policiais federais entrevistados acredita que o uso de armas de fogo é essencial para a segurança pública e que o controle de armas não é uma solução eficaz para a redução da violência. Além disso, os resultados mostram que muitos policiais federais sentem falta de treinamento adequado em relação ao uso de armas de fogo e apoiam políticas mais rigorosas de controle de armas, incluindo a rastreabilidade das armas e munições. As contribuições do artigo incluem insights sobre a opinião dos policiais federais brasileiros sobre a posse e uso de armas de fogo, o treinamento necessário para o uso correto e seguro dessas armas, bem como as políticas de controle de armas. Uma sugestão para pesquisas futuras é a realização de estudos semelhantes com policiais de outras instituições de

segurança pública, para comparar as atitudes em relação às armas de fogo em diferentes contextos e instituições.

43) Política de segurança pública no Brasil: avanços, limites e desafios (CARVALHO; SILVA, 2011) O objetivo do artigo é apresentar uma reflexão crítica sobre a política de segurança pública no Brasil, discutindo seus avanços, limites e desafios. Para isso, os autores fazem uma revisão bibliográfica sobre o tema, analisando os principais documentos oficiais que orientam a política de segurança pública no país, bem como estudos e pesquisas sobre o assunto. A conclusão a que os autores chegam é que, apesar dos avanços alcançados na política de segurança pública nas últimas décadas, como a criação de novas instituições, programas e políticas, ainda há muitos desafios a serem enfrentados, como a redução dos altos índices de violência e criminalidade, a diminuição da seletividade do sistema penal, a garantia de direitos humanos e a construção de uma cultura de paz. As contribuições do artigo estão em sua análise crítica da política de segurança pública no Brasil, destacando a necessidade de uma abordagem mais ampla e integrada, que considere não só a repressão ao crime, mas também a prevenção, o respeito aos direitos humanos e a participação da sociedade civil. As sugestões de pesquisas futuras apontadas pelos autores estão relacionadas a aspectos como a necessidade de se avaliar a efetividade das políticas de segurança pública implementadas, o estudo de boas práticas em outros países, a investigação das causas da violência e da criminalidade e a participação da sociedade civil na construção de políticas de segurança pública mais efetivas.

44) Justiça e segurança pública desde uma perspectiva de transição (COELHO ANTUNES; ESCRIVÃO FILHO, 2017). O objetivo deste artigo é analisar a relação entre justiça e segurança pública sob a perspectiva da transição, ou seja, uma mudança de paradigma na forma como a segurança pública é abordada no Brasil. A pesquisa considera a importância da justiça como um elemento essencial para a efetividade das políticas públicas de segurança, além de identificar as limitações e desafios enfrentados pelas instituições responsáveis pela segurança pública. A conclusão do artigo destaca que a promoção da justiça é um fator crucial para o sucesso das políticas de segurança pública. Nesse sentido, é preciso considerar a importância da articulação entre as instituições envolvidas na promoção da justiça e da segurança pública. Além disso, é

necessário levar em conta a participação da sociedade civil no debate e implementação dessas políticas. As contribuições do artigo incluem uma análise crítica da relação entre justiça e segurança pública e uma reflexão sobre a necessidade de um diálogo mais intenso entre as instituições envolvidas no setor. O estudo destaca ainda a importância da participação da sociedade civil na elaboração e implementação de políticas de segurança pública. Sugestões para pesquisas futuras incluem a continuação do debate sobre a relação entre justiça e segurança pública, bem como a avaliação dos impactos das políticas públicas de segurança em diferentes grupos sociais. Além disso, a pesquisa pode se aprofundar em questões como a efetividade das medidas adotadas no combate à violência e a implementação de novas práticas para a promoção da justiça e da segurança pública.

45) Servir e proteger: determinantes da avaliação pública sobre a qualidade do trabalho das Polícias Militares no Brasil (COUTO, 2017). O objetivo deste artigo é identificar os determinantes da avaliação pública sobre a qualidade do trabalho das Polícias Militares no Brasil. Para isso, o autor utilizou uma pesquisa de opinião pública, que incluiu perguntas sobre a confiança na polícia, percepção de segurança, violência policial e corrupção. A pesquisa foi realizada em seis estados brasileiros e contou com a participação de mais de 3.000 pessoas. A conclusão do estudo é que a avaliação pública sobre a qualidade do trabalho das Polícias Militares no Brasil é influenciada por uma série de fatores, como a percepção de segurança, a experiência de vitimização, a confiança nas instituições públicas e a satisfação com a democracia. O estudo também apontou que a corrupção policial e a violência policial são fatores negativos que influenciam negativamente na avaliação da polícia. Uma das contribuições do estudo é a identificação dos fatores que influenciam a avaliação pública da qualidade do trabalho das Polícias Militares no Brasil, o que pode ser útil para a formulação de políticas públicas na área de segurança. O estudo também destaca a importância da transparência e da responsabilização das instituições de segurança pública. Uma sugestão para pesquisas futuras seria a realização de estudos comparativos entre diferentes estados do Brasil e entre diferentes países, a fim de identificar semelhanças e diferenças nas avaliações públicas sobre a qualidade do trabalho das instituições de segurança pública.

46) Estado, polícias e segurança pública no Brasil (DE LIMA; BUENO; MINGARDI, 2016). O objetivo do artigo "Estado, polícias e segurança pública no Brasil" é analisar a estrutura e funcionamento das instituições policiais no Brasil, sobretudo as Polícias Militares e Cíveis. Para tanto, os autores discutem a relação entre o Estado e as polícias, evidenciando a influência política e as práticas corporativistas na organização dessas instituições. Além disso, são abordados temas como formação, capacitação, controle externo e a relação das polícias com a sociedade civil. A conclusão do artigo destaca a necessidade de reformas profundas no sistema de segurança pública brasileiro, a fim de garantir maior efetividade e qualidade dos serviços prestados pelas instituições policiais. Os autores apontam para a importância de uma gestão profissionalizada e democrática, bem como de políticas públicas que promovam a transparência, o controle social e o respeito aos direitos humanos. Entre as contribuições do artigo, destaca-se a discussão crítica sobre as estruturas e práticas das polícias no Brasil, bem como a proposição de medidas para sua reforma. O artigo também oferece elementos para reflexão sobre o papel do Estado na gestão da segurança pública e a necessidade de aprimorar a relação entre as polícias e a sociedade. Como sugestões para pesquisas futuras, os autores apontam a necessidade de estudos mais aprofundados sobre temas como a formação e capacitação das polícias, o controle externo e a gestão da segurança pública em diferentes regiões do país. Também é sugerida a realização de análises comparativas com outros países e o estudo de novas formas de organização e gestão das instituições policiais.

47) A política de segurança pública no Brasil: uma análise dos gastos estaduais (1999-2010) (DOS SANTOS; GONTIJO; AMARAL, 2015). O objetivo deste estudo foi analisar os gastos estaduais em segurança pública no Brasil no período de 1999 a 2010, identificando as principais características da política de segurança pública nesse período. A metodologia utilizada foi a análise dos dados de gastos dos estados brasileiros com segurança pública, por meio do método de análise de clusters, e uma análise descritiva dos dados. Os resultados apontaram que houve um aumento significativo nos gastos com segurança pública nesse período, mas que esse aumento não se refletiu em uma redução da violência. Além disso, foram identificadas diferenças significativas entre os estados em relação aos gastos com segurança pública, o que pode ser explicado pelas diferentes

características socioeconômicas e políticas desses estados. A conclusão do estudo sugere que a política de segurança pública no Brasil precisa ser repensada, a fim de tornar os gastos mais eficientes e eficazes na redução da violência. Uma das sugestões de melhoria é a necessidade de maior articulação entre as políticas de segurança pública e as políticas sociais, de forma a tratar as causas da violência. Além disso, é necessário aumentar a transparência e a participação da sociedade na definição das políticas de segurança pública. As contribuições do estudo incluem o fornecimento de informações importantes sobre os gastos com segurança pública no Brasil, permitindo uma melhor compreensão das políticas de segurança pública no país. Além disso, o estudo destaca a necessidade de uma política de segurança pública mais integrada e eficiente, que possa abordar as causas da violência e envolver a sociedade de forma mais ampla. Como sugestões para pesquisas futuras, seria interessante realizar estudos sobre a relação entre os gastos com segurança pública e a redução da violência em nível municipal e nacional, bem como investigar as barreiras à implementação de políticas de segurança pública mais integradas e eficientes.

48) Interações e suas implicações no desenvolvimento de políticas públicas na área de segurança (FIGUEIREDO; PASCUCI, 2021). O objetivo do artigo é investigar as interações entre os diferentes atores envolvidos no processo de desenvolvimento e implementação de políticas públicas na área de segurança, como forma de entender as implicações dessas interações na efetividade dessas políticas. Para isso, os autores realizaram um estudo de caso em uma cidade brasileira, analisando a dinâmica das interações entre policiais, políticos, membros da sociedade civil e outros atores relevantes. A conclusão do estudo aponta para a importância de uma maior participação da sociedade civil na formulação e implementação de políticas de segurança, uma vez que a interação entre atores pode gerar conflitos e dificultar a efetividade dessas políticas. Os autores também destacam a necessidade de uma abordagem mais integrada e holística na gestão de políticas de segurança, considerando a complexidade do tema e a necessidade de uma atuação conjunta entre diferentes atores e esferas governamentais. As contribuições do estudo incluem uma análise aprofundada das dinâmicas de interação entre os atores envolvidos na política de segurança pública, bem como a identificação de possíveis obstáculos e desafios para a efetividade dessas políticas. Além disso, o estudo

destaca a importância de uma abordagem integrada e participativa na gestão de políticas públicas na área de segurança. Como sugestões para pesquisas futuras, os autores apontam para a necessidade de estudos mais aprofundados sobre as dinâmicas de interação entre os diferentes atores envolvidos na política de segurança pública, bem como sobre as estratégias mais efetivas para a participação da sociedade civil no processo de formulação e implementação dessas políticas.

49) Novas bases para as políticas públicas de segurança no Brasil a partir das práticas do governo federal no período 2003-2011 (MADEIRA; RODRIGUES, 2015). O artigo "Novas bases para as políticas públicas de segurança no Brasil a partir das práticas do governo federal no período 2003-2011" tem como objetivo analisar as práticas e as bases das políticas públicas de segurança adotadas pelo governo federal no Brasil, no período de 2003 a 2011. A pesquisa parte do pressuposto de que as políticas públicas de segurança foram ampliadas e reformuladas neste período, e busca compreender como essas práticas foram desenvolvidas e quais foram suas contribuições para o setor. A conclusão da pesquisa é que houve uma mudança significativa na abordagem das políticas de segurança pública no Brasil durante o período analisado, com o surgimento de novas bases conceituais, institucionais e práticas. As políticas adotadas foram mais integradas, com maior participação da sociedade civil e de outras instâncias governamentais, e houve uma maior ênfase na prevenção do crime e na redução da violência. As contribuições da pesquisa se encontram na análise crítica das políticas públicas de segurança adotadas pelo governo federal brasileiro no período de 2003 a 2011, trazendo reflexões importantes para os debates sobre o tema. Dentre as sugestões para pesquisas futuras, os autores destacam a necessidade de se aprofundar na análise da relação entre as políticas públicas de segurança e o contexto socioeconômico, político e cultural do Brasil, e de se investigar as possíveis contradições e desafios na implementação das políticas de segurança, bem como suas consequências para a sociedade brasileira.

50) Crime social, castigo social: desigualdade de renda e taxas de criminalidade nos grandes municípios brasileiros (RESENDE; ANDRADE, 2011). O objetivo do artigo é analisar a relação entre a desigualdade de renda e as taxas de criminalidade em municípios brasileiros com mais de 500 mil habitantes. Os autores utilizaram dados

socioeconômicos e de criminalidade de 16 municípios brasileiros para realizar uma análise de regressão multivariada. Os resultados indicam uma associação significativa entre a desigualdade de renda e as taxas de criminalidade, sugerindo que o aumento da desigualdade de renda pode estar relacionado ao aumento das taxas de criminalidade. Além disso, o estudo também aponta que a taxa de desemprego é um fator importante na determinação da taxa de criminalidade. As contribuições do artigo incluem a evidência empírica de que a desigualdade de renda pode estar relacionada ao aumento da criminalidade, bem como a importância do desemprego como um fator crítico na determinação das taxas de criminalidade. O estudo sugere que as políticas públicas que visam reduzir a desigualdade de renda e aumentar as oportunidades de emprego podem ajudar a reduzir a criminalidade. Uma sugestão para pesquisas futuras seria a realização de estudos semelhantes em outras regiões do país, bem como a análise de outros fatores que possam estar relacionados à criminalidade, como educação, saúde e habitação.

51) Eficiência dos gastos públicos com segurança nos municípios baianos em 2018 (ALEXANDRE DE LUCENA; DE FREITAS BARBOSA; PINHEIRO DE SOUSA, 2021). O artigo tem como objetivo analisar a eficiência dos gastos públicos com segurança nos municípios baianos em 2018, utilizando técnicas de análise envoltória de dados (DEA). A eficiência dos gastos é mensurada por meio do índice de eficiência técnica (IET), que compara o desempenho de cada município com a melhor prática observada. Além disso, o estudo busca identificar os fatores que afetam a eficiência dos gastos, como a renda per capita, o percentual de jovens na população e a presença de atividades econômicas que atraem a criminalidade. A conclusão do artigo é que a eficiência média dos gastos públicos com segurança nos municípios baianos é relativamente baixa, sendo que apenas 18,3% dos municípios avaliados apresentaram eficiência técnica. A renda per capita e a presença de atividades econômicas que atraem a criminalidade foram identificadas como fatores que afetam negativamente a eficiência dos gastos. Como contribuição, o estudo apresenta uma análise inédita sobre a eficiência dos gastos públicos com segurança nos municípios baianos e destaca a importância de aprimorar a gestão desses recursos para aprimorar a segurança pública. Como sugestão para pesquisas futuras, os autores destacam a necessidade de se avaliar a efetividade

das políticas públicas de segurança adotadas pelos municípios, assim como o impacto da privatização dos serviços de segurança no desempenho dos gastos públicos.

52) Os sistemas de avaliação da eficácia da investigação criminal no Brasil: uma proposta à luz da análise comportamental do direito (CANDIDO; AGUIAR, 2021). O objetivo do artigo é propor uma análise comportamental do direito para avaliar os sistemas de eficácia da investigação criminal no Brasil. A pesquisa parte do pressuposto de que a eficácia da investigação é fundamental para o cumprimento da justiça criminal e a garantia dos direitos dos cidadãos. O estudo apresenta uma revisão bibliográfica sobre os sistemas de avaliação da eficácia da investigação criminal no Brasil e propõe uma análise comportamental do direito como uma abordagem interdisciplinar capaz de avaliar o desempenho dos sistemas de investigação criminal. A conclusão do artigo é que a análise comportamental do direito pode ser uma ferramenta útil para avaliar a eficácia da investigação criminal no Brasil. A pesquisa identificou que os sistemas de avaliação atuais se baseiam em indicadores quantitativos e, portanto, não consideram as complexidades do comportamento humano envolvido na investigação criminal. A análise comportamental do direito pode levar em conta as influências comportamentais presentes nos processos de investigação e contribuir para uma avaliação mais precisa e eficiente da eficácia da investigação. As contribuições do estudo incluem a identificação da necessidade de abordagens interdisciplinares para a avaliação da eficácia da investigação criminal e a proposição de uma nova abordagem que leve em consideração a análise comportamental do direito. Sugestões de pesquisas futuras incluem a aplicação da análise comportamental do direito em estudos de caso para avaliar a eficácia da investigação criminal em diferentes regiões do país e a comparação dos resultados com os sistemas de avaliação existentes.

53) Explorando o uso do modelo target: a gestão de lições aprendidas na área de projetos em uma instituição governamental de segurança pública (DAMASCENO JR; CHAVES, 2017). O objetivo deste artigo é apresentar o uso do modelo Target, uma ferramenta de gestão de lições aprendidas, na área de projetos de uma instituição governamental de segurança pública. O estudo de caso foi realizado em uma Secretaria de Segurança Pública brasileira e os resultados mostraram que a ferramenta é eficaz para auxiliar na gestão de projetos e na disseminação das lições aprendidas entre os

envolvidos. A conclusão do estudo destaca que a utilização do modelo Target pode ser uma estratégia útil para aprimorar a gestão de projetos em instituições governamentais de segurança pública. A ferramenta permite que as lições aprendidas sejam registradas, analisadas e compartilhadas de maneira estruturada, possibilitando a melhoria contínua dos processos e a maximização dos resultados. Entre as contribuições do artigo, destaca-se a apresentação do modelo Target como uma ferramenta útil na gestão de projetos em instituições de segurança pública, além de proporcionar uma análise do processo de disseminação de lições aprendidas em um contexto específico. Uma sugestão de pesquisa futura seria a aplicação do modelo Target em outras instituições governamentais de segurança pública, avaliando sua eficácia em diferentes contextos e realidades. Além disso, seria interessante avaliar o impacto da ferramenta na tomada de decisão e nos resultados dos projetos em que é utilizada.

54) Public security in Brazil: Efficiency and technological gaps (DE LIMA; MARINHO, 2017). O objetivo deste artigo é avaliar a eficiência da segurança pública no Brasil, identificando possíveis lacunas tecnológicas que possam estar impedindo uma maior efetividade das políticas públicas de segurança. Para alcançar esse objetivo, os autores coletaram dados de diferentes fontes, incluindo estudos de caso e análise de estatísticas oficiais de segurança pública. Os resultados mostram que o Brasil ainda tem muito a avançar em termos de eficiência da segurança pública, especialmente no que diz respeito à falta de investimento em tecnologia. Os autores apontam que o país ainda depende muito de tecnologias obsoletas, como o uso de papel e caneta para registrar informações, o que acaba prejudicando o processo de tomada de decisão. Como contribuição, o estudo destaca a importância de uma maior integração e investimento em tecnologia na área de segurança pública para melhorar a eficiência e a eficácia das políticas públicas. Além disso, o artigo também sugere a necessidade de mais estudos e pesquisas sobre o uso da tecnologia na segurança pública no Brasil, especialmente no que diz respeito ao desenvolvimento de soluções específicas para o contexto brasileiro.

55) Eficiência DEA como medida de desempenho de unidades policiais (DE MELLO et al., 2005). O objetivo do artigo é avaliar a eficiência das unidades policiais brasileiras e compará-las com outras unidades internacionais, usando a análise envoltória de dados (DEA) como medida de desempenho. Os autores também buscam

identificar as variáveis que afetam a eficiência dessas unidades. Os resultados mostram que a eficiência média das unidades policiais brasileiras é relativamente baixa, e as unidades que operam em áreas rurais e turísticas tendem a ter melhor desempenho. Além disso, o tamanho da unidade e o número de crimes relatados são variáveis importantes que afetam a eficiência. As contribuições do artigo incluem a utilização da DEA como medida de desempenho, que é uma técnica pouco usada na área de segurança pública, bem como a identificação das variáveis que afetam a eficiência das unidades policiais brasileiras. Os resultados também sugerem a importância de se considerar as diferenças regionais e o contexto em que as unidades operam ao avaliar a eficiência das unidades policiais. Sugestões para pesquisas futuras incluem a expansão do estudo para incluir mais variáveis e unidades policiais, bem como a incorporação de outras técnicas de análise de desempenho. Também seria interessante examinar como a eficiência das unidades policiais afeta o nível de criminalidade em uma determinada área.

56) Estudo sobre a eficiência da gestão orçamentária dos investimentos em segurança pública no plano plurianual 2016-2019 do estado de Roraima (DELICATO et al., 2019). O objetivo do artigo "Estudo sobre a eficiência da gestão orçamentária dos investimentos em segurança pública no plano plurianual 2016-2019 do estado de Roraima" é avaliar a eficiência da gestão orçamentária dos investimentos em segurança pública no estado de Roraima durante o período de 2016 a 2019. Os autores utilizaram a análise envoltória de dados (DEA) para medir a eficiência das unidades gestoras de segurança pública no estado. Além disso, foram realizadas análises de regressão para identificar os fatores que influenciam a eficiência na gestão orçamentária. Os resultados indicam que, apesar de algumas unidades gestoras terem alcançado alta eficiência na gestão orçamentária, a maioria ainda apresenta baixa eficiência. Além disso, a análise de regressão mostrou que fatores como a participação da sociedade na gestão orçamentária e a transparência dos gastos públicos podem influenciar positivamente a eficiência na gestão orçamentária. As contribuições deste artigo incluem a identificação dos fatores que influenciam a eficiência na gestão orçamentária de segurança pública em um estado brasileiro específico e a aplicação da análise DEA para avaliar a eficiência das unidades gestoras de segurança pública. Sugestões para pesquisas futuras incluem a

replicação do estudo em outros estados brasileiros e a análise de outras variáveis que podem influenciar a eficiência na gestão orçamentária de segurança pública, como a corrupção e o tamanho da população.

57) Evaluation of the operational efficiency of pacifying police units in the state of Rio de Janeiro (JESUS; GOMES; ANGULO-MEZA, 2014). O objetivo do artigo "Evaluation of the operational efficiency of pacifying police units in the state of Rio de Janeiro" é avaliar a eficiência operacional das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro. A pesquisa buscou avaliar o impacto das UPPs na redução dos índices de criminalidade, bem como examinar a relação entre os recursos investidos e os resultados alcançados. O estudo utilizou uma abordagem metodológica quantitativa baseada na Análise Envoltória de Dados (DEA) para medir a eficiência das UPPs. A conclusão do estudo indica que as UPPs apresentaram melhorias significativas na segurança pública do Rio de Janeiro, com reduções nos índices de criminalidade. O estudo também mostra que há uma relação positiva entre a alocação de recursos e a eficiência das UPPs. As contribuições deste estudo incluem uma avaliação quantitativa da eficiência das UPPs, bem como a identificação de fatores que podem influenciar a eficiência operacional dessas unidades. Como sugestão para pesquisas futuras, os autores sugerem que sejam realizados estudos comparativos entre as UPPs e outras estratégias de policiamento comunitário, bem como estudos que avaliem a percepção da comunidade sobre as UPPs.

58) Análise da eficiência relativa dos gastos estaduais em segurança pública (MONTE; LEOPOLDINO, 2020). O objetivo do artigo "Análise da eficiência relativa dos gastos estaduais em segurança pública" é avaliar a eficiência dos gastos estaduais com segurança pública, utilizando técnicas econométricas, e identificar possíveis fatores que possam explicar a variação da eficiência entre os estados brasileiros no período de 2011 a 2017. Os autores concluem que a eficiência dos gastos estaduais em segurança pública é baixa e varia significativamente entre os estados. Ainda, verificaram que o tamanho da população e a renda per capita estão positivamente associados à eficiência dos gastos com segurança. Por outro lado, a desigualdade de renda e a taxa de homicídios estão negativamente associadas à eficiência dos gastos com segurança. As contribuições do estudo estão relacionadas à possibilidade de ajudar gestores públicos a identificar formas

mais eficientes de alocar recursos em segurança pública, considerando os fatores que influenciam a eficiência dos gastos. Sugestões de pesquisas futuras podem incluir a investigação de outros fatores que possam explicar a variação da eficiência dos gastos em segurança pública, tais como o nível de corrupção, a qualidade das instituições e o uso de tecnologia na gestão de recursos. Além disso, poderiam ser realizados estudos comparativos entre diferentes países e regiões do mundo, a fim de verificar se os fatores associados à eficiência dos gastos em segurança pública variam em diferentes contextos.

59) Gastos públicos versus criminalidade: o caso da região Nordeste do Brasil (NOGUEIRA et al., 2019). O objetivo deste estudo foi investigar a relação entre gastos públicos em segurança e a criminalidade na região Nordeste do Brasil. A pesquisa utilizou dados de 2015 e 2016 de todos os estados da região e analisou as despesas com segurança pública em relação à população e ao Produto Interno Bruto (PIB) dos estados, bem como as taxas de crimes violentos e não violentos. Os resultados mostraram que os gastos públicos em segurança não têm relação significativa com as taxas de criminalidade nos estados do Nordeste. No entanto, foi observado que a proporção de gastos com pessoal em relação aos gastos totais tem uma relação positiva com as taxas de criminalidade. Além disso, a pesquisa sugere que outros fatores, como pobreza e desigualdade de renda, podem estar relacionados ao aumento da criminalidade. As contribuições deste estudo incluem a análise da efetividade dos gastos em segurança pública na região Nordeste do Brasil, que é uma área que apresenta altas taxas de criminalidade. Além disso, a pesquisa destaca a importância de considerar outros fatores socioeconômicos na formulação de políticas de segurança pública. Como sugestão de pesquisas futuras, o estudo propõe uma análise mais aprofundada das relações entre pobreza, desigualdade de renda e criminalidade, bem como a avaliação de políticas de prevenção da criminalidade.

60) Eficiência técnica da polícia militar em Minas Gerais (SCALCO; AMORIM; GOMES, 2012). O objetivo do artigo "Eficiência técnica da polícia militar em Minas Gerais" é avaliar a eficiência técnica da Polícia Militar de Minas Gerais por meio da análise do desempenho operacional das unidades em relação aos recursos utilizados. Para isso, os autores utilizaram a técnica de análise envoltória de dados (DEA) em uma amostra de 64 unidades operacionais da PMMG, considerando inputs como número de

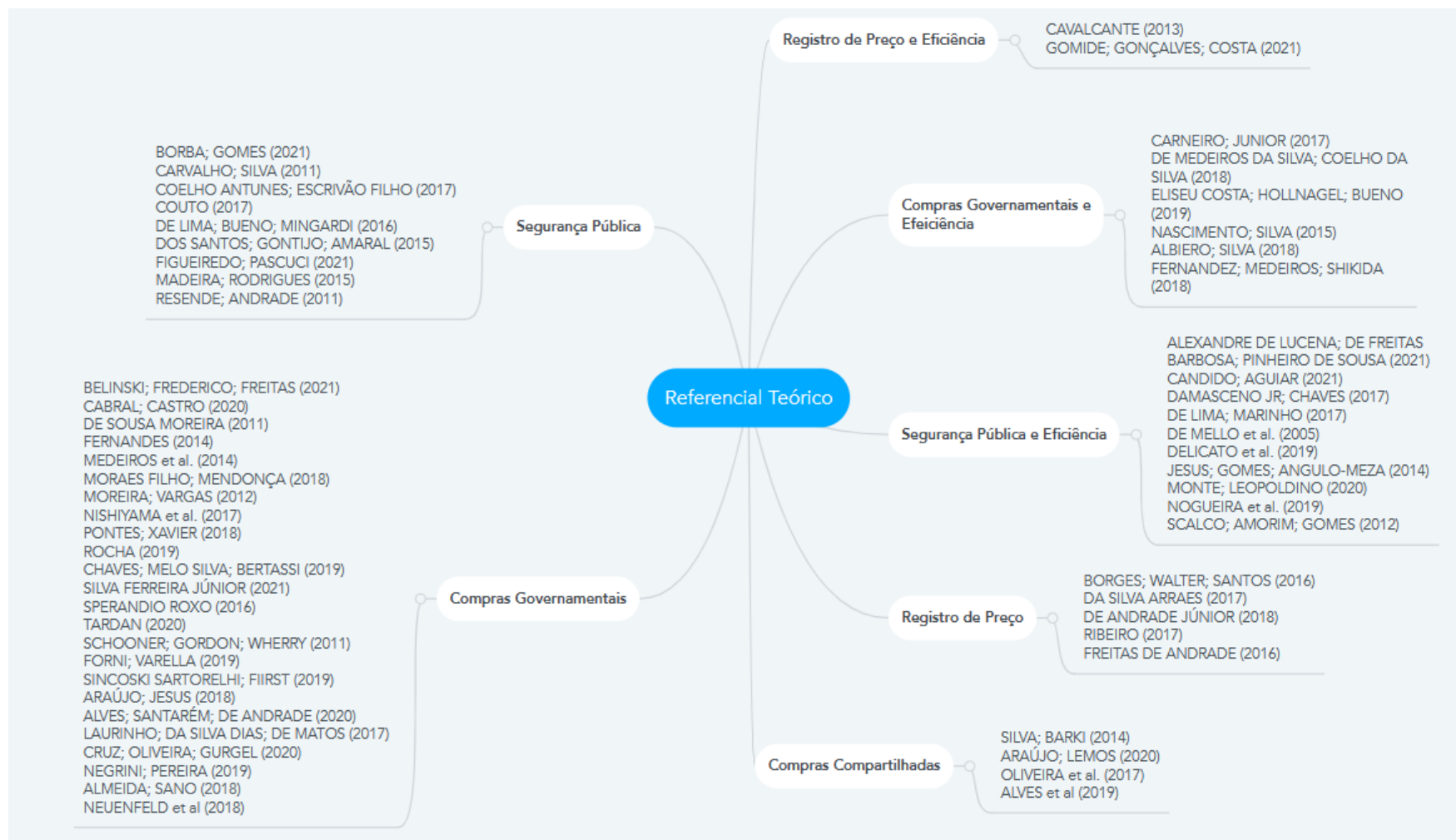
policiais, viaturas e armas e outputs como prisões, apreensões de drogas e armas e atendimentos de ocorrências. Os resultados indicam que a eficiência técnica média das unidades analisadas é relativamente baixa, com apenas 15% das unidades sendo classificadas como eficientes e 85% como ineficientes. Os autores destacam a importância de se avaliar a eficiência da Polícia Militar para aprimorar a alocação de recursos e melhorar a efetividade das operações policiais. As contribuições deste estudo incluem a aplicação da técnica DEA em uma amostra de unidades operacionais da PMMG, a identificação das unidades mais eficientes e a sugestão de que as unidades ineficientes possam melhorar sua eficiência por meio de um melhor gerenciamento dos recursos disponíveis. Sugestões para pesquisas futuras incluem a aplicação da DEA em outras unidades da Polícia Militar de Minas Gerais e de outras regiões do país, além da investigação de outros fatores que possam influenciar a eficiência das unidades policiais.

2.1.2 Mapa de Literatura

A fundamentação teórica foi estruturada de maneira que se pudessem destacar elementos necessários para a compreensão das compras governamentais na área de segurança pública, em especial percepções fundamentais e desafios atuais para conceituar a eficiência no processo de compras para implementação de políticas de segurança pública, para tanto, verificou-se como estes construtos têm sido investigados empiricamente, obtendo-se subsídio para suportar a proposição do modelo de pesquisa.

Para a melhor organização e visualização da pesquisa, Creswell (2007, p.55) propõe que se utilize um mapa visual, que corresponde a “um sumário visual da pesquisa conduzida por outras pessoas”. Esse instrumento dispôs autores e respectivos assuntos abordados, bem como apresentou os conteúdos dos artigos analisados, conforme figura a seguir:

Figura 1 - Mapa da literatura



Fonte: elaborado pela autora.

Observando-se o mapa literário, a pesquisa se estrutura em dois eixos principais, compras governamentais e segurança pública, ambos permeados pelo olhar da eficiência. Sobre compras governamentais, destacam-se nas leituras, informações gerais tais como seu conceito, relevância e tendências no que tange à administração pública. Além disso, ressalta-se a importância dos mecanismos de compras compartilhadas e a gestão de licitações como instrumento de promoção da eficiência do processo licitatório. No que tange à segurança pública, foram extraídos os elementos para implementação dessa política, destacando-se as compras governamentais. Nessa mesma linha, a eficiência da execução da política é debatida no que tange aos seus resultados e aos seus meios.

2.2. Conceitos principais do procedimento licitatório

A teoria dos processos licitatórios é um campo de estudo que se concentra na análise dos procedimentos utilizados pelo setor público para a aquisição de bens, serviços e obras por meio de concorrência entre fornecedores. (DI PIETRO, 2008)

O procedimento licitatório serve como um mecanismo fundamental para garantir a transparência, a competitividade e a eficiência nas contratações realizadas pela Administração Pública. Busca promover a competitividade, assegurar a imparcialidade garantir a economia de recursos públicos, promover a qualidade e a eficiência, assegurar a publicidade e a transparência e promover o desenvolvimento econômico e social.(MEIRELLES, 2009)

Em resumo, o procedimento licitatório desempenha um papel fundamental na gestão dos recursos públicos, garantindo que as contratações realizadas pela Administração Pública sejam conduzidas de forma transparente, competitiva e em conformidade com os princípios legais e éticos. (DI PIETRO, 2008)

O pregão eletrônico é uma modalidade de licitação utilizada pela Administração Pública para aquisição de bens e serviços comuns por meio de uma plataforma digital específica. Seu procedimento inicia-se com a identificação da demanda, a Administração Pública prepara o edital do pregão eletrônico, contendo todas as informações relevantes

sobre o objeto da licitação, critérios de julgamento, prazos, entre outros. O edital é então publicado na plataforma eletrônica oficial de licitações, onde os interessados poderão acessá-lo. Os interessados em participar do pregão eletrônico devem se cadastrar na plataforma eletrônica e se credenciar para participar do certame, fornecendo os documentos necessários para comprovar sua habilitação. (DI PIETRO, 2008)

No dia e horário marcados, é aberta a sessão eletrônica do pregão na plataforma, onde os licitantes credenciados poderão participar. Os licitantes apresentam suas propostas de preços na plataforma eletrônica, de acordo com as especificações do edital. Após o recebimento das propostas, inicia-se a fase de lances, na qual os licitantes podem oferecer preços menores em relação aos anteriores. Após um período determinado, a etapa de lances é encerrada, e a plataforma eletrônica exibe o resultado provisório com a classificação dos licitantes de acordo com os valores oferecidos. (DI PIETRO, 2008)

Caso seja permitido pelo edital, pode-se iniciar uma fase de negociação com o licitante que apresentou a melhor proposta, visando eventuais ajustes nos termos da contratação. Os licitantes cujas propostas foram classificadas em primeiro lugar são submetidos à fase de habilitação, na qual devem apresentar os documentos necessários para comprovar sua capacidade jurídica, técnica, econômico-financeira, entre outros. Após a análise da habilitação dos licitantes, a Administração Pública adjudica o objeto ao licitante vencedor e homologa o resultado do pregão eletrônico. Por fim, é celebrado o contrato entre a Administração Pública e o licitante vencedor, formalizando os termos da contratação. (DI PIETRO, 2008)

Na fase interna do pregão eletrônico, que é a etapa preparatória antes da abertura da sessão pública na plataforma eletrônica, diversos documentos são elaborados e analisados pela Administração Pública, entre eles:

Termo de Referência ou Projeto Básico: Este documento define as especificações técnicas, quantidades, prazos, condições de entrega, entre outras características do objeto a ser licitado. É a base para a elaboração do edital e para a compreensão do que será contratado.

Elaboração do Edital de Pregão Eletrônico: Com base no Termo de Referência ou Projeto Básico, é elaborado o edital que conterá todas as informações relevantes sobre

o certame, como objeto da licitação, condições de participação, critérios de julgamento, prazos, entre outros aspectos.

Estudo Preliminar de Viabilidade: Em algumas situações, especialmente quando o objeto do pregão envolve complexidade técnica ou financeira, pode ser elaborado um estudo preliminar de viabilidade para embasar a elaboração do Termo de Referência e do edital.

Análise de Orçamento Estimado: A Administração Pública realiza uma análise para estimar o orçamento necessário para a contratação do objeto, levando em consideração os preços praticados no mercado, os recursos disponíveis e as condições específicas da contratação.

Aprovação Interna dos Documentos: Todos os documentos elaborados na fase interna do pregão eletrônico, incluindo o Termo de Referência, o Edital e o Orçamento Estimado, devem passar por uma análise e aprovação interna pelos setores responsáveis da Administração Pública.

Autorização para Abertura do Processo Licitatório: Após a elaboração e aprovação dos documentos necessários, a autoridade competente emite uma autorização formal para a abertura do processo licitatório e a realização do pregão eletrônico.

Esses são os principais documentos da fase interna do pregão eletrônico, que são fundamentais para garantir a adequada preparação e condução do certame, de acordo com os princípios legais e normativos aplicáveis à contratação pública.

É importante destacar que o pregão eletrônico oferece agilidade, transparência e competitividade ao processo licitatório, permitindo a participação de licitantes de todo o país e reduzindo custos operacionais.

Observado o modelo brasileiro de compras governamentais, e pertinente breve estudo em relação a outro modelo. Nesse sentido, é pertinente observados a teoria dos leilões, campo da economia que estuda como diferentes tipos de leilões afetam o resultado final das transações, levando em consideração a estrutura do mercado, as informações disponíveis e os incentivos dos participantes. De acordo com Milgrom e Weber (1982), "o leilão é um processo de venda de um bem no qual os compradores competem uns com os outros, oferecendo lances crescentes, e o vendedor aceita o lance mais alto".

No modelo de leilão, os participantes fazem propostas competitivas, oferecendo preços pelo bem ou serviço em questão. Segundo Krishna (2010), "os licitantes têm incentivos para fazer ofertas que reflitam suas verdadeiras valorações do bem. O preço que um licitante está disposto a pagar depende de sua valoração pelo bem".

No entanto, há diversos defeitos associados aos modelos de leilão. Um dos principais é o problema do risco de conluio, onde licitantes podem se unir para manipular o resultado do leilão. Conforme descrito por Kagel e Levin (2002), "a colusão entre os licitantes pode distorcer o resultado do leilão, resultando em preços artificialmente altos e prejudicando a eficiência do processo".

O modelo atual de compras governamentais muitas vezes enfrenta desafios relacionados à falta de transparência, burocracia excessiva e falta de competitividade. De acordo com Mattos e Caldeira (2014), "os processos de compras governamentais frequentemente são marcados por falta de transparência e competitividade, o que pode levar a resultados subótimos e desperdício de recursos públicos".

Ao comparar o modelo atual de compras governamentais com a teoria de leilões, percebe-se que a implementação de práticas mais transparentes e competitivas pode contribuir para mitigar os defeitos observados nos leilões. Como destacado por McAfee e McMillan (1987), "a competição entre os licitantes é fundamental para garantir a eficiência e a justiça dos resultados do leilão, incentivando a participação de múltiplos interessados e garantindo que o bem seja alocado para quem valoriza mais".

Portanto, ao analisar o modelo de compras governamentais à luz da teoria de leilões, é possível identificar oportunidades de melhorias na condução dos processos de licitação, visando aumentar a transparência, a competitividade e a eficiência na alocação de recursos públicos.

2.3 Compras governamentais

As compras governamentais no Brasil são fundamentais para a economia e o desenvolvimento do país, pois o Estado é o maior comprador de produtos e serviços. No entanto, é necessário que essas compras sejam realizadas de forma sustentável e visando ao desenvolvimento econômico do país, além de considerar a qualidade dos produtos e serviços adquiridos.

Um estudo realizado por Belinski, Frederico e Freitas (2021) analisou acórdãos do Tribunal de Contas da União (TCU) que tratavam das exigências para as compras governamentais das universidades federais brasileiras e identificou a necessidade de aprimoramento na gestão desses processos. O estudo também destacou a importância de uma análise prévia dos requisitos técnicos dos produtos adquiridos e da necessidade de promover a sustentabilidade ambiental, social e econômica nas compras públicas.

Cabral e Castro (2020) avaliaram a implementação da política de compras públicas sustentáveis no Brasil. Os autores concluíram que há ainda um longo caminho a ser percorrido para que as compras governamentais sejam realmente sustentáveis.

Outro aspecto importante nas compras governamentais é a busca por inovação. De acordo com Lacerda e Santos (2017), as compras públicas para a inovação têm sido uma estratégia utilizada por diversos países para incentivar a pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias. No Brasil, algumas iniciativas têm sido tomadas para fomentar essa prática, como a criação do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Defesa (PRODEFESA) para a obtenção de produtos de defesa com transferência de tecnologia (Pozzebon et al., 2018).

Nesse aspecto, Maldonado e Bueno (2018), que analisaram casos de inovações induzidas por clientes públicos no Brasil, destacam que as compras públicas podem incentivar a inovação em empresas fornecedoras, melhorando a qualidade dos produtos e serviços adquiridos pelo Estado.

A adoção de parâmetros internacionais do desenvolvimento sustentável nas compras públicas brasileiras é uma tendência importante, como apontado por Paiva e Pires (2014). A implementação desses parâmetros pode contribuir para a promoção de um desenvolvimento sustentável no país e para a preservação do meio ambiente.

Outra questão relevante é se o Estado consegue induzir a sustentabilidade por meio de suas compras, como questionam Pires e Salgado (2012). Os autores argumentam que as compras governamentais podem sim ser utilizadas como instrumento de incentivo à sustentabilidade, mas é necessário um esforço conjunto dos gestores públicos e da sociedade para que essa iniciativa tenha sucesso.

A busca pelo menor preço ainda é um critério predominante nas licitações, como destaca o estudo de Amaral et al. (2017) sobre a qualidade dos produtos e serviços em

licitações do tipo menor preço. A pesquisa apontou que a qualidade muitas vezes é prejudicada em função do valor oferecido, o que pode gerar prejuízos para a administração pública e para a sociedade.

A qualidade dos produtos e serviços adquiridos por meio de licitações do tipo menor preço é uma preocupação recorrente, como demonstrado em estudo realizado por Costa et al. (2019) em uma câmara de vereadores do Rio Grande do Sul. Os autores concluem que a qualidade dos produtos e serviços deve ser considerada na avaliação das propostas, para que sejam adquiridos produtos e serviços de qualidade.

Todos esses elementos devem ser considerados no desenvolvimento das compras governamentais, assim, para aproveitar e expandir oportunidade, é necessário aprimorar a gestão de compras no setor público. Segundo Marques et al. (2018), a adoção de modelos multicritério para avaliação de desempenho pode auxiliar na escolha do fornecedor mais adequado para atender às demandas do Estado. Além disso, o pregão eletrônico tem se mostrado um processo eficiente para as compras governamentais, como aponta o estudo de Sampaio e Queiroz (2017) sobre o uso do pregão como processo de compras no governo do Estado do Ceará

Bonfim e Aquino (2015) destacam a necessidade de mudanças no sistema brasileiro de compras públicas para que essas compras possam ser utilizadas como instrumento indutor do desenvolvimento nacional sustentável. Segundo os autores, essas mudanças envolvem uma maior participação da sociedade no processo de compras e a criação de mecanismos de avaliação de desempenho das empresas fornecedoras.

A inclusão de micro e pequenas empresas locais nas licitações também pode ser uma alternativa para fomentar o desenvolvimento local e reduzir a dependência das grandes empresas fornecedoras. Um estudo realizado por Guimarães e Sousa (2016) sobre compras públicas e desenvolvimento local destacou a importância de medidas de incentivo às empresas locais e a necessidade de aprimoramento dos mecanismos de compras públicas para contemplar a diversidade de fornecedores.

A obtenção de produtos de defesa no Brasil também é uma questão importante no âmbito das compras governamentais, como apontado por Silva e Figueiredo (2019). Os autores destacam que a transferência de tecnologia é um desafio para o país, mas que

a realização de compras governamentais pode contribuir para o desenvolvimento de tecnologias nacionais.

2.2.1. Compras governamentais compartilhadas e o Sistema de Registro de Preços

As compras governamentais compartilhadas têm se tornado cada vez mais relevantes no Brasil, especialmente no âmbito da administração pública. Segundo Silva e Barki (2014), essa modalidade de compras é uma prática que envolve diferentes órgãos públicos em uma mesma licitação, buscando reduzir custos e aumentar a eficiência do processo de compras.

Além disso, a prática de compras compartilhadas também pode contribuir para o desenvolvimento sustentável, como apontado pelos mesmos autores (SILVA; BARKI, 2014): "as compras compartilhadas podem também contribuir para a implementação de políticas públicas que incentivam a sustentabilidade e a responsabilidade socioambiental".

Para que essa prática seja efetiva, é necessário que os órgãos governamentais sejam capazes de identificar demandas comuns, compartilhando assim a aquisição dos bens e serviços necessários. Borges, Walter e Santos (2016) analisaram caso de sucesso em que a reestruturação do processo de compras possibilitou a identificação de oportunidades de compras compartilhadas.

No entanto, para que as compras compartilhadas sejam efetivas, é necessário que haja um processo de análise e redesenho dos processos de compras públicas, como destacam os mesmos autores. Esse processo envolve a identificação de gargalos e a elaboração de estratégias para otimizar o processo de compras.

Outra prática importante no contexto das compras governamentais no Brasil é o sistema de registro de preços (SRP). De acordo com Freitas de Andrade (2016) o SRP é um mecanismo que permite que os órgãos públicos adquiram produtos e serviços por meio de um processo licitatório, com a vantagem de que o preço registrado pode ser utilizado por outros órgãos públicos que necessitem adquirir o mesmo produto ou serviço no futuro. Esse sistema possibilita a redução de custos para o Estado, além de garantir a padronização e qualidade dos produtos adquiridos.

O artigo "Sistema de Registro de Preços: um estudo de caso do uso do pregão no processo de compras de bens no município de São José do Vale do Rio Preto-RJ" apresenta um caso prático da utilização desse sistema, demonstrando a efetividade na economia de recursos públicos. No entanto, é importante destacar que a utilização desse sistema exige cuidados na elaboração dos termos do edital e na definição dos preços máximos, de forma a garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. O artigo "Os Aspectos Jurídicos da Ata de Registro de Preços e a Recomposição do Equilíbrio Econômico-Financeiro" aborda a questão jurídica desse sistema, ressaltando a necessidade de uma boa gestão contratual para garantir a segurança jurídica das compras governamentais.

Em síntese, as compras governamentais compartilhadas e o sistema de registro de preços são importantes estratégias para aprimorar a eficiência e reduzir custos nas compras governamentais no Brasil, mas é preciso que haja uma boa gestão contratual e um cuidado na elaboração dos editais e na definição dos preços máximos para garantir o sucesso dessas práticas. É fundamental que essas práticas sejam acompanhadas por processos de análise e redesenho dos processos de compras e pela observância dos aspectos jurídicos envolvidos.

2.2.2. Compras governamentais e o princípio da eficiência

O princípio da eficiência é um dos pilares do Direito Administrativo no Brasil e tem grande relevância no contexto das compras governamentais. Previsto na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 37, o princípio da eficiência exige que a administração pública atue de forma eficaz, eficiente e transparente em suas atividades (BRASIL, 1988). A eficiência pode ser definida como a capacidade de se alcançar os resultados desejados com o menor custo possível. No contexto das compras governamentais, a eficiência se manifesta na busca pela contratação de produtos e serviços de qualidade, pelo menor preço possível, no prazo estabelecido e com a maior transparência possível.

Um dos principais desafios da gestão de compras governamentais no Brasil é a falta de padronização e transparência nos processos de aquisição de bens e serviços. Muitas vezes, os processos de compras são realizados sem um planejamento adequado,

o que pode resultar em desperdício de recursos públicos, além de aumentar o risco de corrupção e irregularidades.

De acordo com Costa, Hollnagel e Bueno (2019), a eficiência nas compras governamentais pode ser alcançada por meio de processos que promovam a concorrência e a transparência, além do planejamento adequado das aquisições e da adoção de critérios objetivos de seleção. Esses critérios podem incluir, por exemplo, a qualidade do produto ou serviço, a capacidade técnica do fornecedor e a sustentabilidade.

A Lei nº 8.666/1993, conhecida como Lei de Licitações e Contratos, estabelece as regras e procedimentos que devem ser observados na realização de processos licitatórios. De acordo com a lei, as compras governamentais devem ser planejadas com antecedência, de modo a garantir a eficiência, a economicidade e a qualidade dos bens e serviços contratados.

Além disso, a Lei nº 10.520/2002 criou o pregão, modalidade de licitação que busca agilizar e simplificar o processo de compras governamentais. O pregão permite a participação de fornecedores de todo o país, possibilitando a realização de compras compartilhadas e a obtenção de preços mais competitivos.

Um exemplo de inovação no processo de compra que promove a eficiência é descrito no artigo "Inovação no processo de compra de medicamentos: estudo de caso do Ministério da Saúde" (CARNEIRO; JUNIOR, 2017). O estudo destaca a implementação de um novo modelo de compras para medicamentos pelo Ministério da Saúde, que inclui a realização de pregões eletrônicos, a padronização de medicamentos e a negociação centralizada com os fornecedores. Como resultado, o Ministério conseguiu reduzir os preços dos medicamentos adquiridos em até 90%, gerando uma economia significativa para o governo e para a sociedade.

Da Silva e da Silva (2018) destacam a importância da sustentabilidade nas compras governamentais como forma de promover a eficiência na gestão pública. Isso inclui a adoção de critérios ambientais, sociais e econômicos na seleção de fornecedores e na escolha de produtos e serviços a serem adquiridos pelo governo.

Outra iniciativa recente que tem contribuído para o aumento da eficiência nas compras governamentais é o Sistema de Registro de Preços (SRP). O SRP permite que

os órgãos públicos realizem compras de forma mais rápida e eficiente, uma vez que as empresas vencedoras das licitações podem fornecer os bens ou serviços a outros órgãos públicos por um período determinado, reduzindo o tempo e os custos de novas licitações.

O princípio da eficiência também está presente na questão do "carona" nas compras governamentais, que permite a adesão de outros órgãos públicos a atas de registro de preços já existentes. Segundo Gomide, Gonçalves e Costa (2021), a "carona" pode ser um instrumento eficiente para a economia de recursos públicos, desde que respeitados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência.

No entanto, apesar das iniciativas para melhorar a eficiência nas compras governamentais, ainda há muito a ser feito. Muitas vezes, os processos de compras são complexos e burocráticos, o que pode desencorajar a participação de empresas e dificultar a obtenção de preços mais competitivos. Além disso, ainda há casos de corrupção e fraudes em processos de compras governamentais, o que reforça a necessidade de uma gestão transparente e eficiente.

2.2.2.1 Gestão de licitações e a busca de eficiência

Adotando a técnica quantitativa, Neuenfeld, Stadnick, Cario e Augusto (2018) realizaram uma análise para compreender os custos de transação envolvidos nas aquisições da Diretoria Regional da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos em Santa Catarina (ECT/SC). Ao explorar conceitos relacionados aos custos de transação, os autores destacam que a eficiência nas compras públicas, no que tange ao seu processo, está intrinsecamente ligada aos custos de transação.

Os pesquisadores esclarecem as nuances que diferenciam o setor de compras da iniciativa privada daquele da administração pública. Esta última, além de seguir procedimentos legais, deve observar os princípios constitucionais de economicidade, legalidade e eficiência. Utilizando atributos de transação como base, tais como frequência, incerteza, especificidade de ativos, e pressupostos comportamentais como racionalidade limitada e oportunismo, concluíram que a especificidade de ativos se manifestou de forma mais evidente nos domínios locacional, humano e de marca.

Devido à baixa frequência nas transações, os custos de transação aumentaram, especialmente em relação à incerteza associada a fatores políticos, econômicos e de concorrência. No que diz respeito aos pressupostos comportamentais, identificaram aspectos de racionalidade limitada relacionados à composição dos itens na Ata de Registro de Preços, à certeza do fornecimento e às limitações cognitivas no processo de registro de preços. Destacou-se também o comportamento oportunista, com variações na qualidade, capacidade de fornecimento e questões de preço sobressaindo-se como pontos relevantes.

Esta pesquisa proporciona uma visão aprofundada da dinâmica complexa dos custos de transação no contexto das compras públicas, ressaltando os desafios específicos de transações menos frequentes, incertezas em fatores externos e complexidades comportamentais. A identificação do comportamento oportunista destaca a importância da vigilância na gestão dos processos de aquisição, especialmente ao lidar com variações na qualidade e precificação.

De acordo com De Almeida e Sano (2018), a análise dos prazos nos processos de compras se concentra nos fatores que impactaram a execução das subfases do pregão eletrônico na Base Aérea de Natal (Bant). O estudo definiu quatro dimensões de análise: "Estrutura e organização do setor de compras", "Recursos humanos especializados", "Processos de compras" e "Sistemas de compras", conforme de variáveis abaixo:

Quadro 3 - Description of the phases and sub-phases of the electronic trading floor and responsible agents

<i>PHASES</i>	<i>SUBPHASES</i>	<i>TEMPORARY LAPSE</i>	<i>AGENTS</i>
<i>1. INTERNAL</i>	<i>1.1 Composition of the Administrative Management Process (PAG)</i>	<i>Between the arrival of the purchase requisition, of the PAG and return to the purchasing sector</i>	<i>Requisites, Internal Control Agent (ACI) and members of SLCC</i>
	<i>1.2 Elaboration of the notice draft</i>	<i>Between the opening of the PAG and the elaboration of the edict for sending to the Legal Consultancy of the Union of Rio Grande do Norte</i>	<i>SLCC's members</i>
	<i>1.3 Legal analysis of the notice</i>	<i>Between the issue of the PAG to the CJU-RN and its receipt by Bant</i>	<i>CJU-RN's reviewers</i>

	<i>1.4 Correction of the public notice</i>	<i>Between the receipt of the PAG by Bant and the publication of the public notice</i>	<i>SLCC's members</i>
2. EXTERNAL	<i>2.1 Opening of the trading session</i>	<i>Between the publication of the notice and the opening of the trading session</i>	<i>Broker</i>
	<i>2.2 Bidding and Award of the object</i>	<i>Between the opening of the trading floor and its award</i>	<i>Broker</i>
	<i>2.3 Homologation of the Event</i>	<i>Between award and approval</i>	<i>Chief authorising officer empowered to validate expenditure</i>

Fonte: De Almeida e Sano (2018)

Os resultados revelaram que a realização dos pregões eletrônicos, com uma variação significativa de 100%, ocorreu em um intervalo de tempo que variou entre 74 e 176 dias. Notavelmente, as subfases 2.2 (Lances e adjudicação do objeto), 1.1 (Composição do PAG), 1.2 (Elaboração do edital) e 1.3 (Análise jurídica) consumiram cerca de 80% do tempo total. Outras constatações incluíram a classificação do setor de compras em um perfil tático, impactando a alocação de recursos financeiros e humanos.

Problemas operacionais, falta de integração entre os atores envolvidos, escassez de pessoal qualificado, ausência de investimento em capacitações e falhas no banco de dados do Comprasnet foram identificados como obstáculos adicionais à celeridade. A pesquisa elaborou um diagrama de causa-efeito, conforme apresentado na Figura 04, um Diagrama de Ishikawa que destaca os fatores preponderantes para a falta de rapidez nos pregões eletrônicos da Bant, como indicado por De Almeida e Sano (2018, p. 102).

Alves, Reis, Deulefeu e Severino (2019) conduziram uma avaliação do impacto econômico entre os modelos de gestão de compra centralizada (GCC) e descentralizada (GCD) de medicamentos. Utilizando a variável tempo operacional (dias) no processo de aquisição, que abrange desde a solicitação da compra até a entrega do medicamento, além de analisar a efetividade com base no custo por meio da Razão Custo-Efetividade Incremental (RCEI), os resultados apontaram algumas conclusões significativas.

Observou-se que o modelo GCC adquire uma quantidade maior de itens com preços mais baixos em comparação ao modelo GCD, revelando uma eficiência notável. O tempo operacional também mostrou diferenças marcantes, com 30 dias para o modelo

GCC e 180 dias para o modelo GCD. A RCEI, calculada considerando a diferença dos custos globais sob cada modelo de gestão em relação ao período total do processo de aquisição (2013 a 2015), foi de R\$ 482.057,81 por dia. Essa métrica representa uma razão positiva e consolida a estratégia dominante do modelo de gestão centralizada, considerando menor custo e maior efetividade.

Os resultados da pesquisa sugerem que a centralização visa atingir eficiência na aquisição ao otimizar o processo de compra, reduzindo atividades sobrepostas e conduzindo a economias de escala.

Negrini e Pereira (2019) iniciam destacando que a área de compras figura como uma das principais atividades e ressaltam a importância da integração dessas atividades para evitar a ineficiência do processo. A pesquisa, conduzida na Universidade Federal de Santa Maria, teve caráter quantitativo, sendo um estudo de caso descritivo.

Após uma análise simplificada do processo de compras na instituição e a aplicação de questionários sobre o sistema de compras implementado, os resultados indicaram uma insatisfação em relação à 'Solicitação de compra' e ao 'Registro de Preço'. As principais sugestões apontaram para a necessidade de melhorias nas ferramentas de localização e no preenchimento de campos. Diante disso, os pesquisadores propuseram um modelo com 03 abas (Solicitação de compras, Acompanhamento da solicitação de compras, Registro de Preço), incorporando diversas funcionalidades para aprimorar o processo.

Integrando a tecnologia da informação à gestão de compras públicas, Curz, Oliveira e Gurgel (2020) iniciam apontando os desafios burocráticos e as limitações de recursos que dificultam a execução eficiente do processo licitatório, resultando em morosidade. Buscando alternativas para otimizar o processo, propuseram o desenvolvimento de um framework para o planejamento, através de um estudo de caso qualitativo e aplicado. Abordando o planejamento de compras públicas como um projeto, a metodologia sistematizada do framework incorporou ferramentas visuais, estabeleceu um cronograma de reuniões e determinou prazos específicos para cada tarefa. Após a aplicação do modelo, observou-se um aumento do dinamismo na equipe, com entregas conforme planejado. No entanto, os participantes relataram desafios relacionados ao gerenciamento do tempo e à conciliação com outras atividades de trabalho.

Por outro lado, Laurinho, Dias e Mattos (2017) começam elucidando a associação, embora distinta, entre corrupção e ineficiência. Enquanto a corrupção é caracterizada como uma violação de regras de convívio, administrativas e morais, a ineficiência está ligada à má utilização de recursos. Os resultados de sua pesquisa concluem que, dentre os problemas nas licitações, 23,93% correspondem a constatações de evidências de corrupção, enquanto 76,07% estão relacionados a evidências de ineficiência. Os autores sugerem a necessidade de maior controle formal e social, alterações na regulação ou uma atuação mais efetiva dos órgãos de controle, aliada a uma maior transparência para viabilizar o controle social. A investigação utilizou a técnica multivariada de Regressão Linear Múltipla, incorporando diversas variáveis para análise, à saber:

Quadro 4 Variáveis utilizadas no modelo de regressão linear múltipla

Variável	Tipo	Descrição
IDHM	Dependente	Índice do desenvolvimento humano do município
Índice de Corrupção	Independente	Divisão do número de constatações classificadas como corrupção pelo número de Ordens de Serviços, parametrizados numa escala de 0 (melhor) a 1 (pior)
Índice de Ineficiência	Independente	Divisão do número de constatações classificadas como ineficiência pelo número de Ordens de Serviços, parametrizados numa escala de 0 (melhor) a 1 (pior)
Despesas na função saúde/Transferências da União (%)	Controle	Recursos transferidos da União ao município para a área da saúde em relação ao total de transferências da União ao município no período auditado pela CGU
Despesas na função saúde/Receita Própria (%)	Controle	Percentual de receita própria municipal investida em saúde em atenção ao atendimento da Emenda Constitucional nº29/2000 (mínimo de 15%)
PIB/capta	Controle	PIB/capta
Igualdade de renda	Controle	Indicador calculado pelo inverso do Gini (1-Gini), variando numa escala de 0 (pior) a 1 (melhor)
Taxa de Urbanização	Controle	Percentual de população urbana do município
População	Controle	População do município em logaritmo

Fonte: Adaptado de Laurinho, Dias e Mattos (2017).

No contexto de uma abordagem quantitativa, Alves, Andrade e Santarem (2020) empreendem uma análise sobre a eficiência do Regime Diferenciado de Contratação (RDC), estabelecido pela Lei nº 12.462/2011, nas obras de infraestrutura de transportes conduzidas pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT). Como alicerces para sua pesquisa, destacam algumas inovações do RDC destinadas a

aprimorar a eficiência nos processos licitatórios, tais como: prazos mínimos entre a divulgação da licitação e o recebimento das propostas; inversão da fase de habilitação pela apresentação das propostas de preços; modo de disputa aberto; regime de execução do tipo integrada; remuneração variável; fase recursal única; orçamento sigiloso; negociação de condições mais vantajosas com os licitantes; e pré-qualificação.

Ao apresentar os resultados, os pesquisadores identificaram um prazo médio de 78 dias, desde a abertura do certame até a homologação, sugerindo a possibilidade de redução caso o período entre a publicação do Edital e a abertura do certame fosse o mínimo estipulado pela legislação. No que tange à média de descontos, observa-se que são mais expressivos nos casos em que os orçamentos não são sigilosos. A quantidade média de concorrentes nos certames é de aproximadamente dez para os editais de orçamento não sigiloso e de oito para os de orçamento sigiloso, apresentando uma correlação linear com os descontos oferecidos. Concluem que o RDC pode aprimorar a eficiência dos processos licitatórios, reduzindo o tempo médio de licitação e aumentando os descontos ofertados.

Através de uma pesquisa quantitativa, Fernandez, Medeiros e Shikida (2018) empregam o modelo de regressão linear Probit para avaliar o cumprimento dos contratos provenientes de pregões, utilizando uma planilha disponibilizada pela Pró-Reitoria Administrativa da UFPEL. Inicialmente, ao analisar as variáveis dependentes notificações e penalizações, destacam a relevância da localização para a notificação, enquanto para as penalizações, as variáveis explicativas prazo, localização e porte demonstraram ser significativas.

Prosseguindo, ao incorporar variáveis de mercado, identificaram que o setor de material de expediente e manutenção predial apresenta um efeito negativo nas notificações e penalizações. Concluem que a localização, porte da empresa e ramo de atividade, como material de expediente e material de manutenção predial, exercem influência na probabilidade de sucesso nas compras.

Em uma abordagem semelhante, Araújo e Jesus (2018), utilizando o modelo de estimação Probit, exploram as contratações realizadas pelo Instituto Federal do Espírito Santo. Como indicador de eficiência, adotaram a ocorrência ou não de custos de adaptação, considerando atrasos na entrega, mudança do fornecedor após a assinatura

do contrato, desconformidade do bem com a especificação constante do termo de referência e a necessidade de acionamento da assistência técnica no prazo de garantia como custos de adaptação.

Além das variáveis de controle, como tipo de material, tipo de pregão realizado, local da realização do pregão, tamanho da licitação e porte da empresa vencedora, demonstraram que as empresas classificadas como Grande Empresa são as que mais enfrentam atrasos na entrega. As Microempresas, por sua vez, registraram maior ocorrência de custos de adaptação. Nas licitações realizadas por meio do pregão tradicional, foi encontrada uma incidência maior de custos de adaptação (48,02%) em comparação com as licitações pelo Sistema de Registro de Preços (36,63%). Também foi verificado um certo impacto do desconto na ocorrência de custos de adaptação.

É pertinente a leitura das variáveis empregadas pelos estudos de Fernandez, Medeiros e Shikida (2018) e Araújo e Jesus (2018) no modelo de regressão linear.

Quadro 5 - Variáveis utilizadas nos modelos Probit

Variável	Tipo	Descrição	Autor
Notificações	Dependente	Notificação por atraso ou outra irregularidade.	Fernandez, Medeiros e Shikida (2018)
Penalização	Dependente	A empresa foi penalizada.	
Prazo	Explicativa	Prazo para a entrega	
Valor da compra	Explicativa	Valor da aquisição	
Sistema de Pregão	Explicativa	Se usou o Sistema de Registro de Preços	
Regionais	Explicativa	Se a empresa é sediada no Rio Grande do Sul	
Tamanho da Empresa	Explicativa	Se a empresa é microempresa ou de pequeno Porte	
Desconto	Explicativa	A diferença entre preço estimado e contratado	Araújo e Jesus (2018)
Local	Controle	O local de Elaboração e realização dos pregões	
Microempresa	Controle	O porte da empresa vencedora do item	
Pequena empresa	Controle	O porte da empresa vencedora do item	
Didático	Controle	Natureza de despesa do bem licitado	
Escritório	Controle	Natureza de despesa do bem licitado	
Laboratório	Controle	Natureza de despesa do bem licitado	
SRP	Controle	O tipo do pregão - tradicional ou SRP	
Atraso	Dependente	Entrega após o prazo determinado independentemente da quantidade de dias.	
Atraso 30	Dependente	Entrega do produto feita após o prazo determinado em contrato, excedendo 30 dias.	

Alteração	Dependente	Necessidade da Administração Pública em convocar o segundo colocado ou iniciar novo processo licitatório
Desconformidade	Dependente	Quando o fornecedor é acionado para entregar um novo produto em conformidade com a especificação do termo de referência.
Assistência técnica	Dependente	Acionamento da garantia técnica

Fonte: Adaptado de Fernandez, Medeiros e Shikida (2018) e Araújo e Jesus (2018)

Albiero e Da Silva (2018) tiveram como objetivo investigar a conformidade com os princípios da economicidade, eficiência e transparência em dois procedimentos licitatórios realizados no IFPR – Campus Assis Chateaubriand. A eficiência foi comprovada ao comparar os descontos de 42,64% e 37,64% entre os valores estimados e contratados, o baixo número de itens cancelados, respostas rápidas aos pedidos de impugnação e a ausência de solicitações de recurso. Em uma pesquisa direta com possíveis fornecedores, constataram que nenhum teve conhecimento do processo pelo Diário Oficial da União, a maioria obtendo informações por meio de outras ferramentas da internet. Quanto à satisfação, os respondentes demonstraram um percentual satisfatório em relação à divulgação, edital, esclarecimento, isonomia e transparência. Abaixo o quadro de variáveis utilizadas pelos autores:

Quadro 6 - Valores obtidos nos pregões eletrônicos 42/2012 e 32/2013

Pregão Eletrônico	42/2012	32/2013
Data do Certame	29 de outubro de 2012	25 de novembro de 2013
Objeto da Licitação	Mobiliário em Geral	Mobiliário em Geral
Número do Processo	23411.002257/2012-10	23411.001639/2013-07
Itens Licitados	69	106
Montante geral dos Itens	29.060	21.264
Itens cancelados	2	6
Montante dos itens cancelados	280	435

Resposta - Impugnações	2	1
Resposta - Recursos	-	-
Valor Estimado do Certame	R\$ 8.459.147,15	R\$ 7.926.450,66
Valor Contratado	R\$ 4.851.782,75	R\$ 4.943.084,73
Percentual de desconto obtido	42,64%	37,64%

Fonte: Albiero e Da Silva (2018)

Sartorelhi e Fiirst (2019), com o propósito de avaliar a eficiência do processo de compras na Secretaria de Compras e Patrimônio do Município de Brasilândia do Sul, empregaram técnicas de pesquisa tanto qualitativas quanto quantitativas. Identificaram uma equipe reduzida de profissionais na área de compras e constataram que 70% dos entrevistados nos setores responsáveis pela elaboração das solicitações de compras não têm conhecimento ou desconhecem integralmente as leis aplicáveis. A falta de capacitação resulta no acúmulo de 37 serviços por alguns profissionais.

O tempo para as dispensas é aproximadamente 15 dias, enquanto o Pregão Presencial requer, no mínimo, 60 dias. Os serviços prestados atendem apenas ao mínimo necessário. Em resumo, concluíram que a ausência de capacitação, principalmente, contribui para a lentidão do processo.

Oliveira, Diniz, Bispo, Lima e Santos (2017) conduziram uma avaliação sobre a descentralização das compras governamentais na Universidade Federal de Campina Grande, abrangendo campi autônomos. O estudo verificou os impactos e mudanças decorrentes desse processo, analisando os resultados entre 2010 e 2013. Observou-se que o percentual de economia nos campi interiorizados não ultrapassou o registrado na sede central, sendo de 34,15% e 37,90%, respectivamente. Isso resultou na rejeição da hipótese inicial de que a descentralização proporciona maior economia nas aquisições realizadas pela UFCG. Para a análise, foi empregada uma regressão linear simples.

Forni e Varella (2019) começam destacando que a busca por maior eficiência nas licitações e contratações públicas deu origem ao Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC). Uma das inovações introduzidas por essa norma é a confidencialidade

dos orçamentos, visando desencorajar conluíus e outras práticas anticoncorrenciais, além de promover a redução de preços.

Quanto ao primeiro pressuposto, ao abordar possíveis vazamentos, concluem que nem um vazamento seletivo nem um vazamento generalizado prejudicariam o sucesso da contratação, indicando a viabilidade do uso da confidencialidade. No que diz respeito ao segundo ponto, a redução de preços, a análise dos estudos empíricos da CGU e do TCU levou à conclusão de que a adoção de orçamentos sigilosos resulta em descontos mais expressivos. No entanto, ressaltam que sua aplicação é problemática no caso de contratação integrada.

Araújo e Lemos (2020) empreenderam uma investigação sobre o modelo de compras adotado pela Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal (SEPLAG), com o intuito de responder à seguinte pergunta: a administração pública do Distrito Federal adota um modelo centralizado ou descentralizado de compras públicas? Inicialmente, constataram que o pregão eletrônico passou a ser utilizado em 100% das licitações a partir de 2011 e que havia um elevado grau de descentralização nas compras.

Ao realizar pesquisas junto às unidades administrativas, foi revelado que mais da metade delas não realiza planejamento. Houve uma paridade entre os órgãos que conduzem suas próprias licitações (47%) e aqueles que realizam aquisições de forma centralizada (46%). Observou-se a utilização de múltiplos sistemas para licitações eletrônicas, e 42,11% sempre utilizam o sistema de registro de preços, sendo este o principal método de compras no DF.

A conclusão do estudo foi que o Governo do Distrito Federal adota um modelo de compras parcialmente centralizado, mas com características de descentralização. Esses resultados evidenciam uma preocupação significativa com a melhoria do procedimento, possibilitando a identificação de gargalos que podem impactar negativamente a eficiência das compras. Essa eficiência, na maioria dos casos, é analisada em duas dimensões: celeridade, representando o tempo necessário para a conclusão da licitação e atendimento da demanda, e economia, refletindo o desconto ofertado pelos licitantes sobre o preço referencial estabelecido pela Administração.

Schooner, Gordon e Wherry (2008), orientadores do presente estudo, destacam que a eficiência em um sistema de compras públicas está relacionada à sua operação, sendo a rapidez o ponto central, incluindo também a minimização de desperdícios e a solicitação apenas das informações essenciais aos fornecedores. Rezende e Moreira (2021, p. 237), ao analisarem o artigo de Schooner, Gordon e Wherry (2008), afirmam que "a eficiência diz respeito à forma como o sistema de compras públicas opera, abrangendo elementos como a agilidade nos processos de contratação e a redução de desperdícios em termos de recursos humanos e financeiros". Portanto, o tempo dedicado à fase interna, que engloba estudos e elaboração de documentos (Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência e Pesquisa de Preços), bem como a avaliação da possível economia para os cofres públicos vinculada ao êxito na seleção de fornecedores, são aspectos que demandam aprimoramento constante e respaldo acadêmico para tal.

3 METODOLOGIA

Apresenta-se, neste capítulo, a metodologia utilizada, composta pela seguinte estrutura: tipo de pesquisa; caracterização da organização; definição do universo e amostra; instrumentos de coleta de dados; procedimentos de coleta de dados, tratamento dos dados e análise das informações.

3.1. Tipo de pesquisa

Com filosofia pós-positivista, o método adotado foi o indutivo (Marconi e Lakatos, 2022), a estratégia de investigação é a de triangulação concomitante (CRESWELL, 2007). A técnica de pesquisa é mista, tendo em vista a análise estatística e textual levada a efeito, bem como utilização de estratégias qualitativa e quantitativa, qual sejam, estudo de caso e levantamento, para coleta e análise concorrente de dados.

Acrescente-se, a título de elucidação, que as diferentes estratégias utilizadas para composição da triangulação concomitante foram a estratégia qualitativa de estudo de caso, no qual é possível absorver conhecimentos do acontecimento ou fato pesquisado por meio da exploração e investigação mais profunda de um caso específico (VENTURA, 2007), neste caso análise descritiva de conteúdo (ALEMI et al, 2010) dos processos coletados, e a estratégia quantitativa de levantamento (CRESWELL, 2007), por meio de estatística descritiva dos dados coletados.

Quadro 7 – Resumo da metodologia da pesquisa

Metodologia da pesquisa	
Filosofia	Pós-positivista
Método	Indutivo
Estratégia	Triangulação concomitante (mista)
Principais estratégias agregadas	Estudo de caso (qualitativa) e Levantamento (quantitativo)
Tipo de pesquisa	Mista

Tipo de coleta	Pesquisa documental e levantamento bibliográfico
Instrumento de coleta	Processos eletrônicos, publicações da organização pesquisada, site Comprasnet, página de transparência da organização pesquisada
Tipo de análise	Triangulação das informações (mista)
Principais tipos de análise agregados	Análise descritiva de conteúdo (qualitativa) e estatística descritiva (quantitativa),

Fonte: elaborado pela autora

3.2. Caracterização da organização

O estudo foi conduzido no Ministério da Justiça e Segurança Pública, que desde 1891 é um órgão da administração federal direta. Suas competências incluem a defesa da ordem jurídica, dos direitos políticos e das garantias constitucionais; a coordenação do Sistema Único de Segurança Pública; e a defesa da ordem econômica nacional e dos direitos do consumidor. Além disso, o MJSP atua no combate ao tráfico de drogas e crimes conexos, bem como na prevenção e combate à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo (BRASIL, 2023)

O ministério é composto por sete órgãos de assistência direta e imediata ao ministro, dez órgãos específicos e singulares, oito órgãos colegiados e duas entidades vinculadas, conforme organograma abaixo:



Fonte: Adaptado de BRASIL, 2022.

As licitações são realizadas de forma descentralizada, especialmente pelos órgãos específicos. A pesquisa se concentrou nas licitações realizadas com vistas a atender demandas relacionadas às políticas de segurança pública, as quais tiveram ao longo do recorte temporal pesquisado, diferentes unidades responsáveis.

Tendo em vista a descentralização das compras, bem como a ocorrência de compras do mesmo bem por diferentes unidade, e visando se adequar as normas internacionais de conformação e qualidade, o Ministério da Justiça e Segurança Pública desenvolveu projeto para a padronização de armamentos e demais equipamentos e materiais utilizados pelas forças de segurança pública do país. Em 2019 foi realizada licitação utilizando os padrões definidos para compra de armas, posteriormente o projeto e metodologia utilizados em 2019 culminou em 2020 na instituição do Programa de

Compras Eficientes para o Sistema Único de Segurança Pública – ComprasSUSP (BRASIL, 2022).

3.3. População e amostra

A população consiste nos processos de compras de armas de fogo (pistola e carabina), por meio de pregão eletrônico, realizados pelo MJSP entre 2005 e 2022 . O ano de 2005 marca o início da modalidade pregão eletrônico, o ano de 2022 marca os primeiros estágios do programa ComprasSusp. Dado o número pequeno da população, um total de 5 unidades, a amostra corresponderá ao total da população identificado, dos quais 1 processo utilizou os procedimentos do ComprasSusp.

3.4. Técnica de coleta de dados

Foi realizada uma pesquisa documental, que para Marconi e Lakatos (2021, p. 190) “é tomar como fonte de coleta de dados apenas documentos, escritos ou não, que constituem o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ter sido feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois”.

3.5. Coleta de dados

Foram analisados os processos licitatórios realizados no Ministério da Justiça e Segurança Pública, na modalidade pregão eletrônico. A coleta foi realizada por meio de acesso à informação, solicitado no Sistema de Informações do Cidadão - SIC, consulta ao portal de transparência e consulta ao site Comprasnet. Para tanto, realizou-se, pedido de acesso integral aos autos dos processos relativos às compras de armas, incluindo fase interna e externa realizados pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (e demais ministérios/nomenclaturas relacionadas a este Ministério), realizadas por meio de pregão eletrônico, a partir de 2005 até 2022.

Segue abaixo os dados encaminhados, disponibilizados ou publicados relativos à coleta realizada:

Quadro 8 – Dados coletados

Informações sobre a compra					Fonte de coleta			Amostra
Processo	Modalidade	Nº	Ano	Objeto	SIC	Transparência	Comprasnet	
08020.000711/2006-51	Inexigibilidade	N/I	2006	Pistola	SIM	NÃO	NÃO	NÃO
08106.000269/2011- 81	Pregão	41	2011	Pistola e carabina	SIM	NÃO	SIM	SIM
08106000285/2013-35	Pregão	51	2013	Pistola	SIM	NÃO	SIM	SIM
08106.002444/2015-06	Pregão	2	2015	Pistola	SIM	NÃO	SIM	SIM
08106.010422/2016-92	Inexigibilidade	1	2017	Carabina	SIM	NÃO	NÃO	NÃO
08106.005045/2017-51	Pregão	14	2017	Pistola	SIM	NÃO	SIM	SIM
08020.001354/2019-63	Pregão	6	2019	Pistola e carabina	SIM	SIM	SIM	SIM
Não identificado	Pregão	14	2020	Pistola	NÃO	SIM	NÃO	NÃO
08020.001587/2020-08	Pregão	4	2022	Carabina	SIM	SIM	SIM	NÃO

Fonte: elaborado pela autora

Foram excluídas da amostra os processos 08020.000711/2006-51 e 08106.010422/2016-92, por tratarem-se de compras realizadas por meio de inexigibilidade de licitação, a qual não pertence ao escopo da pesquisa. O Pregão 14/2020, embora indicado na área de acesso informação do órgão pesquisado, não possui informações nem no próprio portal, nem no Comprasnet, além de não ter sido mencionado no SIC. O processo 08020.001587/2020-08, que por ocasião do SIC foi mencionado como licitação em andamento, consta como anulado no portal Comprasnet.

Dessa forma, excluídos os casos acima, foram identificados 5 processos para serem objeto de estudo desta pesquisa.

3.6 Análise dos dados

Realizada a coleta de dados, conforme pesquisa documental, foram tratadas as licitações para compras de armamentos realizadas no período de recorte, a fim de descrever e analisar as etapas do procedimento bem como identificar elementos que possam influenciar na eficiência.

Procedeu-se a tabulação das informações mais relevantes referentes aos processos licitatórios, dentre os quais: número, ano, objeto, valor estimado, valor adjudicado, data de início da demanda e data de publicação do edital.

Além disso foi realizada a categorização dos principais elementos que compõem a instrução do processo e dos fenômenos internos ou externos registrados no processo que interferem no andamento da licitação, bem como em sua eficiência, a saber: autorização de início do processo, elaboração de termo de referência e respectivas versões ajustadas, pesquisa de mercado e eventuais revisões ou atualização, parecer jurídico, previsão orçamentária e eventuais complementações, edital, deflagração, publicação do edital e eventuais republicações, pedidos de esclarecimento ou de impugnação, suspensão, adiamento ou cancelamento da licitação, aceitação das propostas, habilitação, negociação, itens desertos ou cancelados, adjudicação, recursos e homologação.

Foram ainda selecionadas, a partir da tabulação, indicadores numéricos e categóricos para verificação da economia e celeridade com o fim de observar correlações e demais análise descritivas, dentre as quais: tempo de duração da fase interna, tempo

de duração da fase externa, percentual de desconto, utilização de sistema de compartilhamento, utilização de padronização na fase interna.

Na sequência foi procedida a integração dos dados para seguimento da triangulação das informações. Segundo Creswell (2007) a integração envolve juntar os dados e pode ocorrer na coleta, análise ou interpretação, influenciando em tal decisão se a coleta de dados ocorre em uma ou várias fases. No estudo em tela a coleta foi concomitante, conforme a estratégia adotada.

4. RESULTADOS

4.1. Análise geral dos dados levantados

Foram analisados 5 processos administrativos licitatórios dos anos de 2011 e 2019, sendo que desses dois procedimentos licitatórios foram suspensos em sua fase externa, havendo a republicação do edital. O pregão realizado em 2019 advém de uma demanda de 2017, inicialmente utilizando inexigibilidade de licitação a qual foi cancelada, ocorrendo o mesmo em 2018, finalmente em 2019 a demanda foi refeita, no formato pregão eletrônico e utilizando-se na fase interna a padronização de especificações dos bens a serem adquiridos. Segue abaixo a tabulação inicial dos dados:

Quadro 9 - Dados gerais

Processo	Modalidade	Nº	Ano	Valor Estimado	Valor Adjudicado	Economia	Data de início da demanda	Data de publicação do Edital	Data da homologação
08106.000269/2011-81	Pregão	41	2011	R\$ 1.971.379,63	R\$ 1.970.870,00	0,03%	29/06/2011	05/12/2011	16/12/2011
08106.000285/2013-35	Pregão	51	2013	R\$ 101.289.703,56	R\$ 83.548.564,00	17,52%	26/06/2013	03/12/2013	24/12/2013
08106.002444/2015-06	Pregão	2	2015	R\$ 33.552.141,84	R\$ 24.888.960,00	25,82%	22/06/2015	10/11/2015	26/11/2015
08106.005045/2017-51	Pregão	14	2017	R\$ 443.140,80	R\$ 351.000,00	20,79%	05/06/2017	10/11/2017	01/12/2017
08020.001354/2019-63	Pregão	6	2019	R\$ 424.290.543,46	R\$ 377.758.434,88	10,97%	19/04/2018	05/11/2019	09/12/2020

Fonte: elaborado pela autora

4.2. Análise prescritiva dos processos

Para análise prescritiva, foi procedida a análise de conteúdo, “um dos procedimentos clássicos para analisar o material textual, não importando qual a origem desse material” (UWE, 2009, p. 291). Dessa forma, seguindo a categorização prescrita por Bardin (2016), tendo por base as legislações que regem as licitações bem como os texto levantados no referencial teórico, foram obtidas as seguintes categorias para análise dos documento, informações e eventos constantes nos processos pesquisados:

Quadro 10 - Categorias e ocorrências

Categoria	Ocorrência	41/2011	51/2013	2/2015	14/2017	6/2019
Requisitos legais	Estudo Técnico Preliminar	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	SIM
	Gerenciamento de risco	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	SIM
	Pesquisa de mercado	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
	Termo de referência	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
	Autorização de deflagração do certame	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
	Edital	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
	Previsão orçamentária	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
	Publicação do Edital	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
	Aceitação da proposta	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
	Habilitação	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
	Adjudicação	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
	Homologação	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM

Requisitos administrativos	Documento de oficialização da demanda	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
	Autorização da demanda	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
	Designação da equipe de planejamento da contratação	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	SIM
	Aviso de SRP	NÃO	SIM	SIM	SIM	NÃO
	Levantamento da demanda dos estados	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM
	Levantamento das especificações dos bens nos estado	NÃO	NÃO	SIM	SIM	NÃO
	Utilização de modelo da AGU	NÃO	NÃO	SIM	SIM	SIM
	Padronização das especificações	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM
	Ajustes	Duas ou mais versões do TR	SIM	SIM	SIM	SIM
Três ou mais versões do Edital		SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Republicação do edital, suspensão ou adiamento do pregão		NÃO	NÃO	NÃO	SIM	SIM
Controle Interno	Parecer Jurídico	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM

	Parecer do programa de Transparência	SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO
	Análise da Assessoria de Controle Interno	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM
Controle Externo	Levantamento de mercado	SIM	SIM	NÃO	NÃO	SIM
	Consulta pública	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
	Pedido de Esclarecimento	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM
	Pedido de impugnação	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	SIM
	Recurso	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM

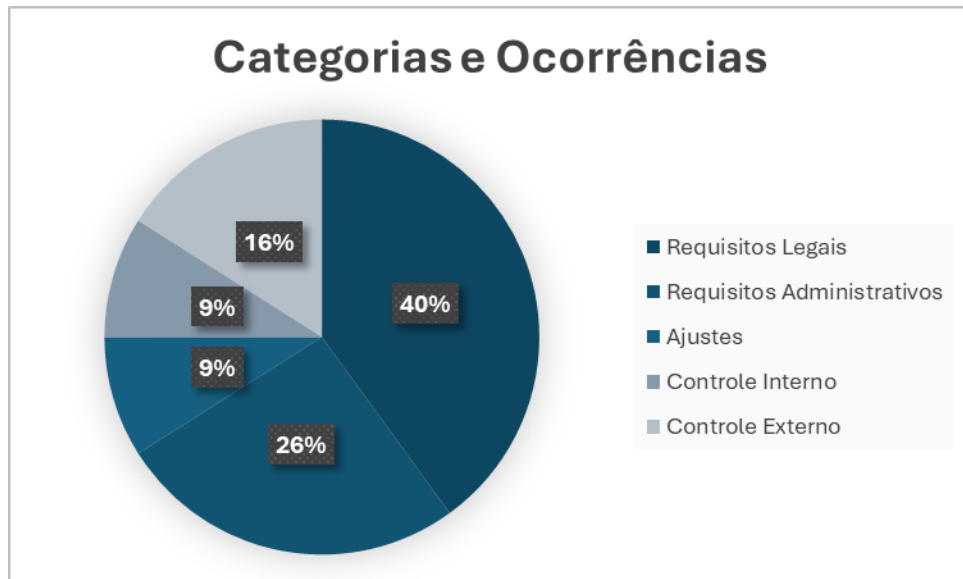
Fonte: elaborado pela autora

Considerando as previsões legais, os procedimentos internos do órgão e a natureza dos documentos, informações e eventos, foram utilizadas 5 categorias. A categoria requisitos legais, diz respeito à presença de documentos previstos na lei, decreto ou instrução normativa que rege as licitações, as quais, ressalte-se, sofreram diversas alterações no período pesquisado.

A categoria requisitos administrativos, abrange documentos ou etapas típicas do trânsito processual ou ainda específicas do processo administrativo licitatório. A categoria ajuste, que diz respeito a existência de diversas versões do TR ou Edital foi destacada da categoria administrativa dado o peso no prazo processual dessas ocorrências.

A categoria controle interno foi utilizada considerando o papel fundamental dos pareceres emitidos para a mudança dos documentos e alteração dos prazos processuais ou administrativos, destaca-se aqui a existência, agora extinta, de análise de transparência do processo por unidade específica. A categoria controle externo aborda documentos ou eventos advindos do público, participantes da licitação ou que originados internamente, contém com a participação do público externo.

Figura 3 -Categorias da análise de conteúdo e respectivas ocorrências



Fonte: elaborado pela autora

A grande maioria dos termos, documentos ou informações identificadas relacionam-se à categoria de requisitos legais. Sendo ainda advindos de previsões normativas, a presença dos documentos correspondentes é observada em todos os processos, à exceção dos documentos estudo técnico e gerenciamento de risco cuja obrigatoriedade não existia previamente à 2017, quando da publicação da Instrução Normativa nº 5 da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento.

Semelhante situação é identificada na categoria de requisitos administrativos, em que a equipe de planejamento não está presente em 3 processos, todos prévios à legislação de 2017. Ainda na categoria de requisitos administrativos, verifica-se que, não obstante a compra destinar-se aos órgãos estaduais, nem todos os processos contêm termos ou documentos que indicam a consulta aos estados.

No que tange à categoria de ajustes, é pertinente observar que todos os processos contêm duas ou mais versões do TR, em geral, como consequência dos pareceres jurídicos. No caso do edital, pela forma como o documento é construído, é intrínseca a existência de pelo menos duas versões, contudo, nos casos de republicação foram identificados mais de 3 versões do edital.

O parecer jurídico é um dos principais elementos de controle interno da legalidade dos procedimentos, o mesmo está presente em todos os processos uma vez que também

se classifica como requisito legal, não obstante, seu destaque como controle ocorre pelo impacto na produção de novas versões do edital, termo de referência e por vezes até mesmo da pesquisa de preços. Outra interessante constatação foi a existência de análise para fim de comprovação da transparência e publicidade do processo. Embora tal etapa possa gerar demora no andamento do processo, sua existência corroborava com princípios constitucionais administrativos.

No que tange ao controle externo, os itens dessa categoria estão consoantes com a característica do mercado de fornecimento de armamentos, apresentando a presença de levantamentos de mercado e observando-se a participação ativa, por meio de pedidos de esclarecimento e impugnação, na fase externa do pregão.

4.3. Análise estatística dos elementos da eficiência dos processos

Com base na literatura pesquisada, e após coleta e tratamento dos dados, foram identificados os seguintes indicadores numéricos e categóricos que representam o alcance da eficiência dos processos, bem como podem influenciar nessa eficiência.

O banco de dados contém informações provenientes de 5 observações, representando dados dos anos de 2011 e 2019. Essa amostra abrange uma diversidade de indicadores, compreendendo 5 variáveis numéricas e 3 categóricas. As variáveis numéricas fornecem uma visão quantitativa dos fenômenos analisados, permitindo-nos examinar padrões, tendências e variações ao longo do período em questão.

Quadro 11 – Indicadores numéricos e categóricos.

Indicador	Tipo	Detalhamento	Autor
Tempo de duração da fase interna	Numérico	Representa o tempo transcorrido entre a data do primeiro documento do processo até a publicação do Edital, configurando a fase interna da licitação. Busca-se verificar a celeridade do processo.	De Almeida e Sano (2018)

Valor estimado da contratação	Numérico	Representa o valor referencial encontrado na fase interna da licitação	Albiero e Da Silva (2018)
Valor adjudicado/homologado na licitação	Numérico	Representa o valor final adjudicado ao término da licitação	Albiero e Da Silva (2018), Fernandez, Medeiros e Shikida (2018)
Percentual de economia	Numérico	Valor que representa a diferença entre o valor estimado da contratação e o valor adjudicado.	Albiero e Da Silva (2018), Araújo e Jesus (2018)
Tempo de duração da fase externa	Numérico	Representa o tempo transcorrido entre a primeira publicação do Edital e a homologação da licitação, configurando a fase externa da licitação. Busca-se verificar a celeridade do processo.	Albiero e Da Silva (2018), De Almeida e Sano (2018)
Sistema de Registro de Preços - SRP	Categórico	Indica se a licitação foi realizada ou não por meio do Sistema de Registro de Preços.	Araújo e Jesus (2018); Fernandez, Medeiros e Shikida (2018)
Adiamento	Categórico	Indica se houve adiamento, suspensão da sessão pública ou a republicação do Edital	De Almeida e Sano (2018)
Padronização	Categórico	Indica a utilização, na fase interna, durante a produção dos artefatos da contratação, inclusive termo de referência, da metodologia de padronização das especificações,	

Fonte: elaborado [redacted] compartilhamento dos pedidos e demais elementos do ComprasSUSP [redacted] pela autora.

A análise [redacted] estatística iniciou-se pela [redacted] análise descritiva, após, avançamos para a verificação de pressupostos, e na sequência foi definido o intervalo de confiança da média, (TRIOLA, 2006).

Também foi realizada a Correlação de Pearson, que avalia a força e a direção de uma relação linear entre duas variáveis contínuas (KARL PEARSON, 1900). O coeficiente de correlação varia de -1 a 1, onde 1 indica uma correlação positiva perfeita, -1 uma correlação negativa perfeita, e 0 ausência de correlação. O valor-p associado testa a hipótese nula de que não há correlação significativa. Um valor-p menor que o nível de significância indica que a correlação é estatisticamente significativa, (FISHER, 1970).

A Tabela 1 apresenta informações detalhadas sobre três indicadores específicos, nomeadamente Adiamento, SRP e Padronização, ao longo de diferentes períodos, designadamente Antes (previamente à padronização) e Depois (utilizando-se padronização). Cada célula da tabela contém dados relevantes relacionados à resposta obtida, contagem (n) e a porcentagem correspondente para uma combinação específica de indicador e período.

No que diz respeito ao indicador "Adiamento", durante o período "Antes", observamos que em 75,00% dos casos a resposta foi "Não", enquanto em 25,00% dos casos a resposta foi "Sim". No entanto, no período "Depois", não houve casos em que a resposta foi "Não", mas 100,00% dos casos resultaram na resposta "Sim".

Para o indicador "SRP", durante o período "Antes", a distribuição de respostas foi igualmente dividida, com 50,00% dos casos resultando em "Não" e 50,00% em "Sim". No período "Depois", a resposta "Sim" foi observada em 100,00% dos casos.

Quanto ao indicador "Padronização", durante o período "Antes", todos os casos (100,00%) resultaram na resposta "Não", enquanto não houve casos com a resposta "Sim". No período "Depois", novamente, 100,00% dos casos resultaram na resposta "Sim".

Tabela 1 - Dados descritivos dos Indicadores Categóricos com frequência absoluta e relativa e por período.

Indicadores	Período	Resposta	n	perc
Adiamento	Antes	Não	3	75,00%
		Sim	1	25,00%
	Depois	Não	0	0,00%
		Sim	1	100,00%
SRP	Antes	Não	2	50,00%
		Sim	2	50,00%
	Depois	Não	0	0,00%
		Sim	1	100,00%
Padronização	Antes	Não	4	100,00%
		Sim	0	0,00%
	Depois	Não	0	0,00%
		Sim	1	100,00%

Fonte: elaborado pela autora

A Tabela 2 apresenta uma análise detalhada dos indicadores numéricos antes e depois de um período específico. Os indicadores incluem Valor Estimado (em milhões), Valor Adjudicado (também em milhões), Economia percentual, Duração Interna e Duração Externa. Cada indicador é caracterizado pela média, intervalo de confiança (IC) e um valor específico associado.

No caso do Valor Estimado (em milhões), observamos uma média de 34,31 milhões antes do período, com um intervalo de confiança de (-40,8 ; 109,4). No período seguinte, o Valor Estimado atingiu um valor específico de 424,29 milhões.

Analogamente, para o Valor Adjudicado (em milhões), a média antes do período foi de 27,69 milhões, com um intervalo de confiança de (-39,2 ; 89,5). Após o período, o Valor Adjudicado atingiu um valor específico de 377,76 milhões.

Em relação à Economia percentual, antes do período, a média foi de 16%, com um intervalo de confiança de (0,0% ; 33,7%). No período seguinte, a Economia específica foi de 11%.

Os indicadores de Duração Interna e Externa também foram examinados. Antes do período, a Duração Interna teve uma média de 154 unidades, com um intervalo de confiança de (140 ; 169). Após o período, a Duração Interna atingiu um valor específico de 565 unidades. Já a Duração Externa apresentou uma média de 17,2 unidades antes do período, com um intervalo de confiança de (9,63 ; 24,87), e atingiu um valor específico de 400 unidades após o período.

Tabela 2: Comparação entre Indicadores Numéricos Antes e Depois da Padronização.

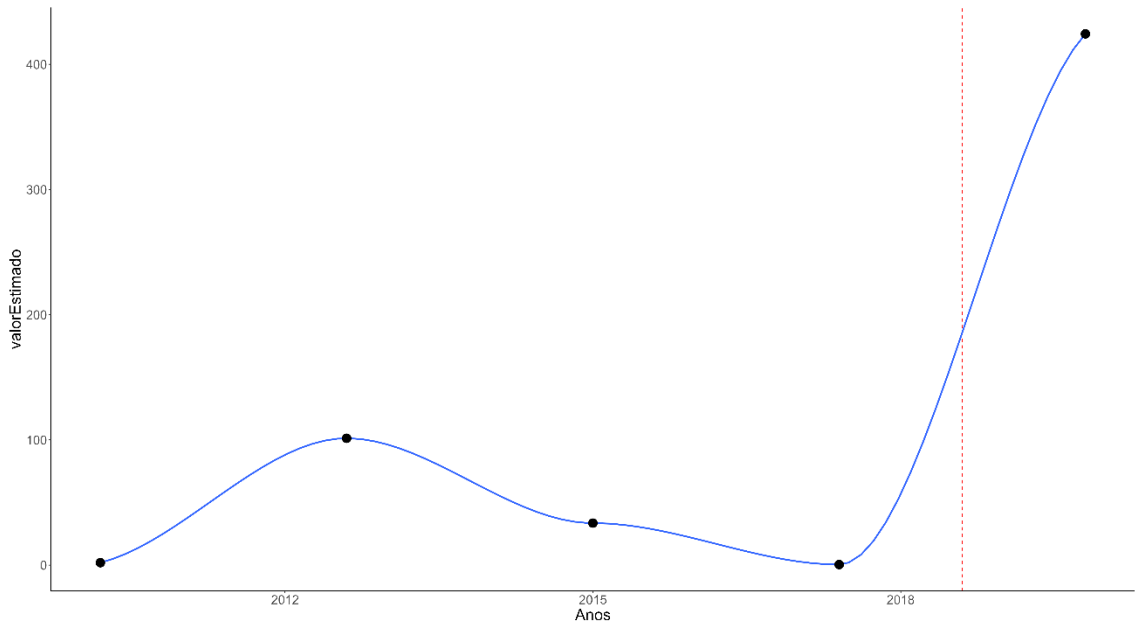
Indicadores Numéricos	Antes		Depois
	Média	IC	Valor
Valor Estimado (em milhões)	34,31	(-40,8 ; 109,4)	424,29
Valor Adjudicado (em milhões)	27,69	(-39,2 ; 89,5)	377,76
Economia	16%	(0,0% ; 33,7%)	11%
Duração Interna	154	(140 ; 169)	565
Duração Externa	17,2	(9,63 ; 24,87)	400

Fonte: elaborado pela autora.

Os gráficos abaixo capturam a trajetória dos dados ao longo do tempo, permitindo uma interpretação mais intuitiva das tendências e variações ao longo do tempo. Ao examinar os gráficos de linha temporal associados aos indicadores, é possível identificar padrões específicos, mudanças significativas e flutuações que podem não ser prontamente perceptíveis na representação tabular dos dados.

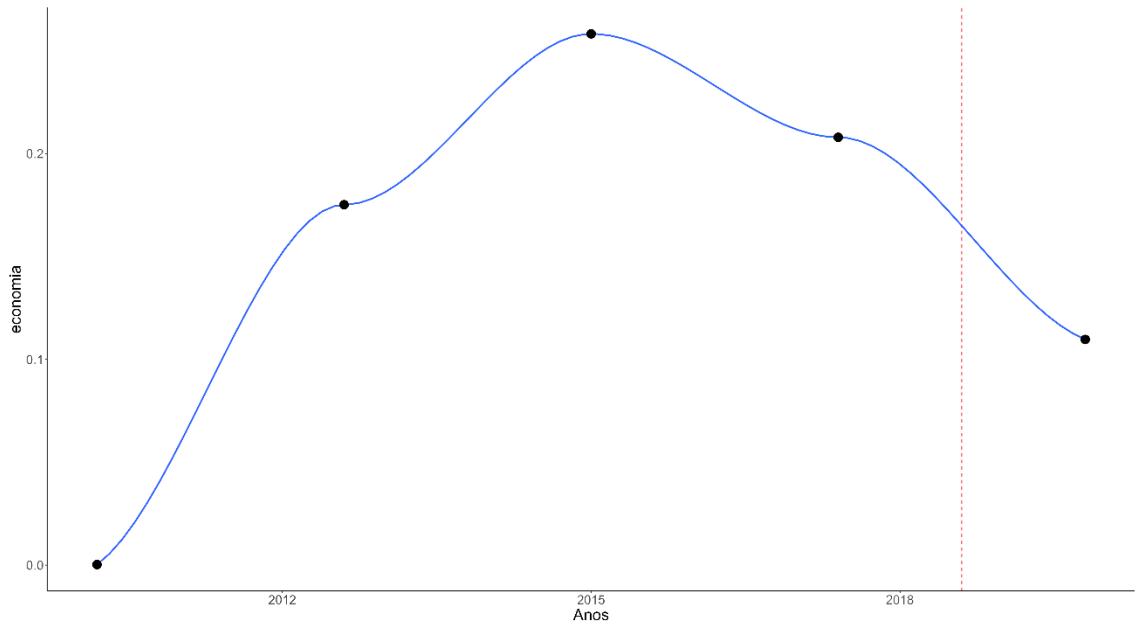
Essa representação visual é particularmente valiosa para identificar tendências ascendentes, descendentes ou flutuações cíclicas ao longo do período analisado. Além disso, a inclusão de diferentes períodos antes e depois de 2011 em um único gráfico de linha temporal possibilita a comparação direta das trajetórias médias, destacando possíveis mudanças de comportamento ou padrões distintos entre essas fases temporais.

Figura 4 - Gráfico de linhas dos Valores Estimados em relação ao tempo, com a linha vermelha mostrando os períodos diferentes.



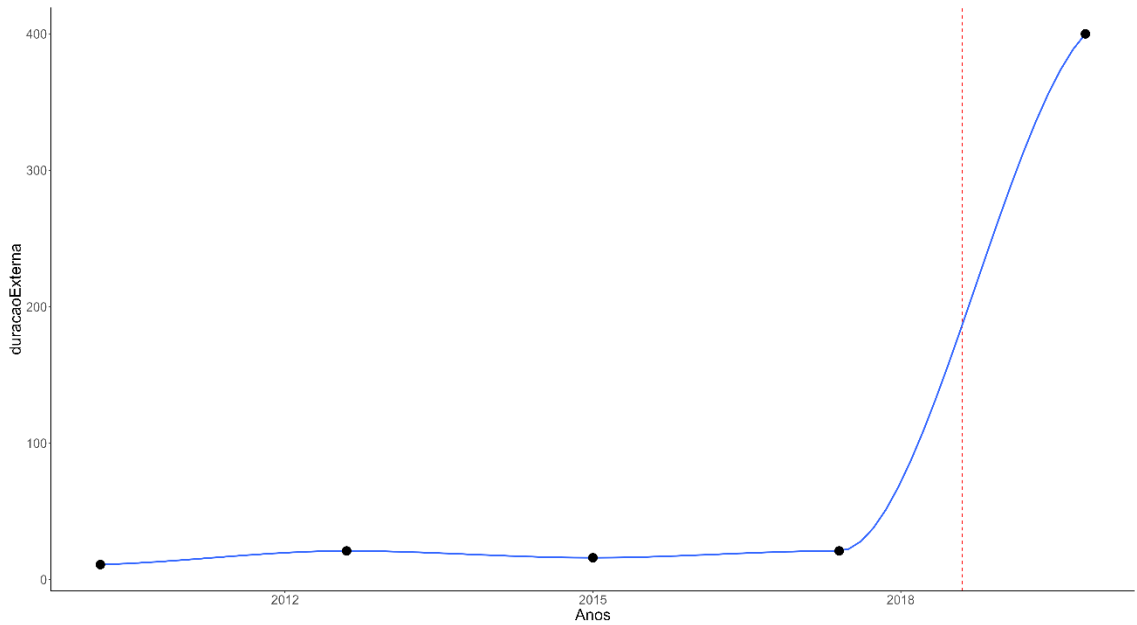
Fonte: elaborado pela autora

Figura 5 – Gráfico de linhas da economia em relação ao tempo, com a linha vermelha mostrando os períodos diferentes.



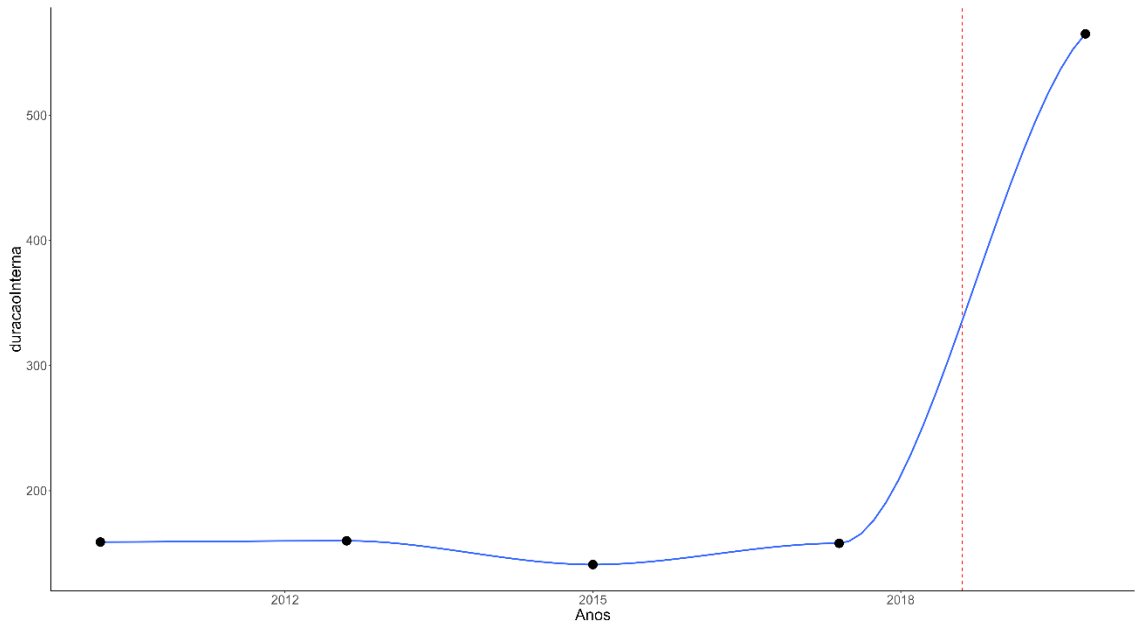
Fonte: elaborado pela autora

Figura 6 – Gráfico de linha da Duração Externa em relação ao tempo, com a linha vermelha mostrando os períodos diferentes.



Fonte: elaborado pela autora

Figura 7 – Gráfico de linhas da Duração Interna em relação ao tempo, com a linha vermelha mostrando os períodos diferentes.



Fonte: elaborado pela autora

A tabela 3 apresenta correlações significativas entre os indicadores e a duração interna em dias durante os anos de 2011 a 2019. Ao analisar essas correlações, é

essencial considerar que os indicadores estão intrinsecamente ligados a eventos ou processos específicos, e a duração interna representa o período temporal entre esses acontecimentos. Essa abordagem contextual enriquece a interpretação das associações identificadas.

O indicador "Valor Estimado" revela uma correlação notável de 0,974 com a duração interna, indicando uma forte associação positiva. Essa correlação sugere que, à medida que o valor estimado aumenta, a duração interna dos eventos também tende a aumentar consistentemente ao longo do tempo. Os gráficos de linhas temporais desse indicador, destacando os diferentes períodos, proporcionam uma visão visual dessa relação positiva.

De maneira semelhante, o indicador "Valor Adjudicado" exibe uma correlação expressiva de 0,978 com a duração interna. A forte associação positiva sugere que variações no valor adjudicado estão fortemente alinhadas com mudanças na duração interna dos eventos ou processos. Novamente, os gráficos de linhas temporais auxiliam na visualização dessas tendências ao longo dos anos.

Contrastando com essas correlações positivas, o indicador "Economia" apresenta uma correlação moderada de -0,252 com a duração interna. Essa correlação negativa sugere que, em média, uma economia maior está associada a uma menor duração interna dos eventos analisados. Os gráficos de dispersão fornecem uma representação visual dessa associação menos pronunciada.

Tabela 3 - Correlação e significância dos Indicadores com a Duração Interna.

Indicadores	Correlação	Valor p
Valor Estimado	0,974	0,005
Valor Adjudicado	0,978	0,004
Economia (Porcentagem)	-0,252	0,7
Economia (Absoluto)	92,3	0,03

Fonte: elaborado pela autora

Ao analisar a representação visual da correlação entre a variável "Economia" e a duração interna por meio do gráfico de dispersão, destaca-se que o valor absoluto da correlação, que é de -0,252, revela uma associação significativa entre essas variáveis. Esse valor absoluto indica a força da relação, independentemente da direção.

O dado que indica uma correlação de 92,3% entre o valor absoluto da variável "Economia" e a duração interna, com um valor p de 0,03, é bastante significativo. Essa alta correlação sugere uma associação robusta entre as mudanças no valor absoluto da variável econômica e as variações na duração interna dos eventos ou processos em análise. O valor p de 0,03 sugere que essa correlação não é provável de ocorrer por acaso, fortalecendo ainda mais a confiança nos resultados.

4.4. Discussão dos resultados

O processo de compra de pistolas e carabinas realizadas pelo MJSP atende, em geral, aos requisitos legais e práticas administrativas existentes. Em tempo, as fases licitatórias interna e externa são regularmente seguidas, a evolução legislativa é observada e a utilização de modelos previamente elaborados pelo órgão jurídico é adotado como melhor prática administrativa.

É interessante observar, conforme quadro abaixo, que a duração da fase interna possui estreita relação com a duração da fase externa. Há ainda uma tendência de que a adoção de levantamentos prévios da demanda, seja em seu quantitativo, seja em sua especificação, realizado na fase interna, possui relação favorável com a duração do certame.

Quadro 12 - Histograma dos indicadores.

Indicador	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Mediana	Máximo
Valor estimado e reais	112309381,90	179126290,60	443141,00	33552142,00	424290543,5
Economia em percentual	15,02	9,96	0,03	17,51	25,82
Duração da fase interna em dias	236,6	183,7479252	141	159	565

Duração da fase externa em dias	93,8	171,221202	11	21	400
---------------------------------	------	------------	----	----	-----

Fonte: elaborado pela autora.

A especificação dos bens a serem adquiridos é fator de grande relevância para administração e para o mercado participante da licitação de armas. De fato, nos casos em que houve suspensão e republicação do edital o motivo direto foram a necessidade de ajustes no edital no itens das especificações dos bens.

Especificamente no caso do processo ocorrido em 2019 verificou-se grande dificuldade da administração para especificar o bem de forma a observar a legalidade da compra em especial no que tange à ampla concorrência e julgamento objetivo. Esse processo, em particular, resultou de duas tentativas anteriores de compra que se viram frustradas por problemas em sua legalidade e adequação do objeto.

Observa-se que os percalços ocorridos na fase interna da licitação de 2019 foram igualmente sentidos na fase externa que teve duração anormal e extremamente superior à média. Pertinente informar que embora a realização de consulta pública ou levantamento de mercado não seja garantia do bom andamento do processo de compra, a finalização da licitação de 2019 dependeu diretamente das tratativas entre a administração e o mercado.

Mesmo com valores distantes da média, a licitação de 2019 tem como peculiaridade em relação aos demais processos: a adoção de padronização das especificações, medida que supunha-se elidiria problemas com a especificação na fase externa; sua realização em meio às mudanças de pessoal e recursos decorrentes da pandemia de Covid e a legislação aplicável mais rigorosa do que a vigente à época dos demais processos.

Em alguns dos artigos constantes no referencial teórico observou-se que a pesquisa de mercado figura como um dos fatores na demora dos procedimentos licitatórios. Para o caso específico da compra de armas, o tamanho do mercado fornecedor e a familiarização da administração com atores chaves deste mercado reduzem esse problema.

Dessa forma, como grande gargalo identificado no alcance da celeridade dos processos de compra de armas tem-se o destaque para a especificações do bem. Ainda

que medidas já tenham sido adotadas para elidir o problema, tais como a padronização e a instituição do programa ComprasSUSP, as mesmas não se afiguraram suficientes. A exemplo, consta na página de transparência do órgão pesquisado licitação iniciada em 2022 que foi anulada no mesmo ano por problemas relativos ao mercado e a especificação dos bens.

Diante deste cenário, sugere-se a atualização e ajuste do programa ComprasSUSP no que tange à especificação e padronização dos bens, bem como a conciliação da padronização com as tendências do mercado. Nesse sentido, além de adoção de manuais e normativos internacionais, sugere-se periódico levantamento junto ao mercado das soluções de armamentos fornecidas no momento de realização da compra.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da pesquisa documental verificou-se que a fase interna da licitação é a fase que possuiu os maiores gargalos que afetam a eficiência do procedimento de compras. Nesse sentido salutar para administração o desenvolvimento de programas e metodologias que otimizem essa fase do procedimento licitatório. Outra característica que pode influenciar diretamente na eficiência é a própria natureza do bem e do mercado fornecedor. Assim esta pesquisa se propôs a descrever o procedimento licitatório de compras de armas realizados pelo MJSP.

Em termos de desenhos metodológicos, a padronização e o procedimento desenvolvido pelo ComprasSUSP buscou eliminar ou minimizar os fatores que impedem a celeridade do processo. No entanto conforme mostrou a pesquisa empírica as peculiaridades do mercado do fornecimento de armas influenciaram de tal forma a fase externa da licitação que eventuais ganhos das eficiências da fase interna foram suprimidos na fase externa.

Em tempo, a especificação do bem se mostrou como fator essencial para o sucesso da licitação ou para sua realização de forma célere e eficiente.

É importante ressaltar que a presente pesquisa, embora tenha adotado todos os processos disponíveis dentro dos parâmetros de pesquisa definidos, possui poucas observações, o que impede análises quantitativas mais avançadas, razão pela qual a técnica mista se adequou ao estudo.

Assim, embora o reduzido número de observações empíricas levantados em campo, a análise aprofundada de cada processo e o estudo descritivo das compras realizadas permitem afirmar que não é possível para administração se limitar a um olhar estático para definir a eficiência em suas compras. Diversos elementos legais, formais, administrativos e mercadológicos possuem influência, em especial na compra de armas, quando da análise da eficiência do processo.

Tendo em vista que a presente pesquisa realizou-se entre a fase *ex-ante* e a inicialização da implantação do programa ComprasSUSP, sugere-se nova pesquisa nas demais fases de execução do programa. Considerando ainda que o programa prevê a compra para outros bens pra forças de segurança sugere-se expandir os objetos citados

nas pesquisas futuras. Outro foco de pesquisa é a inserção de dados relativos ao mercado fornecedor de armas, tais como os preços praticados, o tamanho do mercados, etc.

REFERÊNCIAS

- ALEXANDRE DE LUCENA, M.; DE FREITAS BARBOSA, W.; PINHEIRO DE SOUSA, E. Eficiência dos gastos públicos com segurança nos municípios baianos em 2018. *Cadernos de ciências sociais aplicadas*, v. 18, n. 32, p. 153–172, 2021.
- ANDRADE, B. H. S. DE; GONÇALVES, A. DE O. Novo modelo e velhos problemas: a criação de um serviço social autônomo sob a ótica da eficiência. *Revista eletrônica da administração (Porto Alegre)*, v. 25, n. 3, p. 36–61, 2019.
- ARAYA PIZARRO, S. C.; ROJAS ESCOBAR, L. E. Technical efficiency of the Chilean AFP. *Dimensión empresarial*, v. 17, n. 2, 2019.
- BANDEIRA, L. F.; REYES JUNIOR, E. Programa Minha Casa Minha Vida (2012-2016): análise da eficiência relativa dos municípios brasileiros na execução de programas federais. *Revista de administração pública (Rio de Janeiro)*, v. 55, n. 2, p. 309–330, 2021.
- BELINSKI, R.; FREDERICO, G. F.; FREITAS, M. DO C. D. Exigências para as compras governamentais das universidades federais brasileiras: análise de conteúdo de acórdãos do Tribunal de Contas da União. *Revista Gestão universitária na América Latina*, v. 14, n. 1, p. 198–223, 2021.
- BORBA, A.; GOMES, A. DE O. The attitude of Brazilian federal police officers towards firearms. *Revista de administração pública (Rio de Janeiro)*, v. 55, n. 6, p. 1422–1442, 2021.
- BORGES, L. M.; WALTER, F.; SANTOS, L. C. Análise e redesenho de processos no setor público: identificação de melhorias em um processo de compra. *Holos (Natal, RN)*, v. 2016, n. 1, p. 231, 2016.
- BRASIL. Acesso à informação. Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br>. Acesso em: 27, ago. 2022.
- CABRAL, V. N.; CASTRO, B. S. DE. Análise da implementação da política de compras públicas sustentáveis: um estudo de caso. *Revista de Políticas Públicas*, v. 24, n. 1, p. 49–67, 2020.

- CANDIDO, E. L. B.; AGUIAR, J. C. DE. Os sistemas de avaliação da eficácia da investigação criminal no Brasil: uma proposta à luz da análise comportamental do direito. *Revista Direito e Justiça: Reflexões Sociojurídicas*, v. 21, n. 41, p. 5–34, 2021.
- CARNEIRO, D. K. DE O.; JUNIOR, P. C. R. Inovação no processo de compra de medicamentos: estudo de caso do Ministério da Saúde. *Revista do Serviço Público*, v. 68, n. 4, 2017.
- CARVALHO, V. A. DE; SILVA, M. DO R. DE F. E. Política de segurança pública no Brasil: avanços, limites e desafios. *Revista katálysis*, v. 14, n. 1, p. 59–67, 2011.
- CAVALCANTE, P. A competição eleitoral gera governos mais eficientes? Um estudo comparado das prefeituras no Brasil. *Revista de administração pública (Rio de Janeiro)*, v. 47, n. 6, p. 1569–1591, 2013a.
- CAVALCANTE, V. C. “Carona” no sistema de registro de preços: análise jurídica nas contratações realizadas pelo poder público. *Revista Controle*, v. 11, n. 2, p. 100–121, 2013b.
- COELHO ANTUNES, F. L.; ESCRIVÃO FILHO, A. S. Justiça e segurança pública desde uma perspectiva de transição. *Espaço Jurídico*, v. 18, n. 2, p. 491–508, 2017.
- COOK, W. D.; TONE, K.; ZHU, J. Data envelopment analysis: Prior to choosing a model. *Omega*, v. 44, p. 1-4, 2014
- COUTO, L. F. Z. V. A. Servir e proteger: determinantes da avaliação pública sobre a qualidade do trabalho das Polícias Militares no Brasil. *Sociedade e estado*, v. 32, n. 3, p. 681, 2017.
- CRESWELL, J. W. *Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- CUNHA, J. A. C. DA; CORRÊA, H. L. Avaliação de desempenho organizacional: um estudo aplicado em hospitais filantrópicos. *Revista de Administração de Empresas*, v. 53, n. 5, p. 485–499, 2013.
- DA SILVA ARRAES, J. P. A Reestruturação do Setor de Compras da Universidade de Brasília: a Implantação de uma Nova Estrutura de Compras, Visando a Melhoria dos Processos, a Redução das Compras Diretas e a Otimização dos Recursos Públicos. *Future studies research journal*, v. 9, n. 2, p. 167, 2017.

- DAMASCENO JR, J. B.; CHAVES, M. S. Explorando o uso do modelo target: a gestão de lições aprendidas na área de projetos em uma instituição governamental de segurança pública. *Revista Alcance*, v. 24, n. 1, p. 147, 2017.
- DE ANDRADE JÚNIOR, E. F. Os Aspectos Jurídicos da Ata de Registro de Preços e a Recomposição do Equilíbrio Econômico-Financeiro. *Revista Controle*, v. 15, n. 2, p. 126–159, 2018.
- DE LIMA, F. S.; MARINHO, E. Public security in Brazil: Efficiency and technological gaps. *Economia (Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia : 2000)*, v. 18, n. 1, p. 129–145, 2017.
- DE LIMA, R. S.; BUENO, S.; MINGARDI, G. Estado, polícias e segurança pública no Brasil. *Revista direito GV*, v. 12, n. 1, p. 49–85, 2016.
- DE MEDEIROS DA SILVA, G. T.; COELHO DA SILVA, L. A. Compras governamentais na gestão municipal: requisitos legais e sustentabilidade. *Revista Controle*, v. 16, n. 1, p. 53, 2018.
- DE MELLO, J. C. et al. EFICIÊNCIA DEB COMO MEDIDA DE DESEMPENHO DE UNIDADES POLICIAIS. *Revista produção online*, v. 5, n. 3, 2005.
- DE SOUSA MOREIRA, W. Obtenção de produtos de defesa no Brasil: o desafio da transferência de tecnologia. *Revista da Escola de Guerra Naval (Ed. português)*, v. 17, n. 1, p. 127–149, 2011.
- DELICATO, C. T. et al. Estudo sobre a eficiência da gestão orçamentária dos investimentos em segurança pública no plano plurianual 2016-2019 do estado de Roraima. *Ambiente*, v. 12, n. 1, p. 96–104, 2019.
- DOS SANTOS, I. G.; GONTIJO, J. G. L.; AMARAL, E. F. L. A política de segurança pública no Brasil: uma análise dos gastos estaduais (1999-2010). *Opinião Pública*, v. 21, n. 1, p. 105–131, 2015.
- ELISEU COSTA, R.; HOLLNAGEL, H. C.; BUENO, R. L. P. Compras governamentais: panorama atual e desafios. *Revista Científica Hermes*, v. 23, p. 51–75, 2019.
- FARIA, F. P.; JANNUZZI, P. DE M.; SILVA, S. J. DA. Eficiência dos gastos municipais em saúde e educação: uma investigação através da análise envoltória no estado do Rio de Janeiro. *Revista de administração pública (Rio de Janeiro)*, v. 42, n. 1, p. 155–177, 2008.

FERNANDES, C. C. C. Abrangência, inserção e impacto transformador dos sistemas de compras eletrônicas na administração pública – análise do Siasg/Comprasnet. *Revista do Serviço Público*, v. 56, n. 2, p. 195–216, 2014.

FERNANDES, H. R.; MARINHO, A. A eficiência dos juizados especiais estaduais brasileiros e sua atual estrutura. *Revista Brasileira de Economia*, v. 72, n. 3, p. 313–329, 2018.

FIGUEIREDO, S. O. DE; PASCUCI, L. M. Interações e suas implicações no desenvolvimento de políticas públicas na área de segurança. *Revista eletrônica da administração (Porto Alegre)*, v. 27, n. 3, p. 776–805, 2021.

FREITAS DE ANDRADE, E. Compêndio sobre o sistema de registro de preços nas licitações. *Revista Controle*, v. 14, n. 1, p. 139–158, 2016.

FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL. Avaliação Econômica de Projetos Sociais. São Paulo: Dinâmica Gráfica e Editora, 2012. Disponível em: [avaliacao-economica-3a-ed_1513188151.pdf](https://www.itausocial.org.br/avaliacao-economica-3a-ed_1513188151.pdf) (itausocial.org.br). Acesso em: 27, ago. 2022.

GOMIDE, R. F.; GONÇALVES, J. R.; COSTA, D. DA. O INSTITUTO DO “CARONA” E OS PRINCÍPIOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO. *Revista Processus de Estudos de Gestão, jurídicos e Financeiros*, v. 12, n. 42, 2021.

IBGE. Objetivo 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes. Indicadores Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, 2022. Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br/objetivo/objetivo?n=16>. Acesso em: 27, ago. 2022.

JESUS, I. R. D. DE; GOMES, F. P.; ANGULO-MEZA, L. Evaluation of the operational efficiency of pacifying police units in the state of Rio de Janeiro. *Revista produção online*, v. 14, n. 2, p. 448–464, 2014.

KASMIN, M. A. Análise da eficiência do SUS no estado do Paraná, nos anos de 2008 a 2013. *Informe GEPEC*, v. 24, n. 2, p. 117, 2020.

KAGEL, J., & LEVIN, D. "Auctions: Theory and Practice". Princeton University Press. (2002).

KRISHNA, V. (2010). "Auction Theory". Academic Press

MADEIRA, L. M.; RODRIGUES, A. BEN. Novas bases para as políticas públicas de segurança no Brasil a partir das práticas do governo federal no período 2003-2011. *Revista de administração pública (Rio de Janeiro)*, v. 49, n. 1, p. 3–22, 2015.

- MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2022.
- MARCONI, M; LAKATOS, E. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7ª ed., 6ª reimpr., São Paulo: Atlas, 2011.
- MATTOS, E., & CALDEIRA, M. "Compras públicas no Brasil: um estudo sobre os impactos do processo de compras governamentais na eficiência da gestão pública". Universidade Federal de Uberlândia. (2014).
- MEDEIROS, F. S. B. et al. A qualidade dos produtos e serviços em licitações do tipo menor preço: um estudo em uma câmara de vereadores do Rio Grande do Sul. Revista de gestão, v. 21, n. 4, p. 491–508, 2014.
- MCAFEE, R., & MCMILLAN, J. "Auctions and Bidding". Journal of Economic Literature, 25(2), 699-738. (1987).
- MILGROM, P., & WEBER, R. "A Theory of Auctions and Competitive Bidding". Econometrica, 50(5), 1089-1122.(1982).
- MONTE, M. M.; LEOPOLDINO, C. B. Análise da eficiência relativa dos gastos estaduais em segurança pública. Revista Gestão em Análise, v. 9, n. 2, p. 48, 2020.
- MORAES FILHO, M. A. P. DE; MENDONÇA, M. L. C. DE A. E. Os novos parâmetros internacionais do desenvolvimento sustentável e seus reflexos nas compras públicas brasileiras. Revista Controle, v. 15, n. 2, p. 73–102, 2018.
- MOREIRA, M. F.; VARGAS, E. R. DE. Compras para a inovação: casos de inovações induzidas por clientes públicos. RAM. Revista de Administração Mackenzie, v. 13, n. 5, p. 232–257, 2012.
- NASCIMENTO, C. J.; SILVA, A. J. DA. Uma Análise dos Repasses da União Transferidos a Municípios Brasileiros: um Estudo de Caso na Prefeitura de Santo Antônio da Patrulha no Estado do Rio Grande do Sul. Revista Controle, v. 13, n. 1, p. 284–310, 2015.
- NISHIYAMA, M. A. et al. Modelo Multicritério para Avaliação de Desempenho: um estudo de caso para gestão de compras no setor público. Revista de Ciências da Administração, v. 19, n. 47, p. 9–28, 2017.

- NOGUEIRA, J. M. M. et al. Estudo exploratório da eficiência dos Tribunais de Justiça estaduais brasileiros usando a Análise Envoltória de Dados (DEA). *Revista de administração pública* (Rio de Janeiro), v. 46, n. 5, p. 1317–1340, 2012.
- NOGUEIRA, L. C. B. et al. Gastos públicos versus criminalidade: o caso da região Nordeste do Brasil. *Revista brasileira de segurança pública*, v. 13, n. 2, p. 12–29, 2019.
- PEÑA, C. R. Um Modelo de Avaliação da Eficiência da Administração Pública através do Método Análise Envoltória de Dados (DEA)/A Model of Evaluation of the Efficiency of the Public Sector through the Method Data Envelopment Analysis (DEA). *Revista de administração contemporânea*, v. 12, n. 1, p. 83, 2008.
- PONTES, H. U. N.; XAVIER, A. R. O pregão como processo de compras no governo do Estado do Ceará. *Revista Expressão Católica*, v. 6, n. 2, p. 63, 2018.
- RESENDE, J. P. DE; ANDRADE, M. V. Crime social, castigo social: desigualdade de renda e taxas de criminalidade nos grandes municípios brasileiros. *Estudos econômicos - Instituto de Pesquisas Econômicas*, v. 41, n. 1, p. 173–195, 2011.
- RIBEIRO, F. Sistema de Registro de Preços: um estudo de caso do uso do pregão no processo de compras de bens no município de São José do Vale do Rio Preto-RJ. *Revista de Administração, Sociedade e Inovação*, v. 3, n. 1, p. 85–99, 2017.
- ROCHA, F. Does public procurement for innovation increase innovative efforts? The case of Brazil. *Revista brasileira de inovação*, v. 18, n. 1, p. 37–62, 2019.
- RODRIGUES DRUMOND CHAVES, F.; MELO SILVA, G.; BERTASSI, A. L. Compras públicas e desenvolvimento local: Micro e pequenas empresas locais nas licitações de uma universidade pública mineira. *Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas*, v. 8, n. 1, p. 77–101, 2019.
- RODRIGUES, J. M.; BARBOSA, A. C. Q. Recursos humanos e eficiência: um estudo em hospitais brasileiros de pequeno porte. *Nova economia* (Belo Horizonte, Brazil), v. 31, n. 1, p. 217, 2021.
- ROSANO-PEÑA, C.; ALBUQUERQUE, P. H. M.; MARCIO, C. J. A eficiência dos gastos públicos em educação: evidências georreferenciadas nos municípios goianos. *Economia aplicada*, v. 16, n. 3, p. 421–443, 2012.
- SCALCO, P. R.; AMORIM, A. L.; GOMES, A. P. Eficiência técnica da polícia militar em Minas Gerais. *Nova economia* (Belo Horizonte, Brazil), v. 22, n. 1, p. 165, 2012.

- SILVA FERREIRA JÚNIOR, E. Para um uso dos contratos públicos como instrumento indutor do desenvolvimento nacional sustentável: três mudanças necessárias no sistema brasileiro de compras públicas. *Revista Acadêmica*, v. 93, n. 1, p. 176–195, 2021.
- SILVA, C. R. M. DA et al. A Influência dos Gastos Públicos sobre a Eficiência na Utilização das Receitas nas Unidades da Federação Brasileira. *Sociedade, contabilidade e gestão*, v. 14, n. 1, p. 135–157, 2019.
- SILVA, C. R. M. DA; CRISÓSTOMO, V. L. Gestão fiscal, eficiência da gestão pública e desenvolvimento socioeconômico dos municípios cearenses. *Revista de administração pública (Rio de Janeiro)*, v. 53, n. 4, p. 791–801, 2019.
- SILVA, R. C. DA; BARKI, T. V. P. Compras públicas compartilhadas: a prática das licitações sustentáveis. *Revista do Serviço Público*, v. 63, n. 2, p. 157–175, 2014.
- SILVA, Ricardo Toledo. Eficiência e eficácia da ação governamental: uma análise comparativa de sistemas de avaliação. Relatório técnico Cooperação Técnica BID-Ipea: Fortalecimento da Função Avaliação nos Países da América do Sul. Brasília, 298 p., 2002.
- SPERANDIO ROXO, G. H. Compras públicas como instrumento para o desenvolvimento econômico nacional: novidades e questionamentos oriundos das alterações promovidas pela Lei no 12.349/2010. *Revista de Direito da Administração Pública (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)*, v. 1, n. 2, 2016.
- TARDAN, J. L. P. Compras públicas sustentáveis: o Estado induz sustentabilidade com seu poder de compra? *Estudios de la Gestión*, n. 7, p. 84–117, 2020.
- YEUNG, L. L.-T.; AZEVEDO, P. F. DE. Além dos “achismos” e das evidências anedóticas: medindo a eficiência dos tribunais brasileiros. *Economia aplicada*, v. 16, n. 4, p. 643–663, 2012.
- FISHER, Ronald Aylmer. Statistical methods for research workers. In: *Breakthroughs in statistics: Methodology and distribution*. New York, NY: Springer New York, 1970. p. 66-70.
- YADDANAPUDI, Lakshmi Narayana. The American Statistical Association statement on P-values explained. *Journal of anaesthesiology, clinical pharmacology*, v. 32, n. 4, p. 421, 2016.

KARL PEARSON, F. R. S. X. On the criterion that a given system of deviations from the probable in the case of a correlated system of variables is such that it can be reasonably supposed to have arisen from random sampling. The London, Edinburgh, and Dublin Philosophical Magazine and Journal of Science, v. 50, n. 302, p. 157-175, 1900.

TRIOLA, Mario F. et al. Elementary statistics. Reading, MA: Pearson/Addison-Wesley, 2006.